

ESPAÇOS IBERO-AMERICANOS

A Ibero-América em face da crise



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Alicia Bárcena
Secretária Executiva

Antonio Prado
Secretário Executivo Adjunto

Oswaldo Kacef
Director de la División de Desarrollo Económico

Susana Malchik
Encarregada da Divisão de Documentos e Publicações

O presente documento foi coordenado por Oswaldo Kacef, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com a colaboração de Rodrigo Cárcamo, Felipe Jiménez, Sandra Manuelito e Sarah Mueller. Para a elaboração deste documento contou-se com financiamento da CEPAL e da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), mediante recursos concedidos pela Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). A Comissão agradece a cooperação financeira que fez possível a publicação deste documento.

Índice

Prólogo	7
A. Ibero-América no mundo	9
1. Posição mundial da Ibero-América em termos de população e produção	9
2. Distribuição do PIB ibero-americano por país	10
3. Diferenças significativas em termos de PIB <i>per capita</i>	11
B. Evolução das economias ibero-americanas antes da crise financeira	12
1. O crescimento econômico da América Latina registrou níveis históricos entre 2003 e meados de 2008	12
2. A taxa de ocupação aumentou em consonância com a melhoria da economia regional e a taxa de desemprego diminuiu	13
3. A pujança econômica da América Latina durante o período se apoiou no aumento dos preços dos produtos básicos no âmbito internacional e consequente melhoria dos termos de troca	14
4. O crescimento econômico e a elevação dos preços dos produtos básicos contribuíram para a melhoria das contas públicas no período anterior à crise	15
5. Na Península Ibérica, os resultados fiscais foram heterogêneos durante o período anterior à crise	16
6. A favorável conjuntura econômica internacional permitiu aos países acumular reservas internacionais	17
7. Os investimentos estrangeiros diretos alcançaram um máximo histórico em 2008	18
8. Apesar do impacto positivo sobre o crescimento, as contas públicas e o setor externo, o aumento dos preços internacionais dos produtos básicos também gerou pressões inflacionárias na Ibero-América entre meados de 2007 e meados de 2008	19
C. A crise internacional e seu impacto	20
1. A crise internacional provocou um aumento dos riscos e do custo do financiamento internacional	20
2. A crise repercutiu com força no setor externo	21
3. Contração do comércio internacional	21
4. Contração do setor turístico	23
5. As remessas de emigrantes diminuíram em toda a Ibero-América	24
6. Outros fatores relevantes	25
7. Tudo isto teve um forte impacto negativo na taxa de crescimento do PIB na Ibero-América	26
8. Em comparação com crises anteriores, a América Latina se encontrava numa situação menos vulnerável	28
9. A capacidade de absorver choques negativos foi beneficiada pelo aumento da flexibilidade cambial	29
10. Apesar das melhores condições iniciais, a margem de manobra das autoridades para implementar políticas anticrise é limitada	29
11. Alguns países da América Latina contavam com espaço fiscal para formular uma política de estímulo contra a crise	30
12. Na Península Ibérica também foram implementadas medidas de estímulo fiscal	31
D. Perspectivas	32
1. Diminuição dos riscos no setor bancário	32
2. O setor real registra os primeiros sinais de estabilização	33
3. Reflexões finais: uma visão de longo prazo	34
Anexo - A reação dos governos das Américas à crise internacional	37

Prólogo

Este documento foi elaborado para a sua apresentação ante a décima nona Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realizará em Estoril, Portugal, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2009. É o resultado de um esforço conjunto da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para apresentar, num formato simples e de fácil leitura, uma série de temas relacionados com o panorama econômico e social das nações que compõem o espaço ibero-americano.

Nesta oportunidade, Espacios iberoamericanos está dedicado à análise da crise que afeta a economia mundial e a resposta que, desde a política pública, os governos da comunidade têm dado a fim de amortecer os seus efeitos negativos. Trata-se, sem dúvida, de uma conjuntura que encontra poucos precedentes na história econômica moderna e que deixará profundas marcas econômicas, sociais e políticas.

Ainda que as diferenças apreciáveis que existem entre as economias latino-americanas e as da Península Ibérica se manifestam na forma em que são alcançadas pela crise, se observa, de maneira geral, uma brusca interrupção do crescimento e um aumento do desemprego, que se refletirá numa deterioração da situação social. Frente a este panorama, que também está marcado por evidentes diferenças de capacidade e de estilo, em ambos lados do Atlântico se tem constatado a enorme atividade dos governos a fim de estabilizar, dentro do possível, a evolução do nível de atividade com medidas anticíclicas e de criar instrumentos para proteger a população mais vulnerável dos efeitos distributivos negativos.

Como já é habitual nesta publicação, a análise se apóia em abundante material estatístico e gráfico, que procura ilustrar as principais mensagens do diagnóstico e as suas possíveis consequências.

O documento está estruturado em cinco capítulos. O primeiro está dedicado a apresentar o lugar que ocupa a Ibero-América no mundo quanto à população e produção, assim como a refletir a distribuição do PIB ibero-americano e a especificar as diferenças significativas em termos de PIB per capita entre os países que formam parte da comunidade.

No segundo capítulo se analisa a evolução das economias ibero-americanas antes da crise. Os temas abrangidos são: o desempenho em termos de crescimento econômico, com especial destaque em seu ritmo relativo e volatilidade; o contexto mundial e a sua incidência na atividade econômica regional, sobretudo quanto à evolução dos termos de intercâmbio; as remessas e os equilíbrios em conta corrente. Também se consideram os equilíbrios fiscais e o desempenho em termos do investimento estrangeiro direto.

No terceiro capítulo se examina a crise internacional e o seu impacto na economia dos países da Ibero-América. Mesmo que parte do capítulo se dedique a comentar as consequências sobre os riscos e o custo do financiamento internacional, a ênfase é posta nos efeitos no setor real das economias, na queda acentuada do comércio internacional e na atividade turística, no retrocesso das remessas dos emigrantes e na deterioração generalizada das expectativas das famílias e das empresas. Tudo isto tem tido notórias consequências negativas nas taxas de crescimento do PIB na Ibero-América e tem incentivado os Estados a utilizar toda a capacidade disponível para implementar políticas para enfrentar a crise, como se assinala ao final do capítulo.

No quarto capítulo se revisa a evolução mais recente e se observa a incipiente recuperação que se verifica a partir da segunda metade de 2009, assim como os riscos que ainda se observam no cenário internacional. Este capítulo finaliza com algumas reflexões com respeito aos desafios que enfrentam as economias regionais além da crise.

No último capítulo se detalham as medidas que os governos da Ibero-América tomaram ante a crise econômica internacional. Estas medidas se agrupam, de maneira esquemática, em seis categorias: a) política monetária e financeira; b) política fiscal; c) política cambial e de comércio exterior; d) políticas setoriais; e) políticas trabalhistas e sociais, e f) financiamento multilateral.

A SEGIB e a CEPAL apresentam este documento com o fim de promover um debate construtivo que sirva para estimular a reflexão e contribuir à tarefa dos governos da região no constante desafio de formular políticas públicas que permitam alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Alicia Bárcena
Secretária Executiva
Comissão Econômica para a América Latina
e o Caribe (CEPAL)

Enrique V. Iglesias
Secretário Geral
Secretaria Geral Ibero-Americana
(SEGIB)

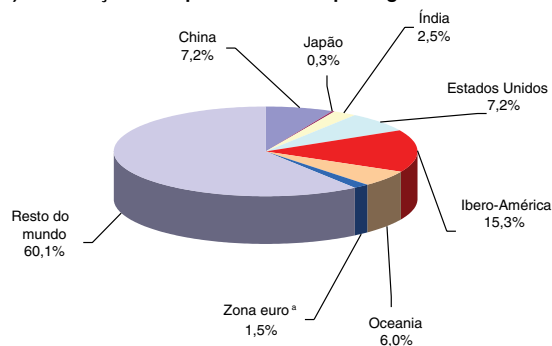
A. A Ibero-América no mundo

1. Posição mundial da Ibero-América em termos de população e produção

- A região ibero-americana ocupa 15,3% da superfície mundial e possui 8,9% da população total.
- Em 2007, a participação do PIB ibero-americano no PIB mundial, medido pela paridade do poder aquisitivo (PPA), foi de 10,7%, enquanto em dólares constantes de 2000 alcançou 8,6%.

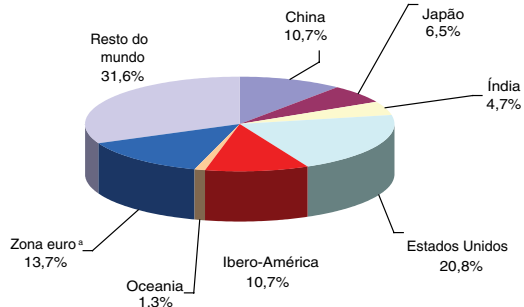
Gráfico 1
SUPERFÍCIE, POPULAÇÃO E PRODUÇÃO, 2007
(Em percentagens dos totais mundiais)

a) Distribuição da superfície mundial por região



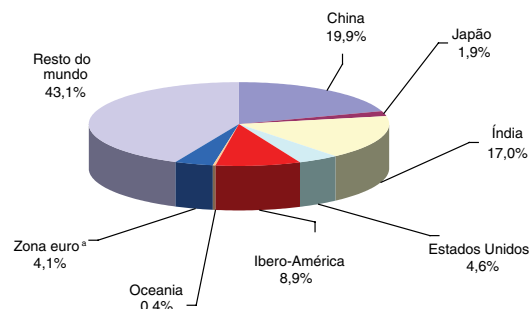
Ibero-américa: 20.465.750 km²

c) Distribuição do PIB (Em PAA)



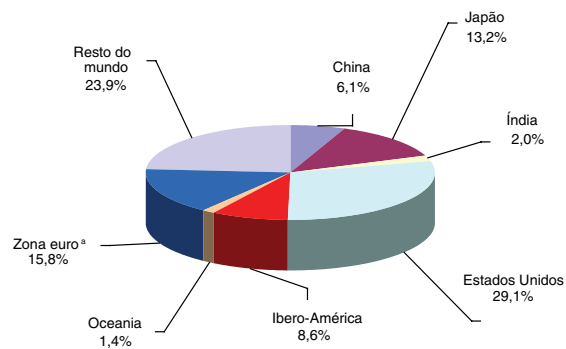
Ibero-américa: 6,7 bilhões de moeda internacional (PPA)

b) Distribuição da população por região



Ibero-américa: 590,7 milhões de habitantes

d) Distribuição do PIB (Em dólares de 2000)



Ibero-américa: 3,4 bilhões de dólares de 2000

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2008.

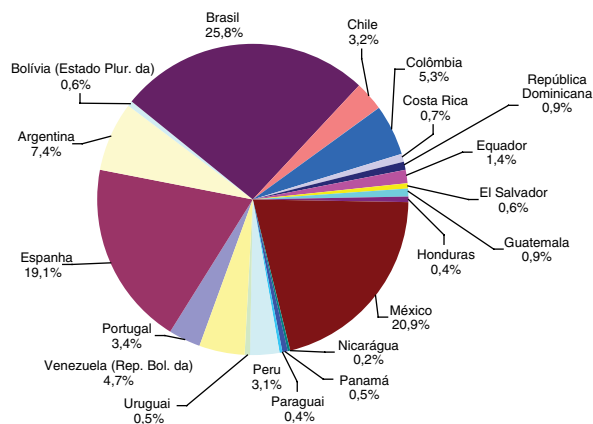
^a Zona euro: exclui Espanha e Portugal.

2. Distribuição do PIB ibero-americano por país

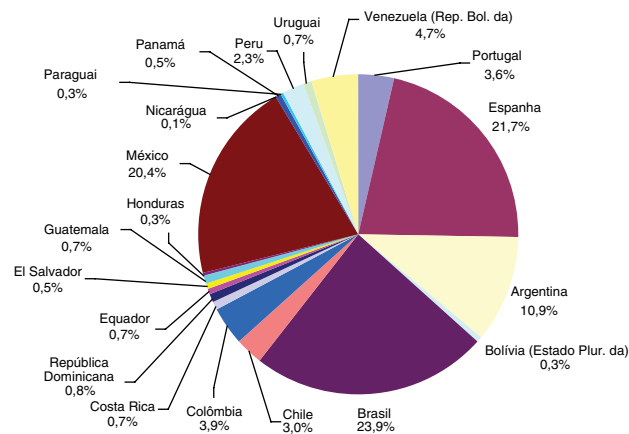
- Em 2007, os países da Península Ibérica representavam 25,3% do produto expressado em dólares constantes de 2000, os da América Central e México 24% e os da América do Sul 50,6%.
- Segundo os dados expressados em PPA, a participação da Península Ibérica foi de 22,5%, a da América Central e México 25,1% e a da América do Sul 52,5%.

Gráfico 2
IBERO-AMÉRICA: ESTRUTURA DO PIB, POR PAÍS, 2007
(Em porcentagens)

a) PIB em PPA



b) PIB em dólares de 2000

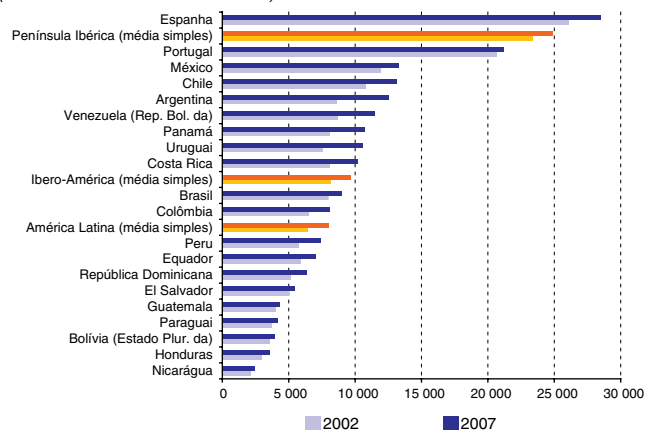


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2008.

3. Diferenças significativas em termos de PIB *per capita*

- O PIB *per capita* da América Latina em 2002 representou 28% do PIB da Península Ibérica, o que mostra uma diferença significativa entre os dois continentes. No entanto, as cifras de 2007 revelam uma leve redução dessa diferença, já que o PIB *per capita* da América Latina representou 32% do PIB da Península Ibérica.
- Na América Latina destacam-se significativas diferenças de níveis. A cifra da Nicarágua, por exemplo, representa 18% da cifra do México, que tem o PIB *per capita* mais alto.

Gráfico 3
IBERO-AMÉRICA: PIB PER CÁPITA
 (Em dólares constantes PPA)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2008.

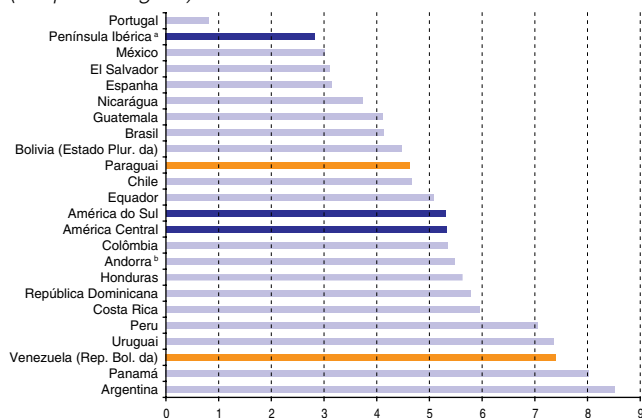
B. Evolução das economias ibero-americanas antes da crise financeira

1. O crescimento econômico da América Latina registrou níveis históricos entre 2003 e meados de 2008

Gráfico 4

IBERO-AMÉRICA: TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB, MÉDIA 2003-2008

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Não inclui Andorra.

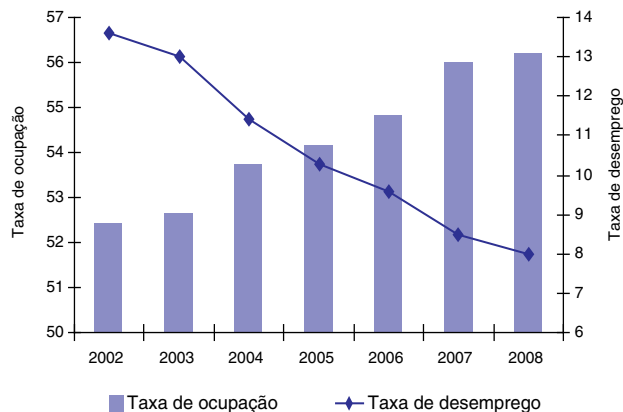
^b Média 2003-2007.

- Entre 2003 e meados de 2008, o crescimento econômico da América Latina registrou níveis históricos: tanto a América do Sul como a América Central cresceram a taxas acima de 5%, em média. O México, no entanto, cresceu em média a uma taxa menor (3%), ainda que levemente superior à da Península Ibérica.
- Nesta última, contrasta o baixo crescimento de Portugal (média anual de 0,8%) em relação ao da Espanha (3,1%), que se viu impulsionado, em particular, por um pujante setor da construção.

2. A taxa de ocupação aumentou em consonância com a melhoria da economia regional e a taxa de desemprego diminuiu

- Durante o período 2003-2008, a taxa de ocupação da América Latina aumentou de forma ininterrupta, em consonância com a melhoria da economia regional, enquanto a taxa de desemprego diminuiu significativamente. Apesar da heterogeneidade entre países, essa evolução foi generalizada na região.
- Na Península Ibérica, a taxa de ocupação aumentou e o desemprego diminuiu levemente durante o período 2003-2007, com importantes diferenças entre Espanha e Portugal que refletem a heterogeneidade na taxa de crescimento dos dois países. Enquanto na Espanha o desemprego caiu 2,8 pontos percentuais durante o período, em paralelo com a pujança econômica geral do país, sobretudo do setor da construção, em Portugal aumentou 3 pontos percentuais no contexto de um fraco crescimento econômico. De forma similar, enquanto a taxa de ocupação aumentou 7 pontos percentuais durante o período na Espanha, diminuiu 1 ponto percentual em Portugal.
- No entanto, a situação dos dois países mudou em 2008, com o aumento da taxa de desemprego e a redução da taxa de ocupação como resultado da crise financeira internacional.

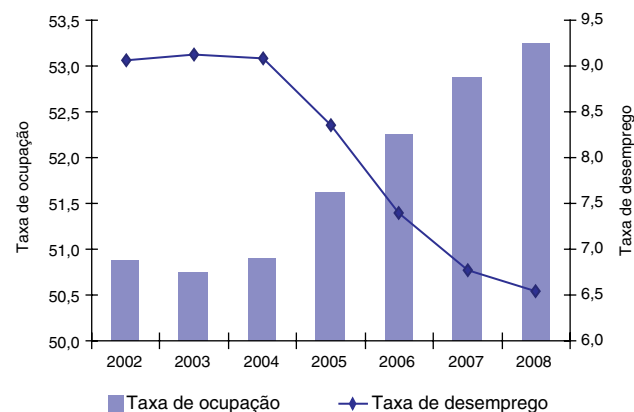
Gráfico 5
AMÉRICA DO SUL: TAXA DE DESEMPREGO E OCUPAÇÃO
(Em porcentagens, médias simples)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Gráfico 6
AMÉRICA CENTRAL E MÉXICO: TAXA DE DESEMPREGO E OCUPAÇÃO^a

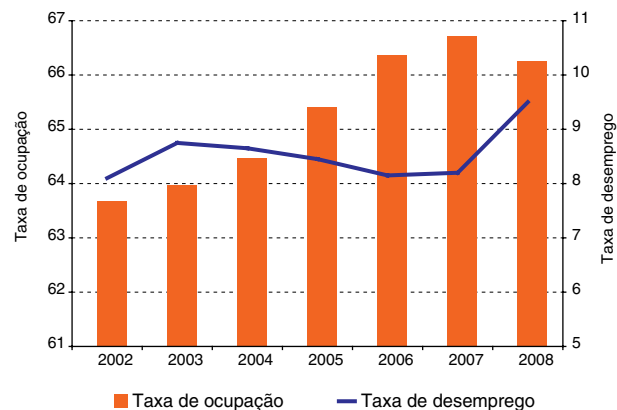
(Em porcentagens, médias simples)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

^a América Central inclui Panamá e República Dominicana.

Gráfico 7
PENÍNSULA IBÉRICA: TAXA DE DESEMPREGO E OCUPAÇÃO
(Em porcentagens, médias simples)

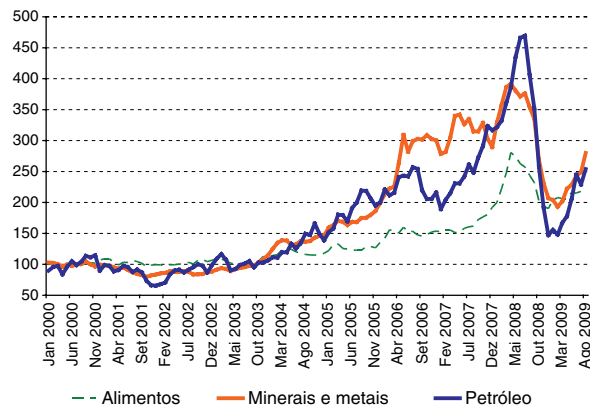


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

3. A pujança econômica da América Latina durante o período se apoiou no aumento dos preços dos produtos básicos no âmbito internacional e consequente melhoria dos termos de troca

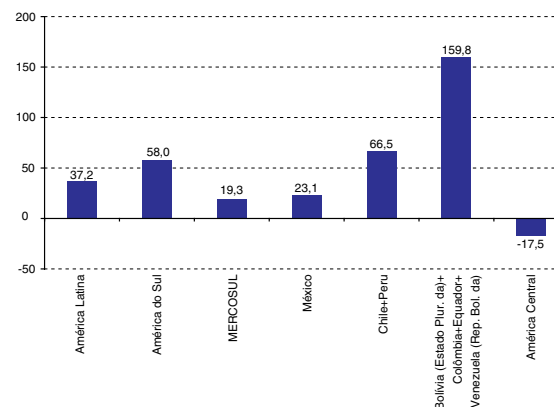
- Em 2008, tornou-se mais vigorosa a alta dos preços dos produtos básicos observada nos anos anteriores. Em particular, os preços do petróleo, dos minerais e metais e dos produtos alimentícios registraram taxas de crescimento muito elevadas. Os índices de preços dos alimentos e dos minerais e metais chegaram a seus máximos respectivos em abril de 2008, situando-se 131% e 146% acima da média do período 2000-2007. O preço do petróleo chegou ao máximo em julho (218% mais alto que na média dos sete anos anteriores).
- Na segunda metade de 2008, os preços registraram uma forte contração, de maneira que os de dezembro ficaram abaixo do nível do ano anterior: 1% no caso dos alimentos, 28% no dos minerais e metais e 54% no do petróleo.
- Como resultado do aumento dos preços dos produtos básicos exportados pela região a partir de 2002, em 2008 os termos de troca da América Latina se encontravam significativamente acima dos registrados durante a década de 1990, mas com grandes discrepâncias entre as diferentes sub-regiões. Em comparação com a média dos anos 90, os termos de troca dos países petroleiros (Colômbia, Equador, Estado Plurinacional da Bolívia e República Bolivariana da Venezuela) aumentaram quase 160%, os do Chile e Peru, exportadores de metais, aumentaram 66,5%, os da América do Sul 58%, os dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) 19,3% e os do México 23,1%. No entanto, os países centro-americanos viram seus termos de troca diminuir 17,5%.
- Na Península Ibérica não se notam importantes variações nos termos de troca, o que coincide com a pouca importância que tem o comércio de produtos básicos nesta região. Com respeito à média dos anos 90, os termos de troca da Espanha diminuíram 3,5% em 2008.

Gráfico 8
ÍNDICES DE PREÇOS DE PRODUTOS BÁSICOS
(Índice 2000=100, médias mensais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

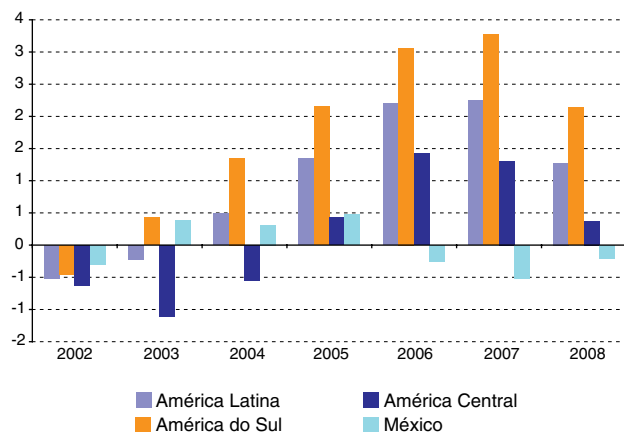
Gráfico 9
AMÉRICA LATINA: VARIAÇÃO DA MÉDIA DOS TERMOS DE TROCA, DÉCADA DE 1990 A 2008
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

4. O crescimento econômico e a elevação dos preços dos produtos básicos contribuíram para a melhoria das contas públicas no período anterior à crise

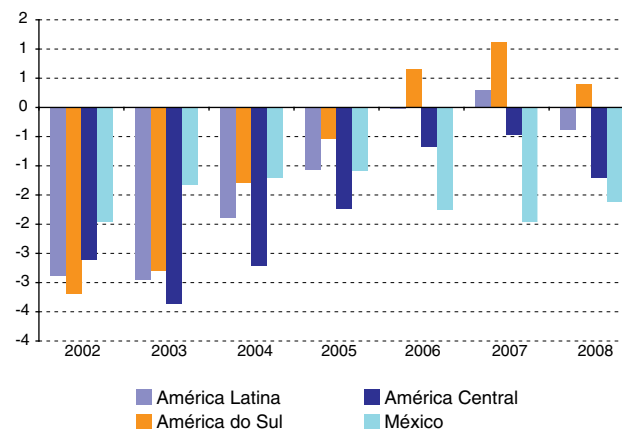
Gráfico 10
AMÉRICA LATINA: RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, MÉDIA SIMPLES
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras nacionais.

- Durante o período 2002-2007, a média da América Latina registrou uma melhoria notável do balanço fiscal, medido tanto pelo superávit primário como pelo resultado global. Esta melhoria foi particularmente marcada na América do Sul, enquanto o México mostrou uma deterioração, tanto no superávit primário como no resultado global, em 2006 e 2007.

Gráfico 11
AMÉRICA LATINA: RESULTADO GLOBAL DO GOVERNO CENTRAL, MÉDIA SIMPLES
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras nacionais.

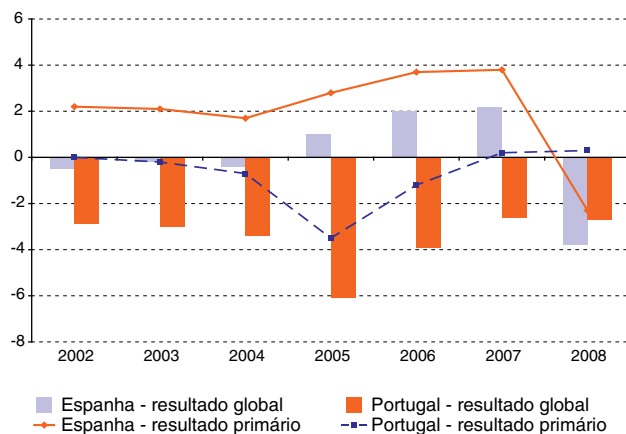
- A partir da queda dos preços dos produtos básicos e da desaceleração do crescimento durante a segunda metade de 2008, em conjunto com um crescente gasto público para fazer frente às consequências da crise financeira, os resultados fiscais se deterioraram com respeito a 2007 tanto na América do Sul como na América Central, enquanto no México se registrou uma leve redução do déficit.

5. Na Península Ibérica, os resultados fiscais foram heterogêneos durante o período anterior à crise

Gráfico 12

PENÍNSULA IBÉRICA: RESULTADO FISCAL DO GOVERNO GERAL

(Em porcentagens do PIB)



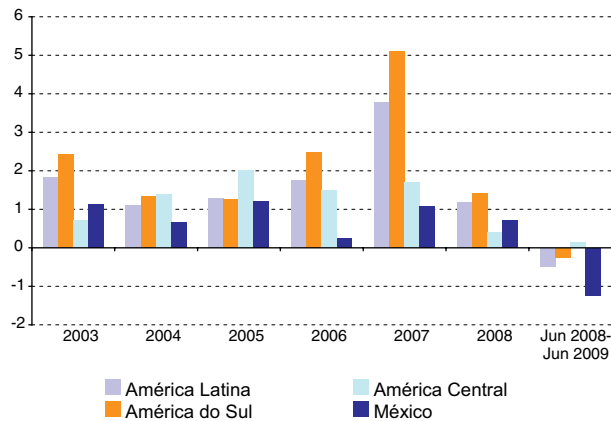
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

- Na Península Ibérica, os resultados fiscais foram heterogêneos durante o período anterior à crise, da mesma forma que o crescimento econômico e o emprego. Por um lado, a Espanha registrou superávits primários e globais do governo geral entre 2005 e 2007, enquanto Portugal registrou déficits primários e globais, com a exceção de um pequeno superávit de 0,2% em 2007. Em 2008, na Espanha as contas do governo geral entraram em déficit devido à forte queda da receita fiscal do governo central num contexto de aumento do gasto público, enquanto Portugal ainda registrou um pequeno superávit primário (0,3% do PIB).

6. A favorável conjuntura econômica internacional permitiu aos países acumular reservas internacionais

Gráfico 13
AMÉRICA LATINA: VARIAÇÃO ANUAL DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

(Em porcentagens do PIB)



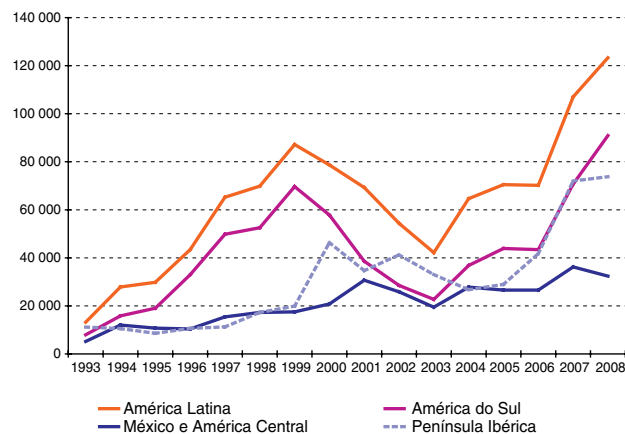
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

- Como se observa no gráfico 13, as reservas internacionais da América Latina aumentaram de forma contínua durante o período 2003-2008, em particular (mas não exclusivamente) na América do Sul, registrando sua maior taxa de crescimento em 2007. Isto foi o resultado da aplicação, durante o período, de uma agressiva política de acumulação de reservas por vários bancos centrais da região, incluindo os da Argentina, Brasil e Peru.

7. Os investimentos estrangeiros diretos alcançaram um máximo histórico em 2008

- Os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) na Ibero-América somaram 197 bilhões e 84 milhões de dólares em 2008, um recorde histórico que superou em 10% a cifra de 2007.
- O desempenho foi heterogêneo nas diversas sub-regiões. Em 2008 a América do Sul recebeu 29% a mais de IED que o ano anterior. Uma explicação possível de tal comportamento seriam os elevados preços dos produtos básicos registrados durante o período, que teriam estimulado investimentos relacionados com a extração de recursos naturais. No México e na Bacia do Caribe, em compensação, a IED diminuiu 11% durante o período. Este resultado foi influenciado, fundamentalmente, pela recessão dos Estados Unidos, um país que é tanto destino principal das exportações da sub-região como fonte importante de IED. A Península Ibérica experimentou um crescimento de 2% da IED, em comparação com 72% no ano anterior, resultado também influenciado pela estagnação do crescimento econômico mundial.

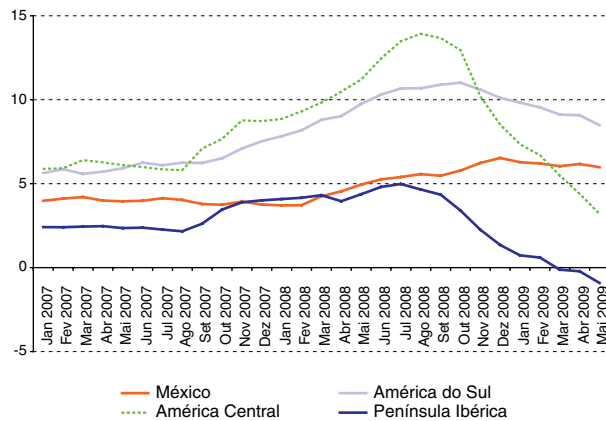
Gráfico 14
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO POR SUB-REGIÃO
(Em milhões de dólares)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

8. Apesar do impacto positivo sobre o crescimento, as contas públicas e o setor externo, o aumento dos preços internacionais dos produtos básicos também gerou pressões inflacionárias na Ibero-América entre meados de 2007 e meados de 2008

Gráfico 15
IBERO-AMÉRICA: TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras nacionais.

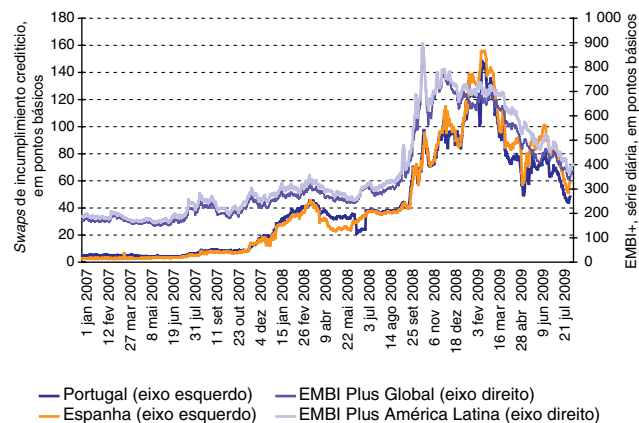
- O aumento dos preços dos produtos básicos no âmbito internacional começou a ter importantes efeitos sobre as taxas de inflação desde meados de 2007 e estes efeitos se fizeram sentir com força até a eclosão da crise financeira internacional em meados de 2008.
- A América Central foi a sub-região mais afetada pelo choque inflacionário de oferta e a inflação alcançou um máximo de 13,9% em agosto de 2008, para depois cair rapidamente a partir da eclosão da crise financeira internacional. Na América do Sul, em compensação, embora a inflação tenha aumentado menos e alcançado um máximo de 11% em outubro de 2008, a redução foi muito mais lenta.

C. A crise internacional e seu impacto

1. A crise internacional provocou um aumento dos riscos e do custo do financiamento internacional

- Registrou-se um aumento do custo do financiamento internacional, em especial para as empresas, mas também para a dívida soberana. Neste sentido, o que ocorreu na América Latina é apenas um reflexo da alta generalizada da aversão ao risco ante o aumento da incerteza global que repercutiu na dívida das economias emergentes em geral. No entanto, é importante notar que o aumento dos prêmios de risco soberano é inferior ao registrado em crises anteriores, ainda que se observem importantes diferenças de um país a outro.
- Na Península Ibérica também aumentou a percepção do risco. Se tomarmos os *swaps* de inadimplência creditícia como medida de risco, observa-se um aumento desde o início de 2008, que se acelera a partir do quarto trimestre.

Gráfico 16
INDICADORES DE RISCO

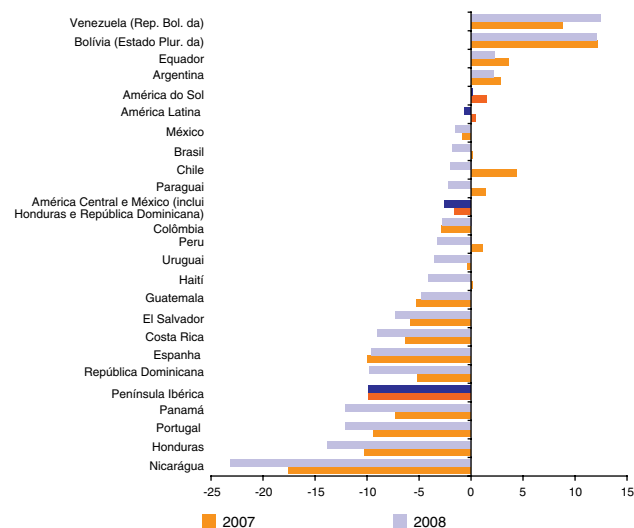


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em JP Morgan e Bloomberg.

2. A crise repercutiu com força no setor externo

- A América Latina fechou 2008 com um déficit em conta corrente equivalente a 0,6% do PIB, em comparação com um superávit de 0,5% em 2007. Este resultado marcou o fim de um período de cinco anos consecutivos de superávits em conta corrente. Existem grandes discrepâncias entre as sub-regiões; enquanto a América do Sul obteve um resultado positivo graças à alta dos preços internacionais dos produtos básicos, a América Central e o México foram afetados pela queda da demanda proveniente do mercado dos EUA.
- A conta corrente da Península Ibérica como porcentagem do PIB não mostrou grandes alterações em 2008. No entanto, em termos absolutos, o déficit da Espanha aumentou 6,5% enquanto o de Portugal aumentou 39,8%. Andorra chegou a reduzir seu déficit comercial em 4,2%.

Gráfico 17
CONTA CORRENTE, 2007-2008
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

3. Contração do comércio internacional

- A partir do quarto trimestre de 2008 observou-se uma contração do comércio internacional, relacionada com a queda pronunciada dos produtos básicos e a menor demanda interna e externa. Como se pode observar no gráfico 18, tanto as exportações como as importações tiveram importantes reduções em termos de volume e valor. A contração dos volumes exportados foi mais acentuada na América Central e México, dada a dependência desta sub-região em relação à exportação de manufaturas para a economia dos EUA. A América do Sul, em compensação, exporta principalmente produtos básicos, como alimentos, energia e minerais, a um

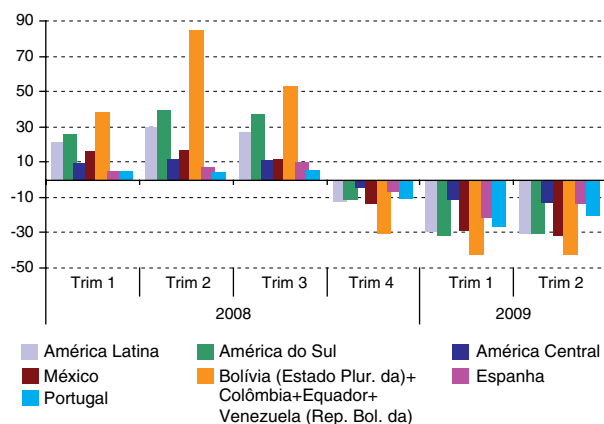
grupo diverso de países, o que, em geral, facilita a substituição de destinos das exportações frente a um choque negativo num determinado mercado.

- A Península Ibérica também viu seu comércio externo diminuir. No entanto, ali teve mais força o efeito da redução da demanda. Conforme já mencionamos, o comércio de produtos básicos não representa um papel importante no comércio da península e, como se observa no gráfico 18, as diferenças entre as variações em valor e volume são menores que no caso da América Latina.

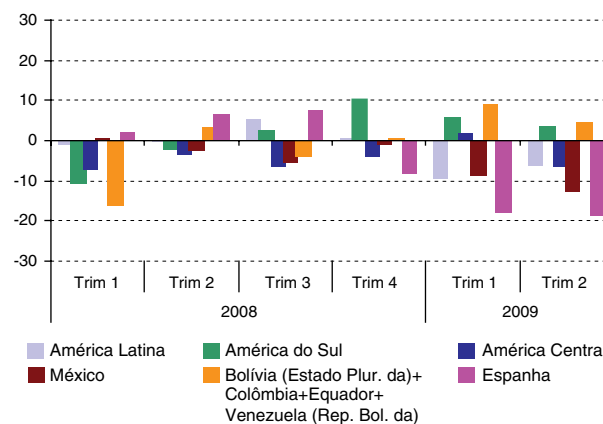
Gráfico 18

IBERO-AMÉRICA: VARIAÇÃO INTERANUAL DOS VALORES E VOLUMES DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, DADOS PRELIMINARES
(Em porcentagens)

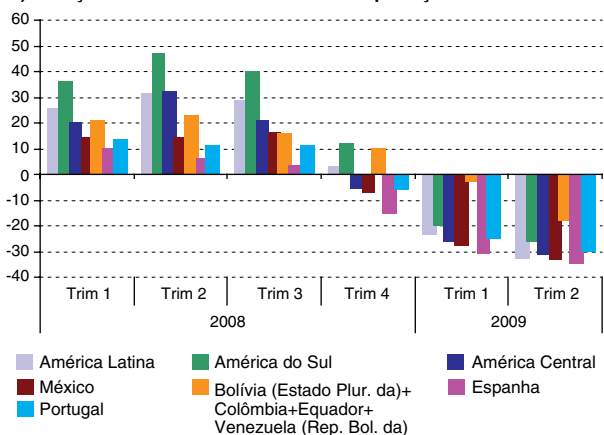
a) Variação interanual dos valores das exportações



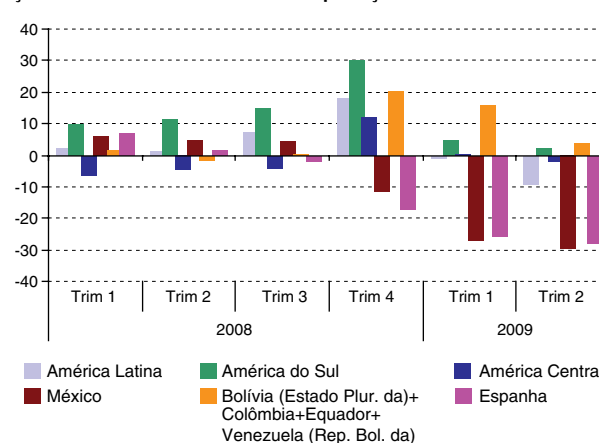
b) Variação interanual dos volumes das exportações



c) Variação interanual dos valores das importações



d) Variação interanual dos volumes das importações



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e fontes nacionais.

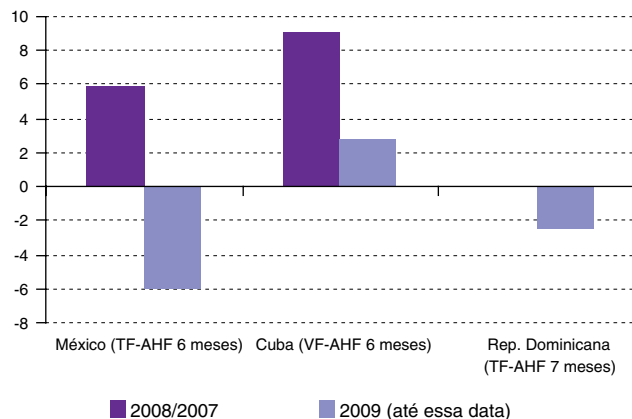
4. Contração do setor turístico

O impacto da crise econômica global no turismo ibero-americano foi variado, como mostram os resultados dos 22 destinos ibero-americanos nos primeiros meses de 2009. Os destinos europeus —Andorra, Espanha e Portugal— foram particularmente afetados, com quedas superiores a 10%, já que a crise econômica teve grande impacto em seus principais mercados emissores (Alemanha, França e Reino Unido). A nota positiva são os resultados do mês de julho, que indicam uma moderação do ritmo de decréscimo.

O México, que apresentava resultados bastante positivos até abril, sofreu a partir de maio o forte impacto do surto da gripe pelo vírus A(H1N1). Nos primeiros seis meses de 2009, as chegadas de turistas internacionais ao país baixaram 6%.

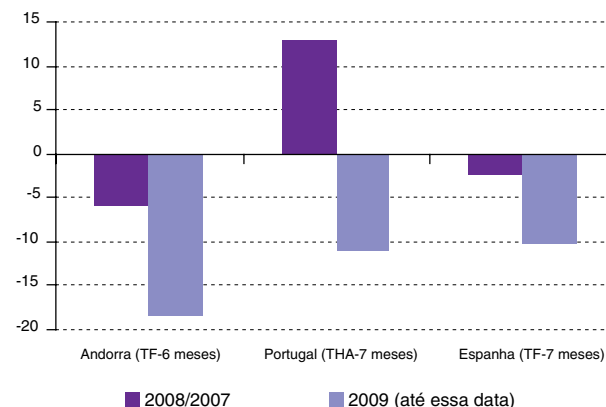
No Caribe, Cuba se destaca por seus bons resultados (aumento de 3% de janeiro a junho), enquanto as chegadas internacionais à República Dominicana de janeiro a julho de 2009 diminuíram 2%, ainda que se verifique uma ligeira melhoria dos dados desde o mês de maio.

Gráfico 20
AMÉRICA CENTRAL E MÉXICO: VARIAÇÃO PORCENTUAL DAS CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS



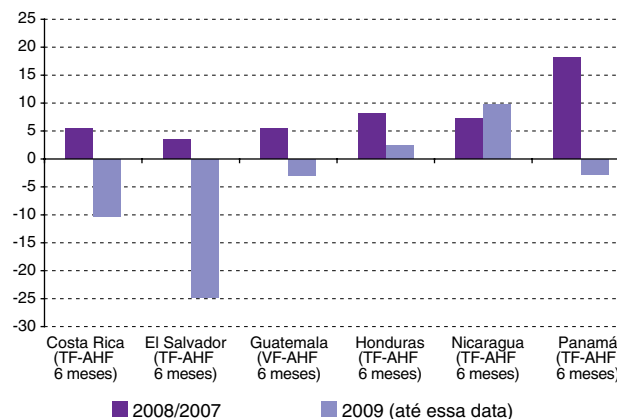
Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT).

Gráfico 19
IBERO-AMÉRICA: VARIAÇÃO PORCENTUAL DAS CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS



Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT).

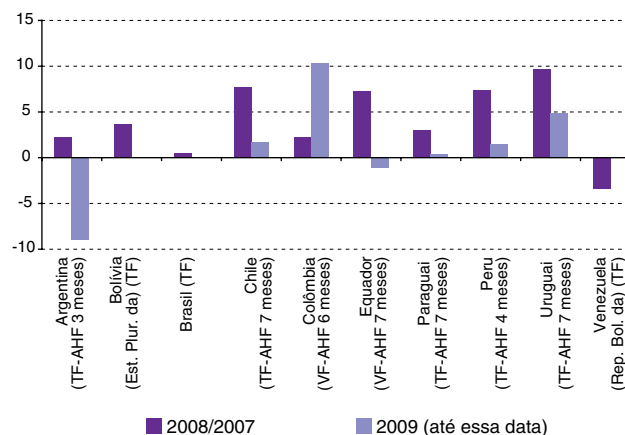
Nota: TF: chegadas de turistas internacionais nas fronteiras (salvo visitantes do dia); VF: chegadas de turistas internacionais nas fronteiras (incluindo turistas e visitantes do dia); THA: chegadas de turistas internacionais em hotéis e estabelecimentos similares; TEC: chegadas de turistas internacionais em estabelecimentos coletivos.



Os destinos da América Central tiveram um comportamento diverso. Costa Rica e El Salvador foram particularmente afetados, com reduções de 10% e 25%, enquanto Guatemala e Panamá apresentaram uma ligeira queda de 3%. Por outro lado, Honduras e Nicarágua se destacam por seus resultados positivos (aumentos de 2% e de 10%, respectivamente).

Na América do Sul o panorama é muito mais positivo. Com exceção da Argentina, que mostrou uma redução de 9% no primeiro trimestre, a maioria dos destinos manteve, ou melhorou, os resultados de 2008 (enquanto Chile, Paraguai, Peru e Uruguai mostraram aumentos de 2%, 0,4%, 2% e 5%, respectivamente, o Equador apresentou uma queda de 1%). Do conjunto de países ibero-americanos na América do Sul com dados disponíveis para 2009, destaca-se a Colômbia, com um aumento de 10% nas chegadas de visitantes internacionais durante os primeiros seis meses de 2009. Em alguns destinos americanos os dados das chegadas de turistas se agravaram a partir do mês de maio pelo impacto do surto da gripe pelo vírus A(H1N1).

Gráfico 21
AMÉRICA DO SUL: VARIAÇÃO PORCENTUAL DAS CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS

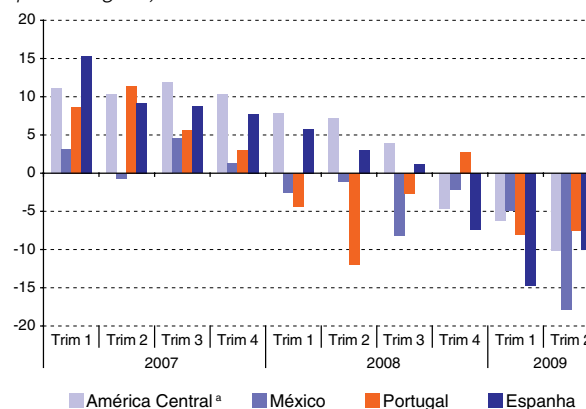


Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT).

5. As remessas de emigrantes diminuíram em toda a Ibero-América

- O aumento das taxas de desemprego nas economias desenvolvidas se fez notar com força nas remessas. Na América Central e México, que recebem uma alta porcentagem das remessas de emigrantes que vivem na Espanha e nos Estados Unidos, estas caíram 10,2% e 17,9%, respectivamente, no segundo trimestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008.
- A Espanha, ao mesmo tempo em que para muitos países da América Latina é uma fonte muito importante de remessas (em 2008 equivaliam a 0,8% do PIB), também é receptor de remessas (0,5% do PIB em 2008). As remessas espanholas caíram 10% no segundo trimestre de 2009. Com uma tendência similar, ainda que não tão pronunciada, no segundo trimestre de 2009 as remessas de Portugal diminuíram 7,5%.

Gráfico 22
EVOLUÇÃO DAS REMESSAS DE EMIGRANTES, VARIAÇÃO INTERANUAL
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados nacionais.

^a Refere-se à média ponderada de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e República Dominicana.

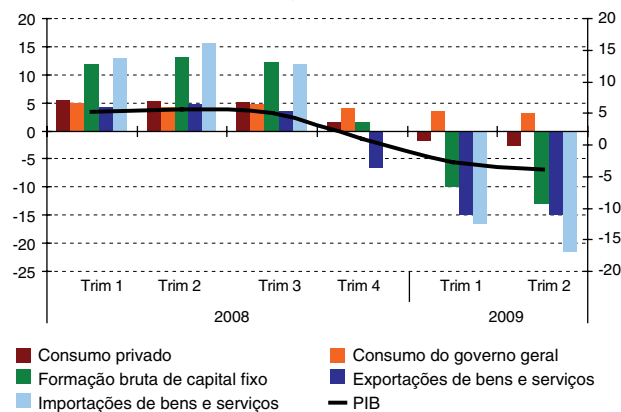
6. Outros fatores relevantes

- Embora sejam mais difíceis de quantificar, fatores tais como a destruição de riqueza derivada da queda dos preços dos ativos e os efeitos da deterioração das expectativas no investimento e no consumo privado também foram resultados importantes da crise.
- Estes fatores são de especial relevância nos países com mercados internos de maior tamanho e peso na atividade econômica e se manifestaram em reduções do investimento e significativas desacelerações do consumo privado. Como se observa nos gráficos 23 e 24, a queda do consumo privado e da formação bruta de capital fixo ocorreu primeiro na Península Ibérica no terceiro trimestre de 2008 e depois na América Latina no primeiro trimestre de 2009.
- Contrasta, no entanto, o comportamento do consumo público, que mostra um crescimento durante todo o período, tanto na América Latina como na Península Ibérica. Este fato está relacionado às políticas fiscais ativas com que os países procuraram amortecer o impacto da crise.

Gráfico 23

AMÉRICA LATINA: VARIAÇÃO PORCENTUAL INTERANUAL DA DEMANDA AGREGADA, 2008-2009

(Em dólares constantes de 2000)

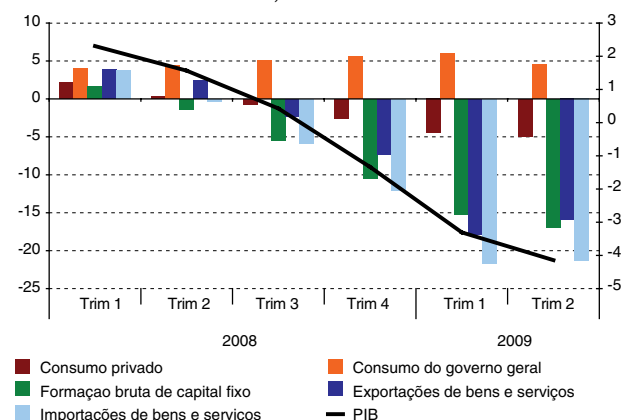


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados nacionais.

Gráfico 24

PENÍNSULA IBÉRICA: VARIAÇÃO PORCENTUAL INTERANUAL DA DEMANDA AGREGADA, 2008-2009

(Em euros constantes de 1999)



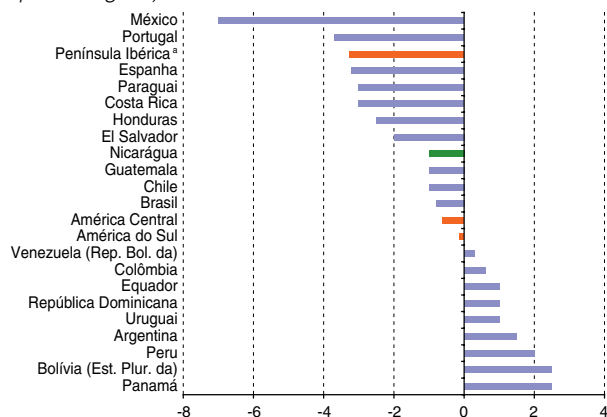
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), base de dados OECD.Stat.

7. Tudo isto teve um forte impacto negativo na taxa de crescimento do PIB na Ibero-América

Gráfico 25

IBERO-AMÉRICA: CRESCIMENTO PROJETADO DO PIB EM 2009

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados nacionais e do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

* Não inclui Andorra.

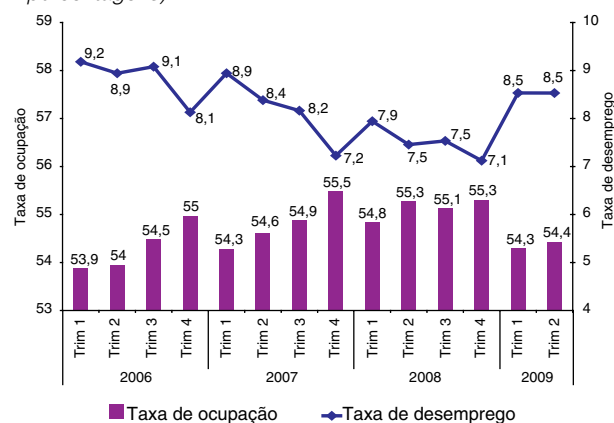
- A partir da segunda metade de 2008, a crise econômica internacional afetou de forma heterogênea as diversas regiões e golpeou em particular o México, onde se espera uma contração de 7% no PIB, e a Península Ibérica, cujos países devem registrar uma contração econômica média de 3,3% durante o ano¹.
- Além de provocar a queda do crescimento econômico, a crise afetou os mercados de trabalho dos países da Ibero-América.
- Desde meados de 2007 na Espanha e fins de 2008 na América Latina, a situação em termos de ocupação e desemprego sofreu uma marcada deterioração em paralelo à ocorrência da crise financeira internacional. Esta deterioração foi particularmente drástica na Espanha, onde a taxa de desemprego total passou de 8% no segundo trimestre de 2007 para 17,9% no segundo trimestre de 2009.

¹ Não inclui Andorra, país para o qual não foi possível obter dados.

Gráfico 26

AMÉRICA LATINA (9 PAÍSES): TAXA DE OCUPAÇÃO E DESEMPREGO, PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2006 AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009

(Em porcentagens)

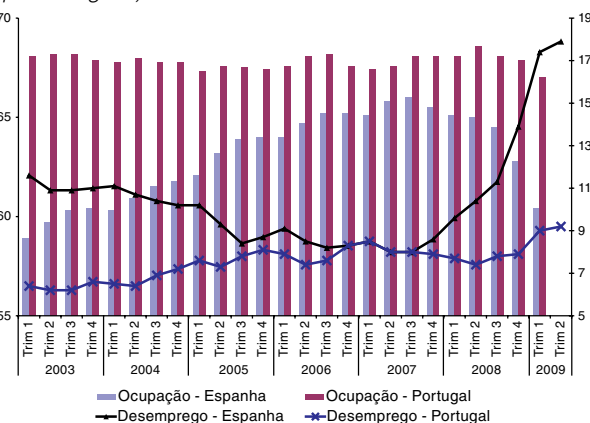


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), com base em informação oficial das pesquisas domiciliares dos países.

Gráfico 27

PENÍNSULA IBÉRICA: TAXAS TRIMESTRAIS DE OCUPAÇÃO E DESEMPREGO

(Em porcentagens)



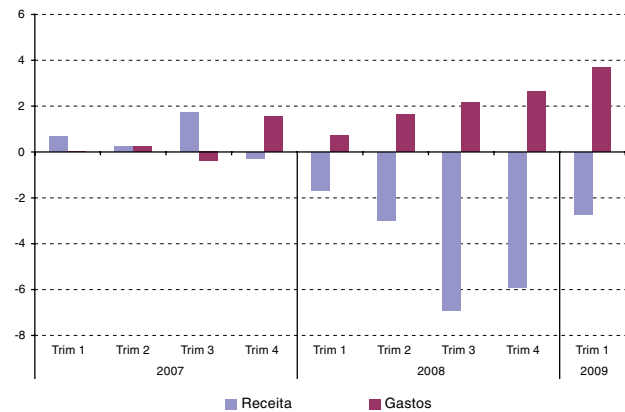
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

- Junto ao aumento do gasto público para enfrentar a crise e a queda da receita tributária como resultado da redução do nível de atividade econômica e queda dos preços internacionais dos produtos exportados por vários países da América Latina (energia, alimentos, metais), durante a segunda metade de 2008 os resultados fiscais se deterioraram significativamente, como mostra o gráfico 28.
- Observa-se que tanto em Portugal como, sobretudo, na Espanha, a crise internacional trouxe consigo uma redução da receita do governo geral, ao mesmo tempo em que a implementação das medidas anticrise de ordem fiscal, assim como os estabilizadores automáticos no lado do gasto (como o seguro-desemprego), aumentaram significativamente as despesas públicas.

Gráfico 28

ESPAÑA: TAXA DE CRESCIMENTO DA RECEITA E DESPESA PÚBLICA

(Variação anual, em porcentagem do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

Gráfico 29

PORTUGAL: TAXA DE CRESCIMENTO DA RECEITA E DESPESA PÚBLICA

(Variação anual, em porcentagem do PIB)

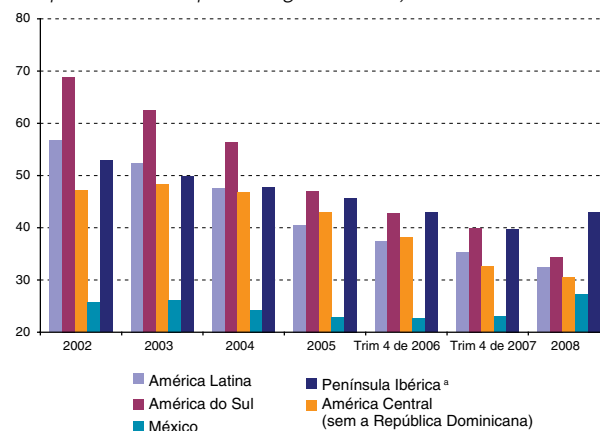


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

8. Em comparação com crises anteriores, a América Latina se encontrava numa situação menos vulnerável

- Como reflexo tanto da melhoria dos resultados fiscais como do robusto crescimento do produto durante o período anterior à crise, a relação entre a dívida e o PIB diminuiu de forma significativa durante o período. Em especial, destaca-se a redução do coeficiente da dívida na América do Sul, onde a dívida passou de 68,9% para 34,4% do PIB entre 2002 e 2008.
- A diminuição dos coeficientes da dívida pública da América Latina não foi o único fator favorável que reduziu a vulnerabilidade macroeconômica da região em face da crise financeira internacional. Também cabe destacar que a política de acumulação de reservas adotada pelos países da América Latina durante o período fez com que, em termos de níveis, vários países se encontrassem em meados de 2008 com um volume importante de reservas internacionais para fazer frente às suas necessidades de divisas.
- Apesar do importante crescimento econômico registrado durante o período, o nível de reservas como porcentagem do PIB de vários países da região era mais elevado em meados de 2008 que em 2003. No caso da América do Sul, o nível de reservas aumentou significativamente com respeito aos níveis registrados durante a crise asiática: enquanto no fim de 1997 a sub-região registrava reservas de 7,6 pontos percentuais do PIB, no fim de 2008 alcançava 12,7 pontos percentuais do PIB.

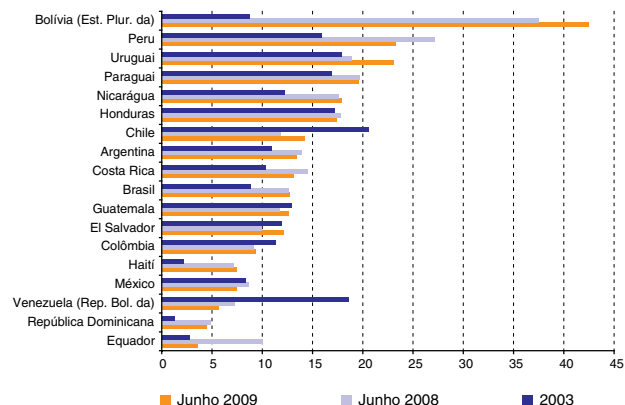
Gráfico 30
DÍVIDA PÚBLICA DO SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO
(Média ponderada em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras nacionais.

^a Corresponde à dívida bruta consolidada do governo geral.

Gráfico 31
AMÉRICA LATINA (19 PAÍSES): RESERVAS INTERNACIONAIS
(Em porcentagens do PIB)

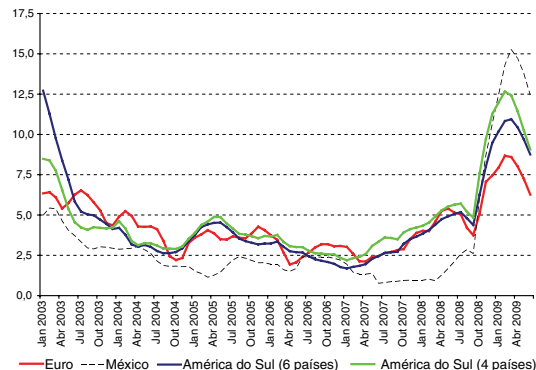


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

9. A capacidade de absorver choques negativos foi beneficiada pelo aumento da flexibilidade cambial

- A capacidade de absorver choques negativos no setor externo da América Latina também foi beneficiada pelo aumento registrado na flexibilidade cambial da América do Sul e México durante o período.
- Como indica o gráfico 32, vários países da América do Sul, assim como o México, registraram uma importante flexibilidade cambial durante a crise, o que lhes permitiu facilitar o ajuste dos preços relativos dos bens comercializáveis de suas economias a um custo menor em termos de hiato da produção. Isto é resultado do avanço para regimes cambiais mais flexíveis registrado nos últimos anos em vários países da América do Sul, o que em alguns casos (como Brasil, Chile, Colômbia e Peru) supôs a adoção de esquemas de metas de inflação para a condução da política monetária.

Gráfico 32
VOLATILIDADE DA TAXA DE CÂMBIO NOMINAL
(Coeficiente de variação em porcentagens)

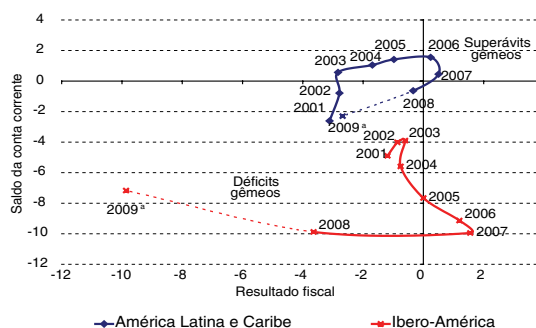


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

10. Apesar das melhores condições iniciais, a margem de manobra das autoridades para implementar políticas anticrise é limitada

- Estima-se que em 2009 a América Latina registrará uma deterioração tanto das contas fiscais como da conta corrente, de maneira que a região voltaria ao ponto do qual partiu no princípio da década, com um déficit em ambas as contas.
- Além disso, no caso das contas fiscais da Espanha e Portugal, estimativas preliminares prevêem uma deterioração ainda mais pronunciada.

Gráfico 33
EVOLUÇÃO DA CONTA CORRENTE E RESULTADO FISCAL, 2000-2009
(Em porcentagens do PIB)



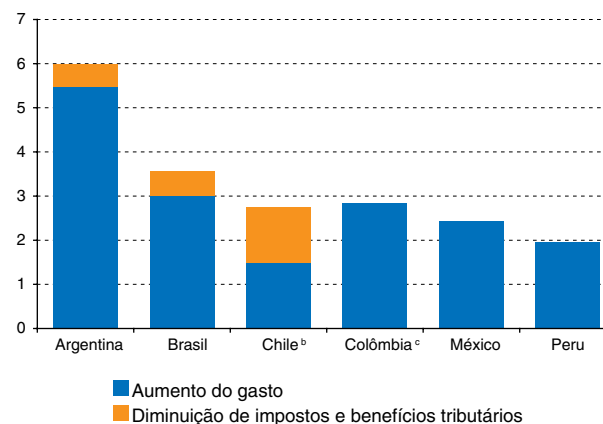
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação do Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT), The Economist Intelligence Unit e cifras oficiais.

^a As cifras de 2009 correspondem a estimativas preliminares.

11. Alguns países da América Latina contavam com espaço fiscal para formular uma política de estímulo contra a crise

- Como resposta à crise internacional, os países da Ibero-América anunciaram uma série de instrumentos para estabilizar suas economias e retomar o caminho do crescimento. A maioria aplicou rapidamente medidas financeiras e monetárias com o objetivo de restaurar a confiança e injetar liquidez no sistema financeiro. Contudo, para promover o crescimento e apoiar os setores mais afetados, tornou-se necessária uma política fiscal mais ativa. Dependendo do espaço fiscal disponível ou do crédito obtido de organismos multilaterais, os países adotaram medidas de estímulo fiscal.
- Como mostra o gráfico 34, a resposta da América Latina foi heterogênea. A Argentina registra uma intervenção muito ativa, com políticas fiscais programadas para 2009 que ascendem a 6% do PIB. Os outros países incluídos no gráfico 34 também anunciaram importantes pacotes de estímulo, que variam de 2% a cerca de 3,5% do PIB. Estas medidas incluem aumentos do gasto, principalmente em projetos de infraestrutura, e, em menor medida, diminuições de impostos e outros benefícios tributários. Todavia, ante a importante queda que se espera na receita fiscal, a capacidade de implementação destes programas poderia ser afetada.
- Com frequência, estes programas foram acompanhados de financiamento aos setores mais afetados pela crise: turismo, setor automotivo e outras indústrias manufatureiras, PME, construção, exportadores e os setores mais vulneráveis da população.
- Alguns países inclusive recorreram a restrições às importações e outras medidas restritivas do comércio exterior.

Gráfico 34
AMÉRICA LATINA (PAÍSES SELECIONADOS): CUSTO FISCAL DAS MEDIDAS CONTRA A CRISE PROGRAMADAS PARA 2009
(Em porcentagens do PIB)^a



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

^a PIB de 2008.

^b As medidas são para 2009, com exceção da diminuição do imposto do selo, que se estende até 2010.

^c Inclui uma medida para um período posterior a 2009.

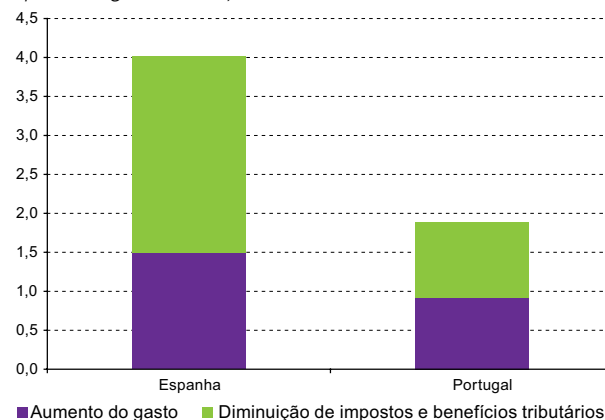
12. Na Península Ibérica também foram implementadas medidas de estímulo fiscal

- Na Espanha, o Plano Espanhol para o Estímulo da Economia e Emprego (Plano E) representa um desembolso fiscal equivalente a 4% do PIB, sendo que 37% correspondem a aumento de gastos e subsídios e 63% a diminuição de impostos e benefícios tributários. Dos componentes do Plano E, três categorias implicam um custo fiscal: apoio às famílias, apoio às empresas e fomento do emprego. Das medidas para o apoio às famílias (1,3% do PIB), 30% destinam-se ao aumento de gastos e subsídios e 70% à diminuição de impostos e benefícios tributários. As medidas para o apoio às empresas (1,6% do PIB) se destinam, em sua totalidade, a diminuições de impostos e benefícios tributários. As medidas de fomento do emprego (1,1% do PIB) são utilizadas para aumentar o gasto e os subsídios. Este programa é complementado com uma agenda de reformas para a modernização da economia e um importante plano de financiamento. Mediante este último, serão concedidas linhas de crédito no equivalente a 5,2% do PIB: metade se destinará ao apoio às empresas e a outra metade será dividida entre apoio às famílias e fomento do emprego.
- Em Portugal foram anunciadas algumas medidas de estímulo durante 2008, sobretudo através de benefícios fiscais para as famílias e as empresas, ações reforçadas de proteção familiar e combate à pobreza e linhas de crédito para PME. No entanto, foi a Iniciativa para o Investimento e o Emprego (IIE) que consolidou a resposta do governo ante a crise. Este programa foi elaborado em torno de cinco eixos: modernização de escolas, promoção de energias sustentáveis, modernização da infraestrutura tecnológica, apoio especial à atividade econômica, exportações e PME e apoio ao emprego. A IIE foi complementada com planos específicos de apoio setorial dirigidos, principalmente, à indústria automotora, têxtil, madeireira e da cortiça. O custo fiscal total destas medidas de estímulo representou 1,9% do PIB, dos quais 49% foram concebidos como um aumento de gastos e subsídios e os 51% restantes como uma diminuição de impostos. A isto deve-se acrescentar um importante pacote de financiamento equivalente a 3,9% do PIB.

Gráfico 35

ESPAÑA E PORTUGAL: CUSTO FISCAL DAS MEDIDAS CONTRA A CRISE QUE SERÃO ADOTADAS ATÉ 2009

(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

D. Perspectivas

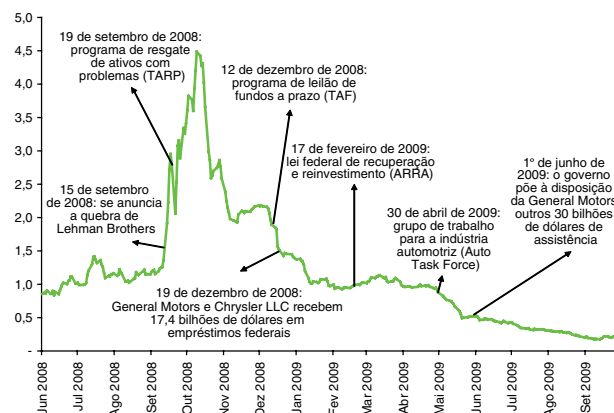
1. Diminuição dos riscos no setor bancário

- A evolução da taxa de juros do mercado interbancário (*TED spread*) indica uma redução na percepção de riscos no mercado dos EUA. Como se pode observar no gráfico 36, o *TED spread* alcançou seu máximo em 12 de outubro de 2008. A partir dessa data, em consonância com as medidas anticrise anunciadas pelo governo, registrou uma paulatina queda até chegar novamente ao nível anterior à crise (cerca de 50 pontos básicos).
- Há indícios de que as bolsas de valores mundiais estão se recuperando. Depois de uma queda de 52% e 51% entre dezembro de 2007 e março de 2009, as bolsas de valores da Espanha e Portugal começaram a se recuperar. Em meados de agosto de 2008, os índices subiram 44% na Espanha e 27% em Portugal. No entanto, os valores continuam abaixo do nível de janeiro de 2008: 30% no caso da Espanha 40% e no de Portugal.
- Na América Latina observa-se a mesma tendência. Após uma queda de 52% entre dezembro de 2007 e março de 2009, em meados de agosto de 2009 registrou-se um aumento de 63%. Enquanto o Chile e a República Bolivariana da Venezuela recuperaram completamente a perda, os valores da Argentina, Brasil e México continuam abaixo do nível de janeiro de 2008.

Gráfico 36

TAXA DE JUROS DO MERCADO INTERBANCÁRIO

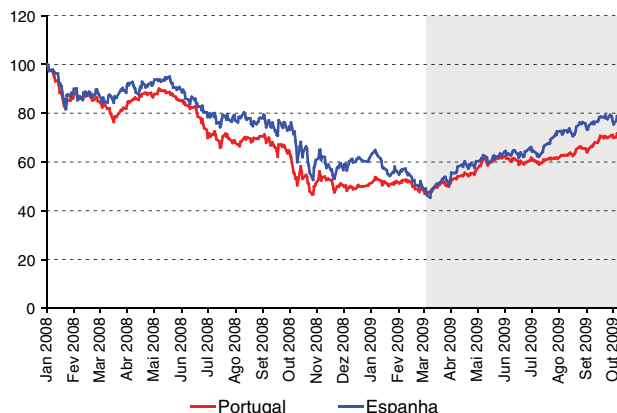
(*TED spread*: 2008-2009)^a



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras de Bloomberg.

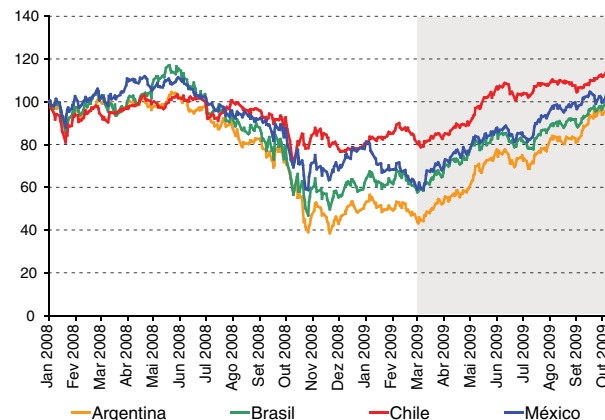
^a O *TED spread* é uma medida do risco de que um banco fique inadimplente (*default*) e corresponde ao excesso da taxa de curto prazo para empréstimos interbancários sobre a taxa livre de risco (títulos do tesouro a três meses).

Gráfico 37
PENÍNSULA IBÉRICA: ÍNDICES DAS BOLSAS DE VALORES
 (Índice: 1º de janeiro de 2008=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras de Bloomberg.

Gráfico 38
AMÉRICA LATINA: ÍNDICES DAS BOLSAS DE VALORES
 (Índice: 1º de janeiro de 2008=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras de Bloomberg.

2. O setor real registra os primeiros sinais de estabilização

- O índice *Baltic Dry* capta a contratação de fretes marítimos e, no curto prazo, colhe os efeitos das variações nos níveis do comércio internacional. Como se observa no gráfico 39, este índice recentemente deteve a queda observada desde meados de 2008 e nos últimos dois meses oscilou ao redor da média registrada entre 2000 e 2007, o que reflete certa recuperação da atividade comercial mundial.

Gráfico 39
ÍNDICE BALTIC DRY
 (Valores diários, índice 1º de janeiro de 1985=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras de Bloomberg.

- É difícil prever quando terminará a crise e como será o caminho para a recuperação da economia real. Conforme mencionado anteriormente, os preços dos produtos básicos diminuíram depois do máximo observado em meados de 2008. No entanto, desde março de 2009 começaram a aumentar novamente, de maneira que os valores registrados em meados de 2009 são bastante mais altos e se aproximam da média de 2000 a 2007. No caso do petróleo, carvão, soja, milho, trigo e cobre, as médias de junho de 2009 foram 47%, 45%, 95%, 65%, 60% e 50% mais altas, respectivamente.
- Em 2009, espera-se um aumento do saldo negativo da conta corrente da América Latina. Os resultados sub-regionais serão afetados pelas variações esperadas nos termos de troca. Para a região em conjunto, projeta-se uma diminuição dos termos de troca de 10,8%. Os exportadores de petróleo e os de metais e minerais sofrerão a queda mais significativa (28,3% e 20,6%, respectivamente), enquanto para a América Central se prevê um alívio, com um aumento projetado de 4,2%.
- Ante a incerteza a respeito da duração e profundidade da crise, é difícil prever os montantes de IED para o ano em curso. As tendências e os dados preliminares indicam que as entradas de IED na região cairiam entre 35% e 45%. Ainda assim, os fluxos superariam a média das entradas de IED na região entre 2001 e 2006.

3. Reflexões finais: uma visão de longo prazo

A Ibero-América enfrentou a crise mais profunda desde a Grande Depressão dos anos 30. Suas consequências econômicas e sociais foram muito graves, em particular o significativo aumento do desemprego. No curto prazo, isto se expressará em aumento na incidência da pobreza e, se não houver uma ação pública para evitá-lo, possivelmente um menor bem-estar futuro para os grupos de renda mais baixa, que geralmente são mais afetados durante episódios recessivos.

Contudo, é preciso reconhecer o aprendizado e a vontade para introduzir reformas econômicas e institucionais que se manifestam na maior capacidade que a região exibiu para enfrentar este significativo choque externo. No passado, as crises externas se traduziram em aumentos muito pronunciados do desemprego e da pobreza, que devastaram as perspectivas de progresso nos níveis de vida de amplos grupos de população. Como consequência, agravaram-se conflitos sociais e ocorreram falhas institucionais que, por sua vez, afetaram o respeito aos direitos humanos fundamentais.

Na atual conjuntura, as consequências econômicas e sociais, embora graves, foram de menor magnitude que em crises

anteriores. Isso se deve, em parte, a políticas macroeconômicas que em vários países conduziram a um manejo preventivo do período de bonança dos preços externos de suas exportações, um fortalecimento fiscal e um desendividamento externo, ao mesmo tempo em que se criaram condições que provocaram uma queda dos níveis inflacionários. Também foram introduzidas reformas que fortaleceram a capacidade dos sistemas financeiros para enfrentar episódios de turbulência econômica, cujos frutos podemos apreciar na atual conjuntura. Por sua vez, em vários casos ampliaram-se as redes de proteção social, o que permitiu amortecer os efeitos derivados de crises e episódios de turbulências econômicas.

Não obstante, a capacidade para exercer uma ação anticíclica só com base nos esforços e recursos dos países é limitada. Além disso, vários países, entre os quais se encontram alguns com elevada incidência de pobreza, não foram favorecidos pelo período de altos preços das exportações da América Latina e a urgência de atender às necessidades sociais não permitiu em alguns a criação de folgas fiscais e financeiras para exercer uma política anticíclica. De modo que esses países não se encontram numa boa posição para enfrentar a crise atual. O apoio externo,

mediante a assistência oficial para o desenvolvimento e outras formas de cooperação, representa nestes casos um papel crucial no alívio das consequências sociais da crise. Por sua vez, o fortalecimento das capacidades dos organismos multilaterais e regionais de financiamento e certa flexibilização em suas linhas de apoio são fatores que deveriam contribuir para o mesmo objetivo.

Conforme assinalado, diversos indicadores permitem prever que o momento culminante da crise na América Latina ficou para trás. No terceiro trimestre de 2009, o comércio internacional parecia ter começado uma incipiente recuperação, os preços dos produtos básicos melhoraram com respeito ao piso de início do ano, o acesso ao crédito aumentou e as expectativas dos agentes econômicos se tornaram mais positivas. Tudo aponta para uma melhoria no nível de atividade da região no fim do ano, ainda que insuficiente para compensar os baixos níveis de atividade registrados até então. Espera-se uma queda do PIB regional de 1,9% em 2009 devido, principalmente, à forte queda projetada do PIB do México e se prevê estagnação do PIB na América do Sul (crescimento de 0,1%) e na América Central (0%). Além disso, prognostica-se uma recuperação de 3,1% no nível de atividade da região em 2010, liderada pela América do Sul, mas com heterogeneidade entre os países.

Na Península Ibérica também se espera uma melhoria nos indicadores de atividade em 2010, embora a recuperação econômica provavelmente será insuficiente para que o crescimento anual seja positivo na Espanha e Portugal. Desta forma, de acordo com a EUROSTAT, preveem-se para 2009 quedas de 3,2% e 3,7% do PIB na Espanha e Portugal, respectivamente. Em 2010 esperam-se menores reduções do PIB da Espanha e Portugal (de 1% e 0,8%, respectivamente).

No futuro, a região ibero-americana enfrentará um duplo desafio. Em primeiro lugar, é preciso recuperar os níveis de atividade e reduzir ao mínimo as sequelas sociais da crise, sobretudo na América Latina, onde a população vulnerável foi muito afetada. Isto apresenta desafios particularmente importantes para os países que não conseguiram gerar suficiente espaço fiscal a fim de poder aplicar políticas anticíclicas. Em segundo lugar, para o desenvolvimento futuro será essencial retomar o caminho do crescimento com base no aumento da competitividade apoiada no conhecimento e na inovação, uso sustentável dos recursos naturais, cuidado do meio ambiente e fortalecimento das instituições e dos mecanismos que possibilitem a difusão dos benefícios do crescimento para todos os setores da população, em especial para os mais desfavorecidos.

Como se pode ver, os desafios são formidáveis e, embora vários países da região tenham aprendido a enfrentar a variabilidade externa, em geral o desenvolvimento das capacidades é insuficiente para enfrentar os desafios de longo prazo. Falta ainda avançar muito em matérias como o desenvolvimento de um ambiente propenso à inovação, os sistemas de criação, adaptação, difusão e aplicação de conhecimentos em todas as esferas produtivas, o fortalecimento dos mecanismos de proteção e inclusão social e a construção de uma infraestrutura que dê sustentabilidade, num sentido amplo, ao processo de crescimento.

A magnitude destes desafios torna evidente a necessidade de uma cooperação público-privada, pois nenhum ator será capaz de enfrentá-los somente com base em seus recursos individuais. O desenvolvimento, entendido de forma ampla, compreendendo o crescimento econômico, a inclusão social e sua sustentação no tempo, será resultado desse esforço conjunto. Caso contrário, sua consecução será muito difícil.

Anexo

A reação dos governos das Américas à crise internacional:

**uma apresentação sintética das medidas de política
anunciadas até 30 de setembro de 2009**

SÍNTESE DAS MEDIDAS, POR PAÍS

Medidas	País							
	AR	BO	BR	CL	CO	CR	CU	EC
Política monetária e financeira								
Modificação do encaixe bancário	X	X	X	X	X			
Provisão de liquidez em moeda nacional	X	X	X	X	X	X		
Mudanças na taxa da política monetária			X	X	X	X		X
Outras medidas	X		X		X			X
Política fiscal								
Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários	X	X	X	X	X	X		X
Aumento ou antecipação do gasto	X	X	X	X	X	X		
Outras medidas	X		X	X	X	X		X
Política cambial e de comércio exterior								
Provisão de liquidez em moeda estrangeira (*)	X	X	X	X	X			X
Aumento de tarifas ou restrições às importações	X							X
Diminuição de tarifas			X					X
Financiamento e apoio a exportadores	X		X	X	X			X
Política cambial	X					X		
Outras medidas	X							X
Políticas sectoriales								
Habituação		X	X	X	X	X		
PME			X	X	X	X		
Agropecuário		X	X	X		X		
Turismo								
Indústria	X	X	X	X	X	X		
Outras medidas	X		X	X		X		
Políticas trabalhistas e sociais								
Política trabalhista	X	X	X	X	X	X		
Programas sociais		X	X	X	X	X		
Outras medidas								
Financiamento multilateral	X				X	X		X

(*) Não inclui os bancos centrais que intervieram vendendo divisas nos mercados de câmbio.

Nota: AR= Argentina
 BO= Bolívia (Estado Plur. da)
 BR= Brasil
 CL= Chile
 CO= Colômbia
 CR= Costa Rica
 CU= Cuba
 EC= Equador
 SV= El Salvador
 GT= Guatemala

HN= Honduras
 MX= México
 NI= Nicarágua
 PA= Panamá
 PY= Paraguai
 PE= Peru
 DO= República Dominicana
 UY= Uruguai
 VE= Venezuela (Rep. Bol. da)
 AD= Andorra

ES= Espanha
 PT= Portugal
 UY= Uruguai
 BCE= Banco Central Europeu

	SV	GT	HN	MX	NI	PA	PY	PE	DO	UY	VE	AD	ES	PT	BCE
	X	X	X				X	X	X						
		X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X
			X	X			X	X	X	X					X
	X		X			X	X						X		X
	X	X	X	X	X	X			X	X			X	X	
		X	X	X	X		X	X	X				X	X	
	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X	
	X	X		X				X		X					X
				X	X		X			X					
					X	X		X	X	X					
		X			X					X			X	X	
		X			X					X			X	X	
					X		X	X					X	X	
		X	X	X	X		X	X	X	X			X	X	
	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X	
	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	
	X	X	X	X	X	X	X		X						

DETALHES DAS MEDIDAS, POR PAÍS

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
ARGENTINA	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Redução do encaixe em dólares e outras medidas que implicaram a diminuição do encaixe efetivo em moeda nacional.</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Programa de recompra automática diária de títulos emitidos pelo Banco Central da República Argentina (BCRA) com vencimento nos próximos seis meses.</p> <p>Triplificação da linha de crédito do BCRA para os bancos locais.</p> <p>Troca de empréstimos garantidos que consiste no refinanciamento de passivos emitidos pelo governo nacional em 2001.</p> <p>Implantação de um novo plano de créditos hipotecários após um acordo com os acionistas privados do Banco Hipotecário para que haja participação pública na administração desta entidade.</p> <p>Outras medidas</p> <p>A Administração Federal de Receitas Públicas (AFIP), o BCRA e a Comissão Nacional de Valores (CNV) apresentaram medidas que dificultam a saída de capitais de empresas e particulares para paraísos fiscais e bancos extraterritoriais (<i>offshore</i>). Os agentes financeiros só poderão concretizar operações com países que forneçam informação.</p> <p>O governo convocou uma licitação para pagar de forma adiantada a próxima cota do bônus Boden 2012 (com vencimento em 3 de agosto de 2009, no valor de 2 bilhões e 251 milhões de dólares).</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Moratória fiscal e previdenciária que alcançará todas as obrigações tributárias e da segurança social vencidas em 31 de dezembro de 2007.</p> <p>Redução das contribuições patronais de maneira que toda empresa que crie ou regularize postos de trabalho pagará 50% das contribuições no primeiro ano e 75% no segundo ano.</p> <p>Eliminação do esquema de deduções do imposto sobre os lucros que se aplicava aos assalariados desde 2000. A medida beneficia cerca de 800.000 trabalhadores com renda média ou superior.</p> <p>Pagamento adicional para aposentados numa soma fixa equivalente a 56 dólares, que será coberto pela Administração Nacional da Segurança Social.</p> <p>O governo prorrogou o regime de benefícios fiscais da lei de promoção de investimentos em bens de capital e obras de infraestrutura. As empresas devem optar entre os benefícios de amortização acelerada do imposto sobre os lucros ou a devolução antecipada do IVA. Previu-se uma cota fiscal de 330 milhões de dólares por ano para projetos de investimento que tenham grande incidência na criação de emprego e valor agregado. Deste total, 56 milhões são exclusivos para PME.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Plano de obras públicas que ascende a 30,69 bilhões de dólares, dos quais 19,81 bilhões possuem financiamento estruturado e o resto está em negociação. Em 2009 serão executados 15,9 bilhões de dólares, mais do dobro do investido em 2008. O plano de obras públicas se dirigirá principalmente a projetos de moradias, hospitais, redes de esgoto e estradas.</p> <p>O governo apresentou um programa de emissão de bônus no total de 1,12 bilhão de dólares para financiar o Plano rodoviário 2009-2010. Foi lançada uma primeira emissão de bônus de 6 e 20 anos no valor de 420 milhões de dólares, que serão pagos com a arrecadação da taxa sobre o diesel; a ANSES contribuiu com 380 milhões de dólares e o restante foi integrado por bancos privados, bancos oficiais e cooperativos e investidores institucionais.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Unificação do sistema sob regime estatal de distribuição; eliminação do segmento de capitalização administrado pelas Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões (AFJP). Transferência ao setor público das contribuições que antes eram arrecadadas pelas AFJP (cerca de 1,5% do PIB). Transferência ao setor público de ativos que eram administrados pelo sistema de pensões (da ordem de 10% do PIB, pouco menos da metade composto por obrigações do setor privado e ativos no exterior).</p> <p>Medidas para promover a declaração de bens no país ou no exterior e a entrada no país de fundos mantidos no exterior por residentes.</p> <p>30% da receita do governo por direitos cobrados pela exportação de soja será distribuída às províncias. Essa medida (anunciada em 19 de março de 2009) estaria dirigida a fornecer fundos para as províncias.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Em 30 de março de 2009 o Banco Central da República Argentina (BCRA) concretizou um pré-acordo de <i>swap</i> de moedas com o banco central da China no valor de 10 bilhões de dólares. Isto funcionaria como um mecanismo contingente destinado a reforçar as reservas do BCRA.</p> <p>O BCRA anunciou uma troca com o Banco Central do Brasil no equivalente em pesos e reais a 1,5 bilhão de dólares.</p> <p>Aumento de impostos ou restrições às importações</p> <p>A alfândega implementou maiores controles sobre produtos de “setores sensíveis da indústria nacional”, como têxteis, calçados, produtos metalúrgicos, linha branca e motocicletas.</p> <p>Aplicaram-se licenças prévias à importação de um conjunto maior de produtos. Reforçaram-se os controles sobre a importação, mediante a extensão dos prazos das licenças automáticas prévias.</p> <p>Aplicaram-se valores de referência e aumentos de direitos de importação e aceleraram-se os procedimentos relativos ao comércio desleal.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Reabertura das exportações de milho e trigo, fechadas desde junho de 2008. Autorizou-se a exportação de 6 milhões de toneladas de milho e 520.000 toneladas de trigo.</p> <p>Redução das retenções à exportação de trigo e milho: as alíquotas dos direitos de exportação aplicadas ao trigo baixariam de 28% para 23% e ao milho de 25% para 20%. Redução de um ponto percentual adicional por cada milhão de toneladas de aumento da produção sobre a média dos últimos anos.</p> <p>Redução de 50% das retenções às exportações de todas as frutas frescas e hortaliças.</p> <p>Política cambial</p> <p>Maiores controles sobre a demanda de divisas.</p> <p>Flexibilização da taxa de câmbio com sistema de flutuação administrada.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Ajuste de regras para a compra de títulos públicos com liquidação no exterior e outras intervenções da Comissão Nacional de Valores (CNV), Administração Federal da Receita Pública (AFIP) e banco central.</p>

Políticas setoriais

Habitação

O governo anunciou que canalizará até 1,6 bilhão de dólares das contribuições previdenciárias destinadas à Administração Nacional da Segurança Social (ANSES) para linhas de crédito dirigidas à construção, ampliação, conclusão ou compra de moradias novas ou usadas. Decidiu-se adiantar para 2009 as linhas de crédito correspondentes a 2010 e 2011.

Indústria

Créditos para o financiamento de vendas de automóveis e bens de consumo duráveis, pré-financiamento de exportações e capital de giro. Anúncio de linhas de crédito dirigidas a essas atividades e originadas em fundos oficiais que ascendem a 3,68 bilhões de dólares.

A empresa de papel Massuh, que havia efetuado concurso de credores, passou às mãos do governo mediante um fideicomisso.

Anunciou-se um empréstimo da ANSES à General Motors da Argentina no valor de 73 milhões de dólares, para que a empresa desenvolva e comercialize um novo modelo de pequena cilindrada com peças de origem local.

Outras medidas

Criação de um Ministério da Produção. Isto implica a fusão, dentro de uma estrutura ministerial, das atuais secretarias de indústria, comércio e PME, agricultura, pecuária, pesca e alimentos, turismo e (não confirmado) mineração, assim como da Subsecretaria da Pequena e Média Empresa e Desenvolvimento Regional e a Agência Nacional de Desenvolvimento de Investimentos.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Subsídio de 10% do custo trabalhista (12 meses), com 12 meses de prorrogação (5%) mediante a não cobrança de contribuições patronais.

Estímulo (mediante incentivos) para a formalização de trabalhadores.

Será cancelada toda a dívida de capital e juros associada à regularização do emprego de até 10 trabalhadores.

A partir do empregado número 11, a dívida será paga com facilidades. Aos empregados cuja situação se regularize serão reconhecidos até cinco anos de contribuições para a aposentadoria.

O governo anunciou um aumento salarial de 15,5% para funcionários públicos nacionais. O aumento será feito em duas etapas: 8% em junho de 2009 (recebido com os salários de julho) e 7% em agosto desse mesmo ano (recebido em setembro).

Financiamento multilateral

O Banco Mundial aprovou a chamada Estratégia de Aliança com o País (EAP) no total de até 3,3 bilhões de dólares, que permite contrair empréstimos até chegar a esse montante até 2011.

O Banco Mundial aprovou um empréstimo de 840 milhões de dólares para o projeto de saneamento da bacia fluvial Matanza-Riachuelo, um montante superior aos fundos contemplados para o período 2006-2008. Também acordou-se financiar um projeto de proteção social básica de 450 milhões de dólares no período 2009-2011 (com a margem do montante aprovado para a EAP).

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
BOLÍVIA (ESTADO PLURINACIONAL DA)	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Busca-se evitar a dolarização de passivos do sistema financeiro mediante aumento do Fundo de Requisitos de Ativos Líquidos (RAL) por depósitos adicionais em moeda estrangeira, sem afetar os requisitos para os depósitos em moeda nacional. Busca-se também evitar uma dolarização dos ativos do sistema financeiro por meio de previsões adicionais para créditos em moeda estrangeira.</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Diminuição do ritmo de absorção da liquidez mediante operações de mercado aberto (segundo semestre de 2008).</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional mediante resgate de títulos colocados em operações de mercado aberto. Existem também opções de resgate antecipado.</p> <p>Guichês de recompra e créditos de liquidez com garantia do RAL.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>O governo sustentou o preço do zinco para manter a produção mediante uma conta de estabilização de preços dos minerais.</p> <p>Em maio de 2009 começou-se a pagar o bônus mãe-filho-filha Juana Azurduy. Os beneficiários deste bônus serão as mães gestantes e as crianças menores de 2 anos. A mãe gestante receberá quatro pagamentos de 17 dólares correspondentes a quatro controles pré-natais e um pagamento de 17 dólares correspondente ao parto em instituições designadas e um controle pós-natal. No caso dos filhos, serão feitos à mãe 12 pagamentos de 18 dólares correspondentes a 12 controles bimestrais integrais de saúde.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Como parte do plano de contingência 2009, o investimento público chegará a 1 bilhão e 871 milhões de dólares em 2009, 33,5% mais que em 2008. Esta cifra subirá para 2 bilhões e 871 milhões de dólares se o Congresso aprovar um crédito de 1 bilhão de dólares para operações de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) durante 2009.</p> <p>Serão investidos 870 milhões de dólares no setor de infraestrutura (47% do orçamento total), dos quais 690 milhões de dólares (37,5%) destinados à construção de estradas. O orçamento do setor energético será aumentado em 51,8%, pois receberá 150 milhões de dólares, que equivalem a 7,9% do total calculado para 2009. Os projetos de hidrocarbonetos contarão com um orçamento 30,5% mais elevado que o atual.</p> <p>Os projetos agropecuários produtivos totalizarão 150 milhões de dólares, que equivalem a 8,1% do orçamento. A mineração receberá 110 milhões de dólares, ou seja, 168,4% a mais que em 2008.</p> <p>O orçamento dos projetos multissetoriais aumentará em 35,9%, para 105 milhões de dólares.</p> <p>Os projetos de urbanismo e moradia receberão um grande impulso: seu orçamento crescerá 18% em relação a 2008 e chegará a um total de 200 milhões de dólares.</p> <p>Definição, em junho de 2009, de novos valores para contratações estatais que pretende obter eficiência e agilidade nos processos de contratação e acelerar a execução do investimento público, apoiando a produção boliviana.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Diminuição da comissão por transferências do exterior realizadas através do banco central e aumento da correspondente a transferências ao exterior.</p> <p>Aumento de tarifas ou restrições às importações</p> <p>Incorporação de uma alíquota de 35% à estrutura tarifária do país, especialmente para têxteis de fabricação chinesa.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Financiamento temporário para o pagamento de tarifas a empresas exportadoras legalmente estabelecidas no território nacional que realizaram exportações aos Estados Unidos no contexto da Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação da Droga (ATPDEA) e que não gozam de preferências tarifárias.</p> <p>Em julho de 2009, foram ampliados os créditos do Banco de Desenvolvimento Produtivo (BDP), banco de segundo escalão, a micro e pequenos produtores e a exportadores de têxteis para a República Bolivariana da Venezuela, um dos mercados para substituir os Estados Unidos.</p>

Políticas setoriais

Habitação

Preveem-se aumentos de verbas orçamentárias para o setor habitacional.

PME

Em julho de 2009, ampliaram-se os créditos do Banco de Desenvolvimento Produtivo (BDP), banco de segundo escalão, a micro e pequenos exportadores.

Definição de novos montantes para contratações estatais com o objetivo de gerar mecanismos de apoio à produção boliviana e a inclusão dos micro e pequenos produtores e associações de pequenos produtores.

Agropecuária

Preveem-se aumentos de verbas orçamentárias para o setor agropecuário.

Definição de novos montantes para contratações estatais com o objetivo de gerar mecanismos de apoio à produção boliviana e organizações camponesas.

Indústria

Preveem-se aumentos de verbas orçamentárias para o setor energético e mineiro.

Ampliação da cobertura da política de crédito setorial por parte do BDP ao setor produtivo a taxas de juros preferenciais e inclusão de anos de carência.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Prevê-se um aumento do salário mínimo de 12% (incluindo a polícia e as forças armadas) e de 14% para os setores da saúde e da educação.

Programas sociais

Em maio de 2009 começou-se a pagar o bônus mãe filho-filha Juana Azurduy. Os beneficiários deste bônus serão as mães gestantes e as crianças menores de 2 anos.

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
BRASIL	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Redução dos encaixes efetivos.</p> <p>Os bancos oficiais reduziram os diferenciais entre os recursos captados e aplicados, como forma de obrigar os bancos privados a fazerem o mesmo.</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Agilização de operações de redesconto. Autorização para adquirir carteiras de bancos pequenos e médios (setembro de 2008). Autorização ao banco central para conceder empréstimos aos bancos com garantia das carteiras de crédito. O Tesouro autorizou um crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 43,73 bilhões de dólares; assim, este banco poderá contar com um total de 72,59 milhões de dólares durante 2009 para empréstimos a empresas. O Tesouro usará recursos próprios e emitirá dívida mobiliária para obter esses recursos. A taxa de juros de longo prazo (TJLP) cobrada por este crédito se reduziu de 2,5% para 1% em abril de 2009, diminuindo o custo para o BNDES e as empresas. O BNDES anunciou a flexibilização das regras de empréstimos para investimentos e capital de giro e a ampliação do financiamento específico para veículos de trabalho usados.</p> <p>Estendeu-se uma linha de crédito adicional do BNDES para os estados de 1,75 bilhão de dólares.</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>Em 21 de janeiro de 2009 o banco central diminuiu em 100 pontos básicos sua taxa de juros de referência (de 13,75% para 12,75%). Posteriormente, em 11 de março, a taxa foi novamente reduzida em 150 pontos básicos e chegou a 11,25%.</p> <p>A TJLP utilizada nos empréstimos do BNDES diminuiu de 6,25% para 6%.</p> <p>As taxas de juros de várias operações do BNDES diminuíram: de 10,25% para 4,5% as dos créditos destinados à produção e venda de bens de capital, e de 10,25% para 7% as dos destinados à produção e venda de ônibus e caminhões. Prorrogou-se o prazo de financiamento dos empréstimos a transportadores (de 84 a 96 meses) e reduziu-se a taxa de juros de 13,5% para 4,5%.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Os setores produtivos mais afetados pela crise poderão se beneficiar de novas reduções de impostos e mais oferta de recursos. O governo federal e alguns estados aumentaram o prazo para o pagamento mensal de impostos, diminuindo a pressão sobre as disponibilidades de caixa das empresas. Anunciou-se uma série de reduções tributárias no total de cerca de 3,67 bilhões de dólares para impulsionar o consumo:</p> <ol style="list-style-type: none"> o imposto sobre as operações financeiras será reduzido de 3% a 1,5% para as operações de crédito direto ao consumidor e a linha de crédito do "cheque especial" (<i>overdraft</i>); determinou-se a redução temporária (em princípio até março de 2009 e posteriormente estendida por seis meses mais até setembro de 2009) do imposto sobre os produtos industrializados que se aplica aos veículos: para a compra de automóveis de até 1.000 centímetros cúbicos de cilindrada, a taxa cairá de 7% a 0%, e para os automóveis de até 2.000 centímetros cúbicos de cilindrada, a redução será de 13% a 6,5% (a partir de outubro de 2009 o imposto aumentará gradualmente); foram revisadas as tabelas do imposto sobre a renda das pessoas físicas e criadas alíquotas menores (7,55% e 22,5%) que favorecem a classe média, isto é, quem ganha até 875 dólares mensais. <p>Em 30 de março de 2009 foi anunciado um novo pacto fiscal que prevê uma redução adicional de impostos de mais de 730 milhões de dólares. As principais medidas se referem ao imposto sobre produtos industrializados (IPI). Além de seguir aplicando a redução deste imposto aos veículos por mais seis meses (até setembro de 2009), serão aplicadas reduções tributárias a motocicletas e 30 categorias de material de construção. Como contraparte dos benefícios ao setor automotriz, as montadoras se comprometeram a manter seu nível de emprego. À lista de setores prioritários da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, que se beneficiam de uma isenção do imposto sobre a renda, se acrescentaram os setores de papel e celulose (se contam com projetos de reflorestamento), material descartável, brinquedos, relógios e material óptico. Para compensar parcialmente a diminuição da arrecadação, o imposto sobre cigarros será aumentado a partir de maio de 2009. Essas reduções de impostos foram posteriormente estendidas a outros três ou seis meses; o custo fiscal total desta ampliação ascende a 1,46 bilhão de dólares.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>O governo gastará os 6,34 bilhões de dólares reservados para o Fundo Soberano em projetos que mantenham a demanda agregada.</p> <p>Foi aprovado um aumento de 4,15 bilhões de dólares nos investimentos do governo, que se somarão aos 16,57 bilhões de dólares já programados.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Foram retomados os leilões de <i>swaps</i> destinados a dar liquidez aos importadores.</p> <p>Acordo entre o banco central e a Reserva Federal dos Estados Unidos sobre uma troca de até 30 bilhões de dólares por seu equivalente em reais.</p> <p>O banco central anunciou que está disposto a usar até 36 bilhões de dólares das suas reservas em empréstimos a empresas com dificuldades para refinarçar dívidas no mercado externo.</p> <p>Aumento de tarifas ou restrições às importações</p> <p>O governo adotou uma série de restrições não tarifárias às importações. Os importadores de 17 setores terão que solicitar uma licença prévia para importar. Os produtos mais afetados são trigo, plásticos, cobre, alumínio, ferro, bens de capital, material elétrico-eletrônico, autopeças, automóveis e material de transporte em geral (esta medida foi temporariamente suspensa em 28 de janeiro de 2009).</p> <p>Diminuição de tarifas</p> <p>Inclusão de 306 produtos na lista de "ex-tarifários" (mecanismo que reduz temporariamente as tarifas de produtos sem similar nacional), beneficiando a aquisição de produtos importados nos setores de bens de capital, elétrico, metalúrgico, papel e celulose, gráfico, médico-hospitalar, automotor, elétrico-eletrônico e outros.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Uso de reservas cambiais para financiar exportações mediante leilão de títulos de bancos que financiam o comércio exterior. Os contratos preveem a recompra desses títulos mantendo-se o nível atual das reservas.</p> <p>O banco central tem a possibilidade de efetuar empréstimos diretos a bancos privados em moeda estrangeira, exclusivamente destinados a financiar operações de comércio exterior.</p>

Políticas setoriais

Habitação

Criação de uma linha de crédito imobiliário para funcionários públicos (inclusive funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista), como forma de estimular a construção civil. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal darão crédito imobiliário a taxas mais baixas que as aplicadas no mercado.

Lançamento de um programa habitacional (*Minha casa minha vida*) com 8,96 bilhões de dólares de subsídios do tesouro e um valor total de 14,87 bilhões de dólares.

PME

Criou-se um fundo de garantia para PME de até 1,75 bilhão de dólares. Além disso, foram criados dois fundos de garantia do Tesouro que serão administrados pelo Banco do Brasil e BNDES, de 440 milhões de dólares em 2009 e 880 milhões de dólares em 2010, para as operações de crédito para micro e pequenas empresas e para a compra de bens de capital.

Agropecuária

Apoio ao setor agrícola de 6,47 bilhões de dólares:

- adiantamento de recursos por parte do Banco do Brasil de 2,19 bilhões de dólares;
- aumento dos recursos que os bancos devem destinar ao setor agrícola de 2,41 bilhões de dólares;
- aumento da alíquota do depósito obrigatório sobre poupança rural de 65% a 70%, o que equivale a 1,09 bilhão de dólares;
- uso das reservas cambiais para o financiamento do setor rural por meio das sociedades mercantis;
- uso dos recursos dos fundos constitucionais de 220 milhões de dólares;
- ajuda às cooperativas agropecuárias de 440 milhões de dólares;
- destinação de recursos do Fundo de Proteção do Trabalhador (FAT) à agricultura familiar no valor de 150 milhões de dólares.

Indústria

Aumento da capacidade de endividamento da Petrobras junto ao BNDES (5,25 bilhões de dólares) para assegurar o ritmo de investimentos previstos.

Criação de um fundo de garantia para a indústria naval de 440 milhões de dólares, que foi posteriormente ampliado para 2,19 bilhões de dólares.

Outras medidas

Concessão de um crédito com recursos do Fundo de Proteção do Trabalhador para as empresas de venda de carros usados, até 550 milhões de dólares.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Anunciou-se a ampliação do seguro-desemprego para trabalhadores demitidos a partir de dezembro de 2008, particularmente para setores da economia que nos últimos três meses apresentaram um número extraordinário de demissões em relação a meses anteriores.

Mantém-se o reajuste do salário mínimo (estimado em mais de 12% em 2009).

Programas sociais

Serão mantidos os gastos do programa Bolsa Família e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
BRASIL	<p>Outras medidas</p> <p>Ampliação dos poderes do banco central para intervir nas instituições financeiras com problemas. Autorizou-se o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprar instituições financeiras em dificuldades. Também podem ser adquiridas empresas de seguro e de seguridade social.</p> <p>Anúncio da criação de um banco de investimento na Caixa Econômica Federal para comprar ações de empresas imobiliárias, e de outros setores (esse banco terá recursos iniciais entre 870 milhões e 1,09 bilhão de dólares). Este processo substitui o de capitalização dessas empresas realizado até há pouco através da emissão de ações.</p>	<p>Anunciou-se a liberação de 2,5 bilhões de dólares para investimentos em infraestrutura. Estes recursos são financiados pelo fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).</p> <p>Em 4 de fevereiro anunciou-se a ampliação de recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por mais 62,14 bilhões de dólares até 2010 e outros 219,6 bilhões a partir de 2011; 90% da primeira quantia será destinado a três projetos: investimentos na Petrobras, construção de um trem entre Rio e São Paulo e um programa de melhoria portuária.</p> <p>Outras medidas</p> <p>O governo fará uma campanha publicitária para estimular o consumo da população.</p> <p>Foi aprovada como fonte de arrecadação adicional (cerca de 1,09 bilhão de dólares) a venda dos ativos da Rede Ferroviária Federal, que deveriam ter sido leiloados em 2008.</p> <p>Aprovou-se a criação de um fundo soberano cujo valor inicial seria 0,5% do PIB (cerca de 5 bilhões de dólares). Com estes recursos, o governo tenciona dotar o país de uma poupança que permita compensar as oscilações econômicas no futuro, bem como financiar a internacionalização de empresas brasileiras. Para seu financiamento serão emitidos títulos públicos do tesouro nacional.</p> <p>O governo anunciou que permitirá a renegociação de dívidas das prefeituras com a previdência social até 20 anos, para que as prefeituras em situação de dívida possam ter acesso a créditos do governo federal, sobretudo os recursos vinculados ao PAC.</p> <p>Em março de 2009 foram anunciados cortes no gasto público que ascendem a 11,11 bilhões de dólares. Alguns dos ministérios mais afetados são os da justiça, esportes e turismo.</p>	<p>Prorrogação de até um ano para que os empresários beneficiados pelo regime de desoneração de impostos (<i>drawback</i>) comprovem suas exportações. O mesmo se aplica aos empresários que se beneficiam de adiantamentos de contrato de câmbio (empréstimos a taxas favoráveis destinados a exportadores). Além disso, eliminou-se o imposto sobre a renda para ações de promoção de exportações e anunciou-se a próxima regulamentação do regime de desoneração de impostos integrado, que permitirá aos exportadores de bens primários descontar o imposto pago por matérias-primas, o que beneficiará a agroindústria.</p> <p>Criação de uma linha de crédito especial no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para dar garantias aos exportadores. O valor será superior ao limite atual de 520 milhões de dólares no âmbito do Programa de financiamento às exportações (PROEX).</p>

Políticas setoriais

Políticas trabalhistas e sociais

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
CHILE	<p>Modificação do encaixe bancário Flexibilização transitória do encaixe bancário.</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional Operações de venda de títulos com compromisso de recompra com um prazo de 28 e de 60 a 90 dias. Licitação de recursos do fisco em dólares para o sistema bancário local. Ajustes tributários para aumentar a liquidez e demanda dos bônus de oferta pública, de modo que seja mais atraente empregá-los como alternativa de financiamento para as empresas. Subsídio dos custos de estruturação, intermediação e emissão para que novas empresas de menor tamanho empreguem esta alternativa. Ampliação da linha de financiamento da CORFO para o <i>factoring</i> bancário e não bancário; implementação de uma nova linha CORFO para oferecer garantia na reprogramação de créditos. Como medidas complementares de política monetária, o banco central anunciou em julho de 2009 que estabeleceria um Instrumento de Liquidez a Prazo (FLAP) para os bancos, mediante o qual concederia liquidez a 90 e 180 dias com a taxa da política monetária vigente. Além disso, ajustou o plano de emissões de Notas Promissórias Descontáveis do Banco Central do Chile (PDBC) a prazos inferiores a um ano. Por último, suspendeu pelo resto de 2009 a emissão de títulos de dívida em prazos iguais ou superiores a um ano.</p> <p>Mudanças na taxa de política monetária Durante 2009, o banco central diminuiu progressivamente a taxa de juros da política monetária, de 8,25% no início do ano a um mínimo de 0,50% em julho. Anunciou-se também que a taxa será mantida neste nível mínimo por um período de tempo prolongado.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários Aumento transitório do subsídio habitacional e novo subsídio para moradia de setores médios. Em janeiro anunciou-se um plano de estímulo fiscal de 4 bilhões de dólares, equivalentes a 2,8% do PIB, para estimular o crescimento e o emprego a partir da aplicação de medidas de curto prazo e reformas estruturais. Este plano inclui aumento do gasto público, descontos tributários e injeções de capital. Também prevê incentivos diretos, focalizados e que supõem efeitos diretos na economia. Para seu financiamento será utilizado pela primeira vez o Fundo de estabilização econômica e social (FEES); outras receitas provirão da emissão de dívida autorizada no orçamento de 2009 (máximo de 3 bilhões de dólares) e redução da meta da regra fiscal. As medidas previstas são as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> i) Estímulo ao investimento e ao consumo: Será eliminado o imposto do selo para todas as operações de crédito em 2009 e se reduzirá a alíquota pela metade no primeiro semestre de 2010. ii) Financiamento de empresas: Serão reduzidos transitoriamente os pagamentos provisórios mensais que as empresas devem fazer com base em seus lucros anteriores a título do imposto de primeira categoria. Em 2009 será reduzido em 15% o valor dos pagamentos das PME e em 7% os de empresas de maior tamanho. iii) Apoio às pessoas: Será devolvido antecipadamente o imposto sobre a renda das pessoas físicas correspondente ao exercício fiscal de 2010. <p>Em março de 2009 concedeu-se uma bonificação de 70 dólares por carga familiar para as famílias mais vulneráveis, que fazia parte do plano de estímulo fiscal. Em agosto de 2009, concedeu-se novo bônus de 70 dólares por carga familiar, destinado a famílias de baixa renda, beneficiárias de subsídio por dependentes, ou que recebem subsídio familiar. Estima-se que cerca de quatro milhões de pessoas receberão este bônus. De agosto a setembro de 2009, realizou-se um reembolso parcial antecipado de excessos de impostos sobre a renda, quase nove meses antes da data normal de devolução deste imposto. A quantia a ser recebida é a média da devolução de impostos dos últimos três anos, com um limite de 420 dólares. Estima-se que as pessoas beneficiadas ascendem a mais de um milhão.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto Política fiscal anticíclica no orçamento de 2009: Crescimento real do gasto total de 5,7% (PIB 2,5%), Crescimento do gasto social de 7,8% (69% do gasto total), Crescimento do gasto em infraestrutura de 8,8%.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira Licitação de 5 bilhões de dólares para swap de divisas (1 a 6 meses).</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores Melhoramento do programa de cobertura de empréstimos bancários a exportadores. Tratamento rápido da devolução de crédito por IVA a exportadores.</p>

Políticas setoriais

Habitação

Crescimento real de 10% do investimento em moradia em 2009.

Aumento transitório do subsídio habitacional. Novo subsídio para moradia de setores médios.

Aumento de cobertura do seguro de leilão.

Aumento dos 80% atuais para 90% do valor da moradia na cobertura máxima dos créditos para moradias com subsídio estatal.

Facilita-se o uso de mútuos hipotecários endossáveis para a compra de moradias, autorizando sua emissão por parte das Caixas de Compensação.

PME

Recursos adicionais (500 milhões de dólares) para o Fundo de Garantias para Investimentos (FOGAIN).

Capitalização do Banco do Estado (500 milhões de dólares) para aumentar créditos a PME.

Serão injetados 8,3 milhões de dólares em recursos adicionais durante 2009 ao Serviço de Cooperação Técnica (SERCOTEC) para duplicar o capital semente para microempresas.

Acréscimo de 2,5 milhões de dólares, triplicando o programa do Fundo de Solidariedade e Investimento Social (Fosis), que subsidia os custos operacionais de instituições que fornecem crédito a microempresários.

Ampliação para três anos do prazo máximo de renegociação de dívidas tributárias e suspensão imediata de qualquer processo sumário ou embargo por mora a microempresários que optam por este benefício.

Incluem-se como admissíveis para ser apoiadas pelo melhoramento do Fundo de Garantia para Pequenos Empresários (FOGAPE) as operações de Cooperativas e Sociedades de Garantias Recíprocas e se aumenta a disponibilidade de coberturas para capital de giro. Transitariamente, permite-se a empresas de maior tamanho recorrer ao FOGAPE quando necessitem de apoio para continuar funcionando, assegurando o emprego de seus trabalhadores.

Será apoiada a securitização para os empréstimos das empresas menores, o que implicará reduzir o custo do crédito para este setor.

Agropecuária

Aumento dos benefícios do decreto lei N° 701 de incentivos ao florestamento.

Apoio à indústria do salmão através de garantias de crédito concedidas pela Corporação de Fomento da Produção (CORFO) que chegam a 120 milhões de dólares.

Indústria

Capitalização da Corporação Nacional do Cobre (Codelco) de 1 bilhão de dólares para reforçar seu plano de investimentos.

Apoio à pequena mineração mediante um fundo de sustentação de preços que ascende a 18 milhões de dólares.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Realocação orçamentária adicional para planos de emprego ou investimento com uso intensivo de mão de obra; execução em função de uma evolução da taxa de desemprego ou desaceleração de PIB maiores que as esperadas.

Consideram-se subsídios para a contratação (adicionais).

Subsídio a trabalhadores com salários baixos entre 18 e 24 anos de idade.

Prevê-se a ampliação do Fundo de Desemprego Solidário para dar acesso a todos os trabalhadores demitidos e não só aos trabalhadores com contrato permanente.

O governo apresentou um projeto de lei que, mediante estímulos tributários e subsídios, incentiva a retenção e capacitação dos trabalhadores. Este projeto aumenta o crédito tributário para os empregadores pelo gasto em que incorram para capacitação de seu pessoal, desde que mantenham a dotação de trabalhadores de abril. Alternativamente, o trabalhador e o empregador podem acordar uma licença especial de até cinco meses, durante os quais o trabalhador não presta serviços, recebe a capacitação e uma prestação equivalente a 50% da média de seu salário dos últimos seis meses, com um limite máximo de 320 dólares. Esta prestação é assumida pela empresa e por um subsídio do seguro-desemprego.

Programas sociais

Em março de 2009 concedeu-se um bônus de 70 dólares por carga familiar para as famílias mais vulneráveis.

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
CHILE		<p>Serão destinados 7 bilhões de dólares ao investimento público. O objetivo é concentrar a execução das obras no primeiro semestre de 2009. Os ministérios com mais participação nesta medida serão os de obras públicas (2,5 bilhões de dólares), habitação e urbanismo (1,46 bilhão), saúde (300 milhões) e a Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Administrativo (1,07 bilhão de dólares).</p> <p>No caso das obras públicas, o investimento aumenta 14,6% em projetos que melhoram a conectividade, a infraestrutura e o transporte. O investimento para desenvolvimento das regiões crescerá 7,3% com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). O investimento em habitação crescerá 10% em termos reais. Prevê-se a construção de 140.000 moradias. Serão pavimentadas mais ruas e alamedas e serão dados 50.000 subsídios para o programa de proteção do patrimônio familiar.</p> <p>Como parte do plano de estímulo fiscal, serão destinados 700 milhões de dólares a um plano maciço de investimento público que inclui vias urbanas e rurais, habitação e obras de irrigação em todo o país.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Programa de estímulo econômico de 1,15 bilhão de dólares para incentivar a aquisição de moradias e apoiar o financiamento de pequenas empresas.</p>	

Políticas setoriais**Políticas trabalhistas e sociais****Financiamento multilateral****Outras medidas**

Contribuição extraordinária ao Fundo Comum Municipal de 41 milhões de dólares.

Aumenta-se a capacidade de empréstimo das companhias de seguros, permitindo que mais recursos sejam destinados ao crédito, e facilita-se sua participação em créditos consorciados.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
COLÔMBIA	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Redução do encaixe bancário das contas correntes e de poupança (de 11,5% a 11,0%) e dos depósitos a prazo com prazos inferiores a 18 meses (de 6% a 4,5%).</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Concessão de liquidez transitória mediante operações de venda de títulos com compromisso de recompra e prazos de 14 e 30 dias.</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>O Banco da República da Colômbia diminuiu gradualmente sua taxa de intervenção, de 10% em dezembro de 2008 para 4,5% em agosto de 2009.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Substituição temporária dos leilões de contração monetária mediante a implementação de depósitos remunerados não constitutivos de encaixe.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Os contribuintes se beneficiarão de uma redução de impostos de 960 milhões de dólares, como resultado de disposições da reforma tributária de 2006, a qual aprovou mudanças que entram em vigor em 2009:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) a alíquota nominal do imposto sobre a renda diminui de 34% em 2008 para 33% em 2009; ii) a alíquota do imposto do selo se reduz de 1% para 0,5%; iii) o número de cotas do imposto sobre o patrimônio se reduz de três a duas em 2009. <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Criação de um fundo de infraestrutura no valor de 500 milhões de dólares por até 12 anos. Participarão o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF). Priorização do gasto para setores e programas de infraestrutura (concessões, corredores arteriais), vias departamentais, vias terciárias, moradia, água potável e saneamento básico, assim como para programas sociais e de estímulo produtivo.</p> <p>O investimento total em obras públicas do governo nacional central em 2009 chegaria a mais de 2,4 bilhões de dólares (1,7 bilhão em vias, 300 milhões em moradia e 225 milhões em irrigação, entre outros investimentos).</p> <p>O gasto total em infraestrutura de outras entidades públicas (entes territoriais, entidades descentralizadas e gasto em infraestrutura financiado com royalties) alcançaria 7,1 bilhões de dólares em 2009. Se for realizado o que está planejado, a demanda do setor público crescerá 5,5%.</p> <p>Gasto do governo central de 280 milhões de dólares para programas de apoio produtivo.</p> <p>Outras medidas</p> <p>O Ministério da Fazenda conseguiu pré-financiar o déficit do governo central em 2009 mediante recursos que obteve com a colocação de bônus internacionais e de desembolsos dos bancos multilaterais.</p> <p>O governo assinou um acordo de cooperação financeira com o governo espanhol para possibilitar investimentos em projetos produtivos de 330 milhões de dólares durante um período de dois anos, com taxas de juros baixas e prazos amplos.</p> <p>Em junho de 2009, o Congresso aprovou, em primeiro debate, um aumento de 4,5 bilhões de dólares no limite de endividamento do governo nacional em 2010 e 2011.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Foi aprovado um pedido do governo para autorizar os empréstimos externos programáticos de livre destinação e linhas de crédito contingentes com entidades financeiras internacionais no valor de 1,5 bilhão de dólares destinados a suprir eventuais faltas.</p> <p>Elimina-se o controle de capitais para investimento de carteira em renda fixa, assim como todos os controles de capital ao investimento estrangeiro de carteira e o depósito de endividamento externo correspondente a 40%.</p> <p>Suspensão do leilão de compra direta de reservas internacionais por 20 milhões de dólares diários.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Asseguramento da disponibilidade de recursos para o Banco de Comércio Exterior da Colômbia (Bancóldex), provenientes de um crédito que ascende a 650 milhões de dólares do BID com garantia do Estado, e de outro crédito de 260 milhões de dólares provenientes da CAF, ambos para financiar o setor exportador.</p>

Políticas setoriais

Habitação

Plano de investimento em obras públicas para a construção de moradias.

Em abril de 2009, o governo nacional destinou 230 milhões de dólares para moradia, 21 milhões de dólares para garantias de crédito para melhoramento de moradias populares e 210 milhões de dólares para a redução da taxa de juros dos créditos para moradia inferiores a 70.000 dólares. Em julho foram destinados 125 milhões de dólares adicionais para a redução da taxa de juros nos créditos habitacionais. O objetivo é estimular a construção e o consumo de materiais, com o fim de proteger o emprego.

PME

O governo nacional criará, junto com o Governo da República Bolivariana da Venezuela, um fundo comum para financiar as micro e pequenas empresas em ambos os países. O fundo contará com recursos que ascendem a 200 milhões de dólares (a Colômbia fornecerá 100 milhões e a República Bolivariana da Venezuela os outros 100 milhões).

Mediante o decreto 525 de 23 de fevereiro de 2009, reduziu-se o imposto sobre a folha de pagamento de PME nos três primeiros anos de funcionamento (no primeiro ano 75%, no segundo 50% e no terceiro 25%).

Indústria

Plano de investimento em obras públicas para a construção de vias e distritos de irrigação.

Destinou-se por meio do Bancóldex uma linha de crédito de quase 200 milhões de dólares para financiar a compra de automóveis de baixa potência e impedir a perda de 4.000 empregos nas montadoras.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

O decreto N° 4.868 fixou o salário mínimo em 207 dólares, o que equivale a um aumento de 7,67%.

Utilização por parte do Serviço Nacional de Aprendizado (SENA) de recursos investidos em títulos da dívida pública (TES) para cursos de capacitação dirigidos a jovens. O SENA duplicará suas cotas de formação nos níveis técnico e tecnólogo, oferecendo 250.000 novas vagas para jovens entre 16 e 26 anos de idade, que estão desempregados e vivem em condições de extrema pobreza nas zonas urbanas do país. O orçamento destinado a este projeto é de 130 milhões de dólares.

Programas sociais

Proteção do investimento social, apesar dos cortes do gasto público, através do Sistema Geral de Participações (SGP). Preveem-se aumentos, independentemente da taxa de crescimento do PIB.

Aumentou-se o auxílio de transporte, que chegou a 25 dólares.

O gasto do governo nacional central em programas de apoio social em 2009 está projetado em 1,29 bilhão de dólares, distribuídos da seguinte maneira: 710 milhões para o programa Famílias em Ação, 230 milhões para os programas em favor do idoso e 320 milhões para a assistência aos deslocados, pobres e população vulnerável. Estima-se um crescimento dos programas sociais de 42% com relação a 2008, quando se gastaram 910 milhões de dólares.

Aumento de 2,6 milhões no número de famílias beneficiadas pelo programa Famílias em Ação.

Financiamento multilateral

Criação de um fundo de infraestrutura no valor de 500 milhões de dólares por até 12 anos. Participarão o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Em 11 de maio de 2009 o FMI aprovou um crédito de cerca de 10,5 bilhões de dólares a favor da Colômbia como medida contra um possível corte do financiamento externo. O crédito é de uso contingente por parte do governo e até agora não se recorreu a ele.

Asseguramento dos recursos necessários para o financiamento externo em 2009 através de empréstimos multilaterais (BID, Banco Mundial e CAF) no valor de 2,4 bilhões de dólares.

Asseguramento da disponibilidade de recursos para o Banco do Comércio Exterior da Colômbia (Bancóldex), provenientes de um crédito de 650 milhões de dólares do BID com garantia do Estado, e de outro crédito de 260 milhões de dólares da CAF, ambos para financiar o setor exportador.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
COSTA RICA	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>O banco central pôs à disposição uma linha especial de financiamento em moeda nacional à qual poderão ter acesso as entidades financeiras sujeitas à supervisão da Superintendência Geral de Entidades Financeiras. Em junho de 2009 esta linha foi prorrogada até 30 de setembro do mesmo ano.</p> <p>Além de confirmar a capitalização dos bancos do Estado, que ascende a 117,5 milhões de dólares, se promoverá um projeto de lei sobre dívida subordinada, para que os bancos públicos possam emitir este tipo de contratos.</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>Em meados de julho o banco central reduziu a taxa de juros líquida de política monetária de 10% para 9%, com o objetivo de reduzir as taxas de juros do mercado financeiro.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>O orçamento de 2009 inclui 1,4 milhão de dólares para o subsídio de combustível a pescadores, além de gastos em matéria de saúde, educação e segurança, entre outros.</p> <p>Em março de 2009 foi assinado um decreto para permitir a depreciação acelerada de ativos durante 2009, com uma possível ampliação a 2010.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Em 29 de janeiro de 2009 anunciou-se o plano de proteção social e estímulo econômico frente à crise internacional, também chamado Plano Escudo, que tem quatro pilares: as famílias, os trabalhadores, as empresas e o setor financeiro. No contexto deste plano anunciou-se que o setor público investirá um montante equivalente a 5% do PIB em infraestrutura educativa e na construção e reabilitação de estradas. Grande parte deste investimento será coberto mediante um crédito de 850 milhões de dólares do BID, aprovado em junho de 2009. Como contrapartida, o governo investiria 200 milhões de dólares.</p> <p>Em março de 2009 anunciou-se o investimento de 1,26 bilhão de dólares em obras de infraestrutura através de fideicomissos. No entanto, ante atrasos na construção de obras públicas, questionou-se a capacidade do setor público para executar o gasto programado em infraestrutura.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Em agosto de 2008 o governo apresentou um orçamento extraordinário no valor de 90 milhões de dólares.</p> <p>No primeiro semestre do ano também foi aprovado um orçamento de 35 milhões de dólares para fazer frente à crise que o aumento internacional do preço dos alimentos poderia gerar.</p> <p>Em 19 de março de 2009, o Ministério de Fazenda anunciou medidas para enfrentar o crescente déficit fiscal. Serão promovidas mudanças na legislação para permitir um maior endividamento em moeda estrangeira (de 20% a 40%) e para financiar gasto corrente com endividamento. Haverá um corte de 20% no orçamento das entidades públicas que provém do orçamento nacional.</p> <p>Em julho foram anunciados novos cortes do orçamento, como resposta à redução da arrecadação. Também se anunciou o envio ao Congresso de iniciativas para aumentar a receita, como um imposto de 2% sobre a renda bruta dos cassinos.</p> <p>O governo solicitará ao Banco Mundial um empréstimo de 500 milhões de dólares para cobrir necessidades fiscais.</p> <p>Para enfrentar a queda na arrecadação de impostos, em agosto o Ministério da Fazenda enviou um novo plano de corte de gastos do orçamento ordinário de aproximadamente 125 milhões de dólares.</p>	<p>Política cambial</p> <p>Em 22 de janeiro de 2009 modificou-se a taxa de ajuste do limite superior da banda cambial, aumentando-se de 6 para 20 centavos diários, com o objetivo de dar maior espaço de movimento ante as condições do ambiente internacional.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>A Promotora de Comércio Exterior da Costa Rica (PROCOMER) lançou um programa de ajuda e assessoramento a empresas exportadoras para reativar suas vendas ao exterior.</p>
CUBA	Não se dispõe de informação sobre medidas específicas para enfrentar a crise.		

Políticas setoriais

Habitação

O governo solicitou aos bancos a redução de 2% da taxa de juros em empréstimos habitacionais inferiores a 89.000 dólares. O Instituto Nacional de Fomento Cooperativo (INFOCOOP) se comprometeu a reduzir em 2,5% as taxas de juros de seus empréstimos habitacionais.

Aumenta-se o valor máximo do bônus familiar de moradia, que chegará a mais de 8.900 dólares.

PME

Apoio econômico a jovens empresários que desejem desenvolver projetos produtivos e requeiram um capital inicial (PROJOVEN).

Recursos de 400 milhões de dólares para crédito a pequenos produtores e comerciantes afetados pela situação internacional.

Negociação com bancos para que reduzam a taxa de juros em 2% para os empréstimos destinados à micro, pequena e média empresa. Redução de 1% da taxa de juros de microcrédito do INFOCOOP.

Em maio de 2009 os três bancos estatais acordaram flexibilizar os créditos das micro e pequenas empresas. Em particular, adiarão durante 24 meses o pagamento de amortizações e ampliarão o prazo dos empréstimos por dois anos. A medida cobre cerca de 34.500 operações creditícias.

Agropecuária

Estabelecimento do Plano Nacional de Alimentos, que inclui políticas de desenvolvimento produtivo.

Indústria

O Congresso aprovou um crédito de 500 milhões de dólares do BID para o fortalecimento do Instituto Costarricense de Eletricidade.

Outras medidas

Para ajudar as empresas que servem como provedores do setor público a recuperar rapidamente seus investimentos, a administração reduzirá para 30 dias corridos o prazo máximo para pagamento de suas faturas.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Ampliou-se o prazo de cobertura do seguro social às pessoas que perderam seu emprego, assim como a seus familiares cobertos, de 3 a 6 meses.

Projeto de lei que estabelece um acordo entre patrões e trabalhadores, por meio do qual as empresas se comprometem a reduzir o número de horas trabalhadas, sem reduzir o salário por hora, e sem despedir empregados.

Projeto para modernizar a legislação trabalhista, para a introdução de esquemas mais flexíveis como a jornada de quatro dias por semana e a jornada anualizada.

Capacitação a empregados de empresas afetadas pela crise. Bolsas de estudo para empregados que queiram se capacitar e em troca a empresa assegurará sua estabilidade no emprego e o pagamento dos encargos sociais.

Programas sociais

Aumentou-se o gasto do governo central em matéria social. Parte deste gasto foi dirigido a subsídios para a compra de alimentos, ao transporte e à gasolina. Também houve maior gasto social em educação e moradia.

Aumento de 15% das pensões do regime não contributivo da Caixa Costarricense do Seguro Social.

Projeto para oferecer alimentação durante os fins de semana às crianças que acodem a centros infantis nos 37 cantões de menor desenvolvimento do país.

Ampliação dos beneficiários do programa Avancemos: aumento do número de bolsas a jovens.

Revisão do procedimento tarifário para que a diminuição do preço do petróleo se traduza mais rapidamente numa diminuição da tarifa de transporte público.

Financiamento multilateral

Foi aprovado no Congresso um crédito de 500 milhões de dólares do BID para o fortalecimento do Instituto Costarricense de Eletricidade.

Assinou-se um acordo de apoio financeiro com o Fundo Monetário Internacional pelo qual, se necessário, a Costa Rica poderia usar até 780 milhões de dólares. Por sua vez, a Costa Rica assinou um acordo no qual se compromete a seguir determinadas políticas fiscais, monetárias, cambiais e financeiras. Depois de uma primeira revisão do plano econômico, o FMI deu acesso aos primeiros 585 milhões de dólares em setembro de 2009.

O governo solicitará um empréstimo ao Banco Mundial de 500 milhões de dólares para cobrir necessidades fiscais, ante a significativa diminuição da arrecadação.

Em junho de 2009 aprovou-se um crédito do BID de 850 milhões de dólares para investimento em infraestrutura. A primeira etapa de investimentos foi aprovada no fim de setembro e compreende 375 milhões de dólares em obras, principalmente em zonas rurais.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
EQUADOR	<p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>Suspensão da redução das taxas de juros até junho de 2009.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Estabelecimento de um imposto mensal sobre os fundos disponíveis e investimentos mantidos no exterior por entidades privadas reguladas pela Superintendência de Bancos e Seguros e a Intendência de Mercado de Valores da Superintendência de Companhias.</p> <p>Concessão de créditos a funcionários públicos (até três remunerações ou salários) para fomentar a demanda interna.</p> <p>Houve uma mora técnica dos pagamentos de juros do Bônus Global 2012 em novembro de 2009; os compromissos de ambos os bônus totalizavam 3.240.600.000 dólares (23,6% da dívida pública total e 32,1% da dívida pública externa). Em abril de 2009 o governo apresentou uma proposta aos portadores destes bônus para que apresentassem, em um leilão holandês modificado, ofertas para trocar estes títulos por dinheiro, fixando um preço mínimo de 29,5% mais 50 pontos básicos sobre o valor nominal.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Será permitido deduzir provisões bancárias acima do mínimo. Moratória do adiantamento do imposto de renda até dezembro de 2009 para os exportadores dos setores mais afetados pela crise; redução da retenção do imposto de renda sobre juros pagos ao exterior, 0% para o setor bancário e 5% para os empresários privados até dezembro de 2009 (exceto capitais provenientes de paraísos fiscais).</p> <p>Serão reduzidos temporariamente os impostos sobre o sistema bancário privado, solicitando-se que as entidades capitalizem seus lucros. Além disso, o sistema bancário poderá ter acesso a estímulos fiscais em troca da colocação de créditos produtivos.</p> <p>Foi assinado um projeto de lei de reforma tributária que deve ser aprovado pela comissão legislativa para ajudar o setor produtivo e fortalecer o sistema financeiro nacional.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Anunciou-se a utilização de cerca de 1,6 bilhão de dólares das Reservas Internacionais de Livre Disponibilidade (RILD) para investimento em projetos produtivos e geração de emprego. Estes fundos, administrados pelo Banco Central do Equador e os ministérios coordenadores da política econômica e da produção, serão investidos em projetos de infraestrutura e créditos para o setor produtivo nacional. O banco central autorizou o Instituto Equatoriano de Segurança Social (IESS) a investir 300 milhões de dólares das RILD na Corporação Financeira Nacional (CFN).</p> <p>Outras medidas</p> <p>Para incentivar a poupança nacional será fixado um imposto sobre o acervo de ativos externos dos bancos e se aumentará de 0,5% para 1% o imposto sobre saída de capitais.</p> <p>Negociação de um crédito de 500 milhões de dólares com o BID para financiamento da política fiscal.</p> <p>O governo reduziu o orçamento da Petroecuador financiado pelo Estado a 3 bilhões de dólares em 2009 (o orçamento para 2008 foi de 4 bilhões e 884 milhões de dólares). Isto será realizado mediante uma redução de pessoal, entre outras medidas.</p> <p>O governo está realizando negociações para obter financiamento para grandes obras de infraestrutura, como a Refinaria do Pacífico, o projeto hidrelétrico Coca Codo Sinclair e outros.</p> <p>Em agosto de 2009, foi assinada uma reforma tributária que inclui as seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> aumento do imposto sobre a saída de divisas de 1% para 2%, com uma isenção de pagamento sobre os primeiros 500 dólares de cada transação; a antecipação do imposto de renda das empresas será convertida num imposto mínimo; isto é, se a antecipação for maior que o imposto real devido por uma empresa, não será devolvida necessariamente; 	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Crédito tributário de 12,5% do novo capital do setor financeiro destinado a créditos para o setor produtivo.</p> <p>Concessão de linhas de crédito de segundo nível do Banco Nacional de Fomento, ao qual terão acesso as instituições financeiras que sustentam suas operações com remessas do exterior.</p> <p>Em 11 de março de 2009 o Instituto Equatoriano de Segurança Social anunciou a decisão de adquirir durante o ano a carteira hipotecária sem mora do setor bancário privado por 400 milhões de dólares. Por sua vez, os bancos se comprometeram a emprestar novamente esses fundos ao setor e a utilizar os mesmos condicionamentos com os quais concediam crédito habitacional durante 2008.</p> <p>Aumento de tarifas ou restrições às importações</p> <p>Foram introduzidas medidas de salvaguarda às importações pelo período (inicial) de um ano, com o objetivo de aliviar parcialmente o déficit do balanço de pagamentos estimado para 2009. Isto inclui os países com os quais o Equador tem acordos de comércio preferencial. Em primeiro lugar, a resolução adotada aumenta as tarifas em 30% ou 35% em termos ad valorem para 73 subitens e estabelece tarifas específicas para 283 subitens. Em segundo lugar, foram impostas restrições quantitativas para 248 subitens mediante a distribuição de cotas por importador e subitem. No total, a cobertura das medidas alcança 627 subitens.</p> <p>Em 10 de julho de 2009, o Equador impôs aumentos tarifários a 1.346 subitens de importações provenientes da Colômbia. O aumento tarifário consistiu em eliminar as preferências tarifárias vigentes na Comunidade Andina (CAN). A Secretaria Geral da CAN concedeu ao Equador o direito de adotar estas medidas frente às importações colombianas; a justificativa foi a adoção de uma salvaguarda cambial frente à apreciação registrada pelo dólar em relação ao peso colombiano.</p> <p>Diminuição de tarifas</p> <p>Serão eliminadas tarifas para insumos e bens de capital não produzidos no país.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Será aprovada uma redução do prazo (de 30 para 5 dias) e número de trâmites para a devolução de impostos (<i>drawback</i>), que significa a devolução dos impostos pagos adiantadamente pelos exportadores.</p>

Políticas setoriais**Políticas trabalhistas e sociais****Financiamento multilateral**

Negociação de um crédito de 500 milhões de dólares com o BID para financiamento da política fiscal.

Em abril de 2009 o Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR) aceitou conceder um crédito de 480 milhões de dólares por um prazo de três anos e um ano de carência para a amortização do capital.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
EQUADOR		<ul style="list-style-type: none"> iii) imposto sobre os dividendos recebidos por acionistas das empresas a título de lucros; iv) mudanças na forma de calcular o imposto sobre os consumos especiais (ICE) em cigarros, bebidas alcoólicas e refrigerantes. Será imposta uma alíquota de 12% do IVA à importação do papel utilizado na elaboração de jornais e revistas; v) incentivos para o setor produtivo, tais como uma proposta de devolução do IVA a operadores turísticos por turismo receptivo, a flexibilização do reinvestimento de lucros em ciência e tecnologia condicionada à manutenção de níveis de emprego e à ampliação do benefício da tarifa de 0% do IVA para artesãos qualificados pelo Ministério de Coordenação da Produção, Emprego e Competitividade e a Junta Nacional de Defesa do Artesão; vi) devolução de 12% do IVA para o setor público. 	<p>Os setores exportadores afetados pela crise não estarão obrigados a pagar a antecipação do imposto de renda de 2009.</p> <p>Será aberta uma linha de crédito de 100 milhões de dólares pela Corporação Financeira Nacional para operações de comércio exterior.</p> <p>Outras medidas</p> <p>O limite de investimento externo para fundos de investimento será reduzido de 50% para 20%.</p>
EL SALVADOR	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>O Banco Central de Reserva de El Salvador exigiu a manutenção de 3% dos ativos dos bancos (1,1% do PIB) como reserva de liquidez; a partir de abril de 2009, iniciou-se a devolução desta reserva, procurando aumentar a liquidez do sistema e ampliar a oferta de crédito.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Criou-se o Comitê de Estabilidade Financeira.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Foram concedidos subsídios generalizados a toda a população ao consumo de energia elétrica, água e gás liquefeito, e ao transporte público, no montante de 400 milhões de dólares (1,8% do PIB). O subsídio generalizado ao consumo de energia elétrica (163 milhões de dólares, equivalentes a 0,7% do PIB) foi orientado em fevereiro de 2009 a um determinado grupo de usuários (com consumo inferior a 99 quilowatts por mês, que equivale a 80% da demanda total).</p> <p>Foram estabelecidos preços de referência para a gasolina e o diesel.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Em junho de 2009, o governo anunciou um plano global contra a crise, cujo custo total foi calculado em 587 milhões de dólares (60% de sua cobertura está assegurada; a obtenção do restante dependerá do apoio de organismos internacionais). Este plano inclui uma estratégia destinada a fortalecer as finanças públicas. Será criado um programa de austeridade que inclui a restrição do gasto supérfluo, a poupança de cerca de 150 milhões de dólares mediante a racionalização e focalização dos subsídios e o início de um programa de combate à evasão, contrabando e corrupção.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Prevê-se o fortalecimento dos instrumentos de participação no mercado de swaps e do mecanismo para facilitar a operacionalidade do mercado interbancário.</p> <p>Em 17 de dezembro de 2008 a Diretoria Executiva do BID aprovou um empréstimo de 400 milhões de dólares no contexto do Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento ao Banco Central de Reserva de El Salvador ante as restrições de liquidez observadas nos mercados financeiros mundiais.</p>

Políticas setoriais**Políticas trabalhistas e sociais****Financiamento multilateral****PME**

No plano global contra a crise anunciou-se a criação de um sistema bancário estatal para o fomento produtivo, que se encarregará de conceder financiamento oportuno a diferentes setores econômicos, principalmente aos micro, pequenos e médios empresários. Mediante o novo sistema bancário estatal será criado um sistema de garantias que permitirá aos empresários ter acesso ao crédito do sistema bancário privado.

Agropecuária

No setor agropecuário pretende-se reforçar o programa de sementes melhoradas e dotar os camponeses de fertilizantes para suas lavouras.

Previu-se uma reserva estratégica de milho e feijão para garantir o abastecimento.

Será iniciada a importação de fertilizantes e insumos agrícolas, que serão distribuídos a preço de custo aos pequenos e médios produtores. Isto beneficiará 450.000 produtores de 160 municípios em 2009 e 600.000 produtores agrícolas de todo o país em 2010.

Política trabalhista

O plano global contra a crise apoiará a geração de 100.000 empregos diretos nos próximos 18 meses. O programa de emprego temporário será acionado com a implantação de um projeto de ampliação e melhoria dos serviços públicos, infraestrutura básica e habitação social.

Programas sociais

Fortaleceu-se o programa Rede Solidária para abater a pobreza extrema duplicando o montante de ajuda para cada família, que passou de 150 dólares a 300 dólares para famílias com filhos que estão estudando na escola primária.

Foi implantado o programa Aliança pela Família, que busca fortalecer o nível de vida das famílias de renda média através de descontos nas mensalidades, ampliação da cobertura de saúde e revalorização das pensões, assim como o pagamento de 100% do salário às mães trabalhadoras inscritas no Instituto Salvadorenho do Seguro Social (ISSS) durante todo o período de licença-maternidade, entre outras medidas.

Fortalecimento do desenvolvimento social financiado com um empréstimo de 297 milhões de dólares do BID e do Banco Mundial.

No plano global contra a crise anunciou-se a criação do programa de comunidades urbanas solidárias, cujo objetivo é melhorar a vida nos assentamentos urbanos precários mediante melhoramento da infraestrutura e dos serviços públicos básicos, reparação e construção de 11.000 moradias, concessão de um bônus de educação para crianças e jovens de 6 a 18 anos e adoção de medidas para aumentar a segurança dos cidadãos.

Em dezembro de 2008 o FMI anunciou que apoiará o programa econômico do governo salvadorenho para 2009 mediante um acordo de direitos de saque em 15 meses no montante equivalente a 513,9 milhões de direitos especiais de saque (cerca de 800 milhões de dólares). O governo tem a intenção de atribuir ao acordo um caráter precautório.

Em 17 de dezembro a Diretoria Executiva do BID aprovou um empréstimo de 400 milhões de dólares no âmbito do Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento ao Banco Central de Reserva de El Salvador ante as restrições de liquidez observadas nos mercados financeiros mundiais.

Em novembro de 2008 acordou-se um crédito com o BID e o Banco Mundial de 653 milhões de dólares para reestruturar a dívida em eurobônus (emitidos após os terremotos de 2001) que vencem em 2011.

Aprovou-se um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial no valor de 297 milhões de dólares, que servirão para o fortalecimento do desenvolvimento social.

Em meados de setembro de 2009 anunciou-se que o Governo de El Salvador havia chegado a um acordo preliminar com o FMI. O acordo, que teria caráter precautório, contempla um montante de 800 milhões de dólares em três anos e substituiria o acordo assinado no início de 2009.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior	
EL SALVADOR				

Políticas setoriais**Políticas trabalhistas e sociais****Financiamento multilateral**

Serão construídas 25.000 moradias urbanas (entre as quais se incluem 2.000 com subsídio estatal para a aquisição de terrenos) e 20.000 casas em comunidades rurais de municípios em condições de pobreza extrema.

O programa Rede Solidária será ampliado e melhorado, passando a se denominar Comunidades Solidárias Rurais. Será melhorada a qualidade e ampliada a cobertura dos serviços de água, eletricidade, saneamento básico, saúde e educação em municípios em condições de pobreza. Além disso, será concedida uma pensão básica a toda a população idosa nos 100 municípios cobertos pela Rede.

Será dada atenção integral de saúde e nutrição a crianças entre até 3 anos em 100 municípios onde existe alto grau de desnutrição. Será ampliado o programa de alimentação escolar em centros educativos urbanos (no restante de 2009 serão beneficiados outros 500.000 estudantes, desde o jardim de infância até o terceiro ciclo). Serão entregues de maneira gratuita uniformes e materiais escolares.

Será garantido temporariamente (por seis meses) o acesso aos serviços de saúde do ISSS a pessoas que contribuem e que tenham perdido seu emprego. Serão eliminadas as cotas para o acesso a serviços de saúde pública e dotados de medicamentos essenciais todos os estabelecimentos do sistema público de saúde.

Em junho de 2009 criou-se a pensão básica universal para 42.000 idosos maiores de 70 anos que não contam com seguro social e residem nos 100 municípios mais pobres do país.

Em julho de 2009 apresentou-se o programa de melhoramento e construção de moradia de interesse social Casas para todos. Durante a primeira etapa serão construídas 5.600 unidades até 28.500 dólares, financiadas pelo Banco Multisectorial de Inversiones, assim como 2.200 moradias até 13.000 dólares, financiadas pelo Fondo Nacional para la Vivienda Popular. Por último, o Ministério da Habitación licitará a construção de 1.500 moradias ao preço de 5.000 dólares.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
GUATEMALA	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Flexibilização temporária e moderada do cômputo do encaixe bancário (novembro de 2008).</p> <p>Requisito de reservas genéricas para carteira creditícia (cobertura de 100% da carteira em dificuldades).</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Suspensão temporária de colocações de certificados de depósito a prazo fixo (prazos acima de sete dias) e habilitação de um guichê para seu resgate antecipado.</p> <p>Aumentou-se a liquidez durante dezembro de 2008 mediante a utilização dos recursos de caixa do governo central.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Enviou-se ao Congresso Nacional um projeto de reforma dos impostos sobre a renda que se aplicaria de forma gradual.</p> <p>Esta medida, assim como a maior parte das aplicadas, faz parte do Programa Nacional de Emergência e Recuperação Econômica (PNERE), implantado em janeiro de 2009.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Será priorizado o gasto em infraestrutura física e social com uso intensivo de mão de obra.</p> <p>Programas de desenvolvimento de 950 milhões de dólares financiados com empréstimos externos.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Ante a redução da receita tributária em consequência da crise, principalmente a receita do comércio exterior, o Congresso aprovou uma ampliação da emissão de bônus em moeda nacional de 380 milhões de dólares. Além disso, em setembro a Comissão de Finanças do Congresso promoveu uma iniciativa de lei para aprovar um empréstimo de 350 milhões de dólares (45% seriam recebidos em 2009 e o resto em 2010) com o Banco Mundial e ampliar o Orçamento Geral de receita e Despesa do Estado em 125 milhões de dólares. A maior parte destes recursos se destinaria a desenvolvimento social e investimento em infraestrutura.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Habilitação por parte do banco central de um guichê para injetar liquidez em dólares com limites estabelecidos.</p> <p>A Junta Monetária autorizou o Banco da Guatemala a fornecer liquidez em dólares aos bancos do sistema no montante máximo de 290 milhões de dólares até 31 de maio de 2009.</p> <p>Política cambial</p> <p>Modificou-se a margem de flutuação da média móvel do sistema cambial flexível de 0,50% para 0,75%.</p>
HAITI		<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Programas de subsídio aos gastos de alimentação e transporte.</p>	

Políticas setoriais	Políticas trabalhistas e sociais	Financiamento multilateral
<p>Habitação Criação de um serviço de liquidez denominado Fondo para Financiamiento de la Vivienda como mecanismo para fornecer linhas de crédito para financiamento habitacional, assim como um fundo de garantia orientado às entidades do sistema bancário com o fim de multiplicar a disponibilidade de financiamento do setor habitacional.</p> <p>PME Implantação de um programa para o fortalecimento das PME.</p> <p>Turismo Estratégia de promoção do turismo tanto de estrangeiros como de guatemaltecos.</p> <p>Indústria Projetos relacionados com a energia elétrica, térmica, hidrelétrica e de exploração do petróleo.</p> <p>Agropecuária Como parte do reordenamento orçamentário, assegurou-se uma alocação dos recursos necessários para apoiar o desenvolvimento produtivo na área rural, mediante o Programa de Desenvolvimento Rural (PRORURAL) (50 milhões de dólares), Associação Guatemalteca de Exportadores (AGEXPORT) (2 milhões de dólares), Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação/Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (MAGA/FIDA) (17 milhões de dólares), Programa de Incentivos Florestais (PINFOR) (12 milhões de dólares), entrega de fertilizantes (26 milhões de dólares) e arrendamento de terras (10 milhões de dólares).</p>	<p>Política trabalhista Aumento de 10,7% do salário mínimo para trabalhadores da área agrícola e não agrícola, exceto processamento, devido à falta de consenso numa comissão encarregada de decidir o aumento.</p> <p>Regularização do trabalho de tempo parcial mediante as reformas legais necessárias.</p> <p>Programas sociais Busca-se uma dotação orçamentária que garanta a consolidação do programa Mi Familia Progresa, assim como outros programas de caráter social. Até o final do ano espera-se adicionar 200.000 famílias em mais de 47 municípios para chegar a um total de 458.000 famílias beneficiadas diretamente.</p> <p>Formulação e execução de medidas de estímulo à atividade produtiva sustentável nos municípios de maior pobreza.</p> <p>Execução de programas de desenvolvimento rural com uma dotação orçamentária total de 70 milhões de dólares em 2009.</p>	<p>Serão ativados no Congresso Nacional os processos relativos aos empréstimos comprometidos com organismos multilaterais; será negociada com organismos regionais e internacionais a manutenção de linhas de crédito aos bancos do sistema financeiro.</p> <p>Assinatura de um acordo de direitos de saque, de caráter precautório, com o Fundo Monetário Internacional.</p> <p>Em fevereiro de 2009 foram aprovados cinco empréstimos externos que totalizam 950 milhões de dólares orientados a financiar diversos programas de desenvolvimento.</p> <p>Gestões ante o BID e o BCIE para a abertura de linhas de crédito para o setor privado.</p> <p>Em junho de 2009, o FMI inaugurou na Guatemala o Centro Regional de Assistência Técnica para América Central, Panamá e República Dominicana, com o objetivo de fomentar o crescimento e o desenvolvimento na região e contribuir a impulsionar a integração econômica regional.</p>
<p>Agropecuária Políticas de desenvolvimento produtivo no setor agrícola.</p>	<p>Programas sociais Programas de subsídio aos gastos de alimentação e transporte.</p>	

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
HONDURAS	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Redução do encaixe legal de 12% para 10% (outubro de 2008).</p> <p>Redução do encaixe em dólares e em lempiras de bancos cuja carteira de crédito esteja destinada, ao menos em 60%, a atividades produtivas (dezembro de 2008).</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Prevê-se a flexibilização dos requisitos para que o sistema bancário privado ponha à disposição do setor produtivo 1,16 bilhão de dólares em excesso de liquidez. Serão reajustadas as dívidas dos produtores em mora para que possam enfrentar a crise financeira ou a causada por fenômenos naturais. O governo compartilhará o risco creditício com o sistema bancário para estimular a concessão de crédito aos produtores.</p> <p>O banco central desembolsou aproximadamente 120 milhões de dólares provenientes de fundos públicos e de fontes multilaterais através do fideicomisso do Banco Hondureño para la Producción y la Vivienda (BANHPROVI).</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>A taxa da política monetária foi reduzida para 5,75% em março de 2009. Esta taxa foi reduzida novamente para 4,5% em meados de abril e para 3,5% em junho. No entanto, ante as possíveis pressões sobre as reservas internacionais, a taxa foi aumentada para 4% em julho.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Prevê-se o fortalecimento do sistema financeiro, garantindo os depósitos de poupança e a capitalização do fundo do seguro de depósitos. Além disso, será criado um fundo especial para proteger o sistema financeiro.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Para enfrentar a alta nos preços do petróleo e dos alimentos, sobretudo no setor urbano, o governo implementou uma série de medidas para subsidiar o combustível e estabilizar os preços dos alimentos em meados de 2008.</p> <p>Em janeiro de 2009, o Congresso nacional aprovou um novo decreto sobre a isenção do imposto de renda para quem ganha menos de 7.940 dólares ao ano. Este decreto entrou em vigência no exercício fiscal de 2009.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Prevê-se acelerar a execução do investimento público para preservar o crescimento com equidade e gerar emprego, particularmente na área de infraestrutura viária e energética, assim como ampliar o investimento público para 750 milhões de dólares.</p> <p>Outras medidas</p> <p>A administração anunciou um programa de austeridade fiscal que supõe uma redução de 8,2% no orçamento de 2009 em relação a 2008 e uma diminuição de 10% no gasto corrente do governo central. Serão reduzidos os gastos em compra de veículos, diárias, compra de combustível e publicidade.</p>	

Políticas setoriais

Habitação

Linhas de crédito temporárias de aproximadamente 106 milhões de dólares em empréstimos hipotecários para moradias sociais novas.

Compromisso da República Bolivariana da Venezuela de comprar bônus hondurenhos no valor de 100 milhões de dólares para programas habitacionais.

PME

O BID concedeu 2,1 milhões de dólares à Rede de Instituições de Microfinanças de Honduras (REDMICROH) para oferecer crédito em condições favoráveis a PME. Este fundo não é reembolsável e permitirá melhorar o acesso e a ampliação da cobertura do serviço financeiro em segmentos de baixa renda, com especial ênfase nas zonas rurais do país.

Os fundos públicos para o financiamento do setor privado serão concedidos com taxas preferenciais para as PME.

Será oferecido apoio dirigido ao setor social da economia no montante de 32 milhões de dólares para financiar as micro e pequenas empresas agrícolas e 21 milhões de dólares para o apoio a outros setores sociais.

Agropecuária

Em 2008, o governo implementou uma série de medidas para aumentar a disponibilidade de recursos produtivos no setor agrícola, sobretudo para assegurar o abastecimento de grãos básicos e evitar a especulação em torno de seus preços.

Assinatura de acordos com o governo venezuelano e no contexto da Alternativa Bolivariana para a América Latina e o Caribe (ALBA): acordo bilateral sobre a segurança alimentar entre Honduras e a República Bolivariana da Venezuela; empréstimos de até 30 milhões de dólares para produtores agrícolas.

Serão destinados 42 milhões de dólares em bônus para o pagamento da mora agrária e a titulação de prédios urbanos. O governo pagará aos proprietários da terra rural para poder conceder títulos definitivos ao setor reformado e incorporar os proprietários ao sistema produtivo.

Indústria

Será realizado um investimento financeiro de 530 milhões de dólares de fundos públicos para financiamento do setor produtivo privado. Ampliação dos créditos para o setor da construção, urbanização, indústrias, centros comerciais e educativos, hospitais, hotéis e outras atividades. Prevê-se o financiamento da construção de pequenos projetos hidrelétricos. Do total, até abril de 2009 haviam sido desembolsados aproximadamente 40 milhões de dólares.

Será oferecido apoio ao setor produtivo por meio de medidas relativas à energia elétrica e aos combustíveis.

Outras medidas

Serão criadas linhas de crédito para facilitar o pagamento aos fornecedores e empreiteiros, assim como para o pagamento por obras e serviços de saúde e a microempresas.

Prevê-se a concessão de facilidades e apoio às empresas para o processo de licenciamento ambiental.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Em janeiro de 2009 foi aprovado um novo salário mínimo de 290 dólares mensais nas zonas urbanas e de 215 dólares mensais nas zonas rurais.

Programas sociais

Aumentou-se o orçamento de programas como os de merenda escolar, matrícula grátis, escolas comunitárias (na área rural), pacote básico de serviços de saúde, reforestamento, vários bônus educativos e subsídios ao combustível e à energia elétrica.

Prevê-se oferecer apoio no montante de 159 milhões de dólares a moradias sociais, PME agrícolas e outros setores sociais.

Em março de 2009 as transferências sociais foram ampliadas de 150.000 a 220.000 famílias localizadas nos municípios mais pobres.

Financiamento multilateral

O governo solicitou, em conjunto com outros governos da região, empréstimos ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica e ao BID.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
MÉXICO	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Linhas adicionais de financiamento de curto prazo para o sistema bancário. Autorização temporária aos bancos para dotar de liquidez os seus próprios fundos de investimento.</p> <p>Anunciou-se um plano de recompra de valores governamentais de médio e longo prazo até 2,83 bilhões de dólares.</p> <p>A Secretaria da Fazenda e Crédito Público (SHCP) e o banco central anunciaram um corte das emissões de dívida de longo prazo e o lançamento de um mecanismo de intercâmbio de taxas de juros para levar dinheiro aos mercados.</p> <p>O banco central estabeleceu um programa de swap de taxa de juros de 6 bilhões de dólares. Este programa permitiu aos bancos trocar a aplicação em instrumentos com taxa fixa de longo prazo por títulos de taxa variável de curto prazo.</p> <p>Em 2009, Nacional Financiera (NAFIN) e Bancomext concederão financiamento de mais de 12,81 bilhões de dólares para apoiar 1,3 milhão de empresas. Estes recursos superam em 24% os autorizados em 2008. Esta medida pretende dar liquidez às empresas e induzir as bancas comerciais a aumentar seus empréstimos.</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>O Banco do México reduziu gradualmente sua taxa da política monetária, de 8,25% no início de 2009 para 4,50% em julho do mesmo ano. Espera-se que a taxa não continue diminuindo.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Em 3 de março de 2008 apresentou-se o programa de apoio à economia, que incluiu 10 medidas em matéria tributária, contribuições para a segurança social, fomento ao emprego, simplificação tributária, gasto público, desenvolvimento em zonas marginalizadas, tarifas elétricas e financiamento aos bancos de desenvolvimento para impulsionar a atividade econômica, o investimento e o emprego.</p> <p>O acordo nacional a favor da economia familiar e emprego (ANFEFE), anunciado em 7 de janeiro de 2009, inclui os seguintes pontos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Durante 2009 serão congelados os preços da gasolina e se reduzirá em 10% o preço do gás liquefeito de petróleo. Reduz-se em 75% o aumento do preço do diesel. Será reduzido o preço da eletricidade. Será modificada a fórmula de determinação das tarifas elétricas industriais e se permitirá que um maior número de empresas possam optar por uma tarifa de encargos fixos por 12 meses. <p>Em 25 de março de 2009, emitiu-se um decreto a fim de acelerar a devolução de saldos a favor, receber dívidas fiscais em parcelas e, em alguns casos, oferecer perdão de multas.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Em 8 de outubro de 2008 foi anunciado o programa para impulsionar o crescimento e o emprego (PICE), que consta do seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> Estímulo fiscal de 6,39 bilhões de dólares, equivalentes a 0,7% do PIB, destinado geralmente a gasto adicional em infraestrutura. Aumento de financiamento durante 2009 de 11,68 bilhões de dólares: 9,2 bilhões através dos bancos de desenvolvimento e 2,48 bilhões através do Fundo Nacional de Infraestrutura. Programa de compras do governo para apoiar o desenvolvimento das PME. Reforma integral do esquema de investimento de Petróleos Mexicanos (PEMEX) e reformas para acelerar o gasto em infraestrutura. <p>No contexto do ANFEFE, será acelerado o Programa Nacional de Infraestrutura. O investimento impulsionado neste item pelos setores público e privado alcançará 40,34 bilhões de dólares em 2009.</p> <p>Outras medidas</p> <p>O governo adquiriu coberturas a 70 dólares por barril contra flutuações no preço do petróleo (o custo dessas coberturas foi de 1,5 bilhão de dólares, que assegurariam 90% das exportações). Além disso, conta-se com os recursos do Fundo de Estabilização da Receita Petroléira.</p> <p>Corte de 6 bilhões de dólares no gasto público (cerca de 4% do orçamento original). A deterioração das finanças públicas devido à forte diminuição da atividade econômica e redução do volume de petróleo exportado provocou uma queda da receita pública, o que motivou esta medida.</p> <p>Em setembro de 2009, o Executivo apresentou o projeto de orçamento de desembolsos da Federação para 2010, que contempla uma diminuição real do gasto. Para compensar a redução das receitas públicas, o pacote fiscal para 2010 propõe mudanças fiscais, que incluem um aumento na alíquota de alguns impostos e a criação de novos impostos.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>O Banco do México estabeleceu uma linha de swap de 30 bilhões de dólares com a Reserva Federal dos Estados Unidos.</p> <p>Diminuição de tarifas</p> <p>Redução tarifária, particularmente de produtos importados de países com os quais o México não tem tratados de livre comércio.</p>

Políticas setoriais

Habitação

No contexto do ANFEFE será concedido um aumento do apoio creditício para a aquisição de moradia popular.

PME

No contexto do ANFEFE serão implementadas as seguintes medidas:

- i) O governo federal realizará pelo menos 20% de suas compras junto a PME mexicanas a partir de 2009.
- ii) Será estabelecido um fideicomisso de 350 milhões de dólares para iniciar o programa para o desenvolvimento de PME provedoras da indústria petrolífera nacional.
- iii) Será oferecida assessoria técnica às PME e serão concedidos recursos através do fideicomisso México Empreende, que contará com 500 milhões de dólares para gerar 17,69 bilhões de dólares em créditos durante o período 2009-2012.

A fim de ressarcir os danos causados pelo surto de gripe pelo vírus A(H1N1) o governo federal anunciou a concessão de 779 milhões de dólares provenientes de recursos fiscais para contratar garantias de 156 milhões de dólares. Estes recursos serão geridos através do NAFIN, Bancomext e, em menor grau, Fideicomisos Instituídos en Relación con la Agricultura (FIRA) e Financiera Rural. Uma soma que ascende a 354 milhões de dólares será destinada a apoiar as PME. Em julho, NAFIN pôs à disposição dos bancos comerciais 180 milhões de dólares adicionais para apoiar as pequenas e médias empresas afetadas pela gripe mediante a concessão de créditos e a reestruturação de empréstimos.

Agropecuário

No contexto do ANFEFE, o crédito para o setor rural, através de Financiera Rural e Fideicomisos Instituídos en Relación con la Agricultura (FIRA), aumentará 10%, chegando a 5 bilhões e 945 milhões de dólares.

Entre as medidas para ressarcir os danos causados pela gripe pelo vírus A(H1N1), serão destinados 71 milhões de dólares à suinocultura.

Turismo

Entre as medidas para ressarcir os danos causados pela gripe pelo vírus A(H1N1), serão destinados 142 milhões de dólares a empresas do setor de turismo, restaurantes e lazer.

Programa de impulso ao turismo nacional, como apoio após o surto de gripe pelo vírus A(H1N1). Este programa conta com um investimento de 85 milhões de dólares para uma campanha de publicidade em diversos meios.

Indústria

Reforma integral do esquema de investimento de PEMEX. Anúncio da construção de uma refinaria de petróleo (PICE).

Conforme anunciado no ANFEFE, além dos recursos já aprovados, PEMEX contará com 1,2 bilhão de dólares adicionais para investimento e as entidades federativas com 990 milhões de dólares adicionais para investimento em infraestrutura.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Alocação adicional (50 milhões de dólares em março de 2008) ao sistema nacional de emprego e capacitação, utilizada para ampliar a cobertura e a qualidade do Serviço Nacional de Emprego.

Em dezembro de 2008 acordou-se conceder um aumento geral dos salários mínimos de 4,6% em 2009.

No contexto do ANFEFE serão implementadas as seguintes medidas:

- i) Ampliação de 40% do programa de emprego temporário federal em relação ao previsto, até alcançar 160 milhões de dólares em 2009.
- ii) Programa de preservação do emprego. Serão destinados 140 milhões de dólares para resguardar as fontes de trabalho nas empresas mais vulneráveis ao ambiente internacional e que se declarem em paralisação técnica.
- iii) Ampliação da capacidade de retirada de poupança em caso de desemprego.
- iv) Ampliação da cobertura do seguro social para trabalhadores desempregados.
- v) Fortalecimento do serviço nacional de emprego. Para isso, será utilizado um orçamento aproximado de 88 milhões de dólares.

Programa de apoio aos trabalhadores (Programa para a preservação do emprego) que forem afetados por paralisações técnicas em indústrias dedicadas à fabricação, embalagem e reparação de máquinas e equipamento não elétrico, elétrico e eletrônico, assim como transporte e fabricação de autopeças. O programa apoiará cerca de meio milhão de fontes de emprego com recursos de até 140 milhões de dólares. Este programa, lançado em 11 de fevereiro de 2009, é um complemento do Acordo nacional a favor da economia familiar e do emprego.

Em 9 de fevereiro foram enviadas duas iniciativas de reforma que têm como finalidade reafirmar os compromissos desse acordo. A primeira iniciativa reforma disposições da Lei do Seguro Social a fim de flexibilizar os requisitos de acesso à aposentadoria por desemprego, assim como aumentar o montante disponível de aposentadoria dos trabalhadores. A segunda iniciativa reforma diversas disposições do Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores (INFONAVIT) a fim de flexibilizar o uso das contribuições habitacionais para que uma parte destas se destine à poupança para a aposentadoria.

Financiamento multilateral

O crédito do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento será aumentado para 7,1 bilhões de dólares (5,3 para o governo federal e 1,8 para os bancos de desenvolvimento).

Solicitou-se ao FMI uma linha de crédito contingente com vigência de um ano de 47 bilhões de dólares, de caráter preventivo. Este instrumento atuará como blindagem financeira para a economia.

Aprovação do FMI para destinar 4 bilhões de dólares ao Banco do México (BANXICO) em direitos especiais de saque (DES); esta quantia não está relacionada com a linha de crédito contingente e o país não terá que desembolsar recursos para recebê-la.

Obtenção de um empréstimo do Banco Mundial de 1,5 bilhão de dólares para programas sociais.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior	
MÉXICO				

Políticas setoriais

Também dentro do ANFEFE, o Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos e o Fundo Nacional de Infraestrutura concederão créditos e garantias de mais de 4,6 bilhões de dólares para a execução dos projetos de infraestrutura com participação privada previstos para 2009.

Em 17 de fevereiro NAFIN anunciou a abertura de uma linha de crédito de 670 milhões de dólares para a indústria automotora com três componentes: o primeiro, de 280 milhões de dólares, para as financeiras de marca, no qual NAFIN aplicará o fundo para as linhas de crédito que terão como destino final o consumo de veículos; o segundo, igualmente de 280 milhões de dólares, consiste em garantias para que os bancos comerciais concedam empréstimos para a compra de veículos; o terceiro, de 110 milhões de dólares, para os revendedores de automóveis a uma taxa preferencial (taxa interbancária de juros de equilíbrio mais 5%).

NAFIN anunciou uma linha de crédito para o setor de autopeças e um empréstimo adicional para os distribuidores. Além disso, o Banco Nacional de Comércio Exterior concederá 980 milhões de dólares a este setor.

Anunciou-se o Programa de Renovação Veicular mediante o qual serão concedidos subsídios aos donos de veículos de 10 anos ou mais de antiguidade para substituí-los por veículos novos. Numa primeira etapa, o programa conta com 35 milhões de dólares.

Outras medidas

Programa de apoio federal ao transporte de massa, com um investimento de 1,24 bilhão de dólares em 2009, apoiado pelo Fundo Nacional de Infraestrutura (PICE).

No contexto do ANFEFE serão implementadas as seguintes medidas:

- i) Apoios diretos ou de financiamento de 53 milhões de dólares para que as famílias de escassos recursos possam substituir seus aparelhos eletrodomésticos por artigos novos mais eficientes em termos de consumo energético.
- ii) NAFIN e Bancomext aumentarão em 21% o financiamento direto e induzido para as empresas e se chegará a um saldo de crédito de 12,46 bilhões de dólares.
- iii) O crédito direto e impulsionado pelos bancos de desenvolvimento em conjunto aumentará mais de 8,85 bilhões de dólares em 2009 (um crescimento de mais de 26%).
- iv) Será registrada e divulgada uma nova marca que contenha o lema "Feito no México", a fim de promover a aquisição de bens e serviços nacionais.

Após a emergência epidemiológica causada pelo surto da gripe pelo vírus A(H1N1), o governo anunciou a abertura de linhas de crédito, que chegam a 1,06 bilhão de dólares, para as empresas afetadas.

Além disso, entre as medidas para ressarcir os danos causados pela gripe pelo vírus A(H1N1) serão destinados 212 milhões de dólares a empresas de aviação.

Políticas trabalhistas e sociais

O governo dará um apoio a desempregados do setor urbano de até 110 dólares mensais durante um período de quatro a seis meses com a condição de que participem em programas sociais; isto será realizado através do Programa de emprego temporário urbano. Estima-se que 60.000 trabalhadores das zonas urbanas serão beneficiados por estas medidas.

Em 25 de março de 2009, anunciou-se a aplicação de regras mais flexíveis de acesso ao Programa para a preservação do emprego (ou programa de paralisações técnicas), com o fim de suavizar os requisitos para que as empresas dos setores mais afetados possam obter apoio. A flexibilização das regras se concretizará em quatro aspectos:

- i) O período de apoio retroage a novembro e dezembro de 2008.
- ii) Estende-se o programa para apoiar empresas de construção, produtos eletrônicos e autopeças.
- iii) Elimina-se o trâmite de registro e aprovação prévia das juntas de conciliação e arbitragem para emitir um parecer de que uma empresa se encontra em paralisação técnica.
- iv) O programa não só se limitará aos trabalhadores que ganhem entre um e dez salários mínimos, mas a empresa poderá escolher até 75% do quadro de pessoal, independente da renda salarial.

Em maio foram flexibilizadas novamente as regras de acesso a este programa. Entre as principais modificações, reduziram-se os requisitos e a informação solicitados às empresas, incorporou-se um apoio adicional de quatro dólares por trabalhador durante a emergência epidemiológica, substituiu-se a redução na folha de pagamento pela diminuição das vendas diárias como critério para calcular o apoio destinado a cada empresa e, finalmente, utilizou-se o bimestre janeiro-fevereiro de 2009 como referência para o cálculo da retenção de trabalhadores.

Foi lançado o Programa de Apoio à Produtividade, que procura beneficiar 105.000 trabalhadores com capacitação em sua área de trabalho no curto prazo, além de oferecer assessoria técnica às PME por parte de especialistas.

Lançamento do Programa emergente do Serviço Nacional de Emprego, no montante de 14 milhões de dólares, com o fim de preservar o emprego de mais de 50.000 trabalhadores do setor do turismo que trabalham nos principais destinos turísticos do país. Os apoios, concedidos aos trabalhadores de menor renda, consistem em recursos que vão de um a dois salários mínimos por um período de até dois meses.

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
MÉXICO			
NICARÁGUA	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Através do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) solicitou-se que o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) estendesse uma linha de crédito a seus membros para conceder créditos aos bancos centrais e privados.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Foram concedidos subsídios à compra de combustíveis. Os subsídios se concentraram no transporte urbano coletivo.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Em 20 de janeiro o governo apresentou o Programa de defesa da produção, crescimento e emprego 2009. Os principais eixos do plano são: a estabilidade financeira e a cooperação externa, o investimento público, o apoio à produção e investimento privado, a promoção do emprego solidário e o fomento da austeridade fiscal.</p> <p>Serão destinados 300 milhões de dólares à infraestrutura viária, escolar e de saneamento.</p> <p>Aumentou-se o gasto do governo central em matéria social.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Foram congelados os salários públicos e reduziu-se em 50% o gasto em aquisição de veículos, compra de equipamentos de informática e viagens ao exterior.</p> <p>Em 2 de março de 2009 anunciou-se que seria necessário um novo corte no orçamento fiscal de 2009, que se soma aos 66 milhões de dólares anunciados previamente. Está sendo avaliada a possibilidade de usar reservas internacionais para cobrir déficits no orçamento público. Também foram anunciadas diversas medidas para melhorar a eficiência da gestão pública.</p> <p>Em 23 de junho o poder executivo enviou à Assembleia Nacional a proposta para uma nova diminuição do gasto de 41 milhões de dólares, que afetará os itens da saúde e da educação (entre outros), assim como a Corte Suprema e os municípios. Além disso, o governo propôs aumentar a dívida interna em 28 milhões de dólares mediante uma maior colocação de bônus.</p> <p>Em agosto, o Ministério da Fazenda e Crédito Público emitiu o documento "Acordo tributário pela estabilidade, crescimento econômico e emprego", por meio do qual se formula uma reforma tributária. Entre as medidas mais importantes estão a modificação do imposto sobre a renda e a eliminação temporária de isenções de setores anteriormente favorecidos. A reforma está em processo de discussão e aprovação.</p>	<p>Diminuição de tarifas</p> <p>Foram reduzidas ou eliminadas temporariamente as tarifas de importação de diversos produtos (óleo comestível, feijões, massas alimentícias e cevada, entre outros), com o objetivo de neutralizar o aumento dos preços internacionais dos alimentos.</p> <p>Em junho de 2009 decretou-se a isenção do pagamento até 30 de junho de 2010 dos direitos e impostos sobre as importações de matérias-primas, bens intermediários, bens de capital, peças e acessórios para máquinas e equipamentos destinados a atividades agropecuárias e das micro, pequenas e médias empresas industriais e pesqueiras.</p> <p>Política cambial</p> <p>Será mantida a taxa de flutuação de 5% ao ano e garantida a livre conversibilidade de divisas. Além disso, procura-se manter as reservas internacionais no nível obtido durante 2008.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Procura-se abrir novos mercados e fortalecer o intercâmbio comercial com a Federação da Rússia, a República Islâmica do Irã e os países do ALBA.</p>

Políticas setoriais	Políticas trabalhistas e sociais	Financiamento multilateral
	<p>Programas sociais</p> <p>Em 30 de abril de 2008 teve início o programa de apoio alimentar em zonas de atenção prioritárias, que se destina a melhorar a alimentação e nutrição das famílias nas localidades mais afastadas do país que não recebem a atenção de outros programas alimentares do governo federal.</p> <p>No início de abril de 2009 o Banco Mundial aprovou um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares para expandir o programa social do governo denominado Oportunidades.</p>	
<p>Habitação</p> <p>Anunciou-se que serão construídas 4.800 moradias financiadas pelo BID e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE).</p> <p>Agropecuária</p> <p>Serão destinados 17 milhões de dólares para fortalecer o Programa Produtivo Alimentar.</p> <p>Serão simplificados os trâmites para receber benefícios de isenção de bens essenciais para o setor agropecuário e concedidas isenções tributárias a esse setor.</p> <p>Turismo</p> <p>Será promovido o turismo através da eliminação de vistos.</p> <p>Indústria</p> <p>Serão facilitados e simplificados os trâmites de zonas francas para atrair investimento estrangeiro direto. Em maio foi criado um guichê único de serviços para agilizar trâmites de empresas de zonas francas.</p> <p>Em 18 de maio de 2009 a Assembleia Nacional aprovou um convênio de crédito entre o BID e o governo de 40 milhões de dólares para continuar o projeto de melhoria do sistema de interconexão elétrica da América Central.</p>	<p>Política trabalhista</p> <p>Mediante acordos com câmaras empresariais, procura-se abrir o mercado de trabalho a profissionais recém-formados da universidade.</p> <p>Será oferecida capacitação a grupos de desempregados, especialmente jovens, insistindo-se nas capacidades exigidas pelas zonas francas e outros setores produtivos prioritários.</p> <p>Mediante o Programa Nacional de Inserção Laboral, espera-se inserir 1.000 jovens no mercado de trabalho. Conta-se com um serviço público de emprego que promove e facilita a vinculação entre a oferta e a demanda de trabalho.</p> <p>Programas sociais</p> <p>Aumentou-se o gasto do governo central em matéria social.</p> <p>Foram oferecidos diversos tipos de apoio e subsídios em matéria de alimentos através do fortalecimento ou lançamento de programas como o Programa Alimentos para o Povo e o Programa de Distribuição e Venda de Alimentos a Preço Justo.</p> <p>Foram efetuadas transferências a setores vulneráveis e de escassos recursos para amortecer a alta dos preços dos alimentos e da energia.</p>	<p>Através do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), solicitou-se que o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) estendesse uma linha de crédito a seus membros para conceder créditos aos bancos centrais e privados.</p> <p>Será solicitado ao BID um empréstimo de 300 milhões de dólares a ser canalizado ao sistema financeiro nacional, com o objetivo de apoiar atividades produtivas.</p> <p>Procura-se restabelecer as relações com a cooperação estrangeira para reativar os montantes de ajuda ao orçamento que não foram recebidos em 2008.</p> <p>Será solicitado um empréstimo de 200 milhões de dólares do BCIE para fortalecer as atividades produtivas.</p> <p>Serão construídas 4.800 moradias financiadas pelo BID e o BCIE.</p> <p>Em 18 de maio de 2009 a Assembleia Nacional aprovou um convênio de crédito entre o BID e o governo de 40 milhões de dólares destinados a continuar o projeto de melhoria do sistema de interconexão elétrica centro-americano.</p> <p>Em 28 de agosto, o Fundo Monetário Internacional entregou ao Banco Central da Nicarágua 150,7 milhões de dólares como parte do apoio financeiro multilateral impulsionado pelos 20 países mais industrializados do mundo (G-20), com o objetivo de fortalecer suas reservas internacionais.</p> <p>A Nicarágua e o FMI chegaram a um acordo preliminar sobre o apoio ao plano de crescimento. Em outubro o organismo financeiro poderia entregar 35 milhões de dólares se o país se comprometesse a continuar aplicando uma política econômica e fiscal prudente.</p>

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
PANAMÁ	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Em janeiro, o governo anunciou a execução de um Programa de Estímulo Financeiro (PEF) com fundos de 1,11 bilhão de dólares. O propósito deste programa é estimular o crédito e o investimento. Os fundos provêm de empréstimos da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Nacional do Panamá (BNP).</p> <p>Modificou-se o PEF em junho, incluindo-se uma linha adicional de crédito de 230 milhões de dólares para estimular o investimento e financiar créditos de curto prazo.</p> <p>Estas modificações foram feitas depois de não se aceitar 500 milhões de dólares do BID. Com estas modificações os fundos do PEF baixam para 610 milhões de dólares.</p> <p>Outras medidas</p> <p>O Panamá reabriu seu bônus global 2015 em março no valor de 323 milhões de dólares para cobrir necessidades de financiamento previstas na lei de orçamento geral do Estado 2009.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>O governo introduziu uma nova legislação que diminui a alíquota do imposto de renda dos trabalhadores com um salário mensal abaixo de 1.000 dólares. A partir de 2009 serão beneficiados os que ganham menos de 2.500 dólares. Além disso, há isenções para o pagamento do imposto de renda de trabalhadores com salários abaixo de 800 dólares ao mês.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Em meados de junho o governo modificou a Lei de responsabilidade fiscal para que o déficit público possa chegar a um máximo de 2,5% do PIB sempre que a economia dos Estados Unidos tiver crescido durante dois trimestres consecutivos a uma taxa real de 1% ou menos e que o crescimento da economia panamenha for de 5% ou menos durante dois trimestres consecutivos.</p>	<p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Em agosto, o Banco Nacional do Panamá criou um novo esquema de financiamento para impulsionar as exportações e melhorar o acesso ao financiamento desse setor.</p>

Políticas setoriais

Agropecuária

Implementação do Programa Agro Compita com financiamento preferencial a produtores de alimentos vendidos no mercado a preços mais baixos. Manutenção do Programa de Solidariedade Alimentar (entrega de ferramentas, insumos e animais para impulsionar a produção agropecuária de autoconsumo).

Políticas trabalhistas e sociais

Programas sociais

O governo aprovou um crédito de 11.110.000 dólares para programas de melhoria da cesta básica, subsídios para produtores de grãos básicos e programas de saúde para as pessoas não seguradas nas regiões de Chilibre, Las Cumbres e San Miguelito. Os fundos serão canalizados por meio do Ministério de Desenvolvimento Agropecuário, com supervisão do Ministério da Saúde.

Os usuários cujo consumo de energia mensal não superar certo nível receberão um desconto na tarifa.

Financiamento multilateral

Em janeiro, o governo anunciou a execução de um Programa de Estímulo Financeiro (PEF) com fundos de 110 milhões de dólares. O propósito deste programa é estimular o crédito e o investimento. Os fundos provêm de empréstimos da Corporación Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Nacional do Panamá (BNP).

Em junho foram feitas modificações no PEF, depois não se aceitar 500 milhões de dólares do BID.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
PARAGUAI	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Redução da taxa de encaixe legal em moeda nacional de 17% para 15% em outubro de 2008. Para os depósitos de mais de um ano, em fevereiro de 2009 reduziu-se para 0%.</p> <p>Redução da taxa de encaixe legal em moeda estrangeira de 26,5% para 21% para os depósitos de até 360 dias em outubro de 2008. Para os depósitos de mais de 541 dias, em fevereiro de 2009 foi reduzida para 0%.</p> <p>Aumento das provisões bancárias de até 1,5% do total da carteira de créditos para as entidades que não cumprirem as exigências do banco central (1º de janeiro de 2009).</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Habilitação de uma linha de liquidez para as entidades financeiras, denominada mecanismo de liquidez de curto prazo com instrumentos de regulação monetária (FLIR) (outubro de 2008).</p> <p>Habilitação de um guichê para pagamento antecipado dos instrumentos de regulação monetária (IRM) de maneira automática (novembro de 2008).</p> <p>Habilitação do Mecanismo de Liquidez de Curto Prazo do Banco Central do Paraguai (BCP) para recompra de títulos de regulamentação monetária e cartas de compromisso emitidas pelo BCP, bônus do Tesouro Nacional e bônus da Agência Financeira de Desenvolvimento em março de 2009.</p> <p>Fornecimento de fundos aos bancos a longo prazo através da Agência Financeira de Desenvolvimento (155 milhões de dólares).</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>Redução ao longo de toda a curva da taxa de juros de referência de colocação dos IRM: 1% em outubro e novamente em novembro de 2008.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Modificação da variação diária máxima da posição líquida em moeda estrangeira, limitando-a a um milhão de dólares, e redução do limite máximo desta posição líquida de 50% a 30% do patrimônio efetivo (outubro de 2008).</p> <p>Fortalecimento do BCP mediante a adoção de um esquema que permita um adequado nível de capitalização.</p>	<p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Política fiscal expansionista em 2009, que compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> - investimento em infraestrutura viária (194 milhões de dólares, o dobro do orçamento de 2008); - investimento em moradias sociais (37 milhões de dólares, o dobro do orçamento de 2008); - expansão do programa de transferências condicionadas para beneficiar 120.000 famílias. <p>O Ministério da Fazenda enviou solicitações de ampliações orçamentárias para três importantes operações, no total de 173,8 milhões de dólares, que fazem parte do Plano de Reativação Econômica do Governo. O pedido inclui 114,5 milhões de dólares para operações creditícias da Agência Financeira de Desenvolvimento (AFD), 33 milhões de dólares para o Ministério de Obras Públicas e 26,3 milhões de dólares para a Administração Nacional de Eletricidade.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Contratação de empréstimos de 300 milhões de dólares para financiar o orçamento de 2009 por meio de linhas de crédito de contingência com organismos internacionais. Esta medida foi enviada ao Congresso para sua análise em maio de 2009.</p> <p>Concessões e participações público-privadas que deverão ser aprovadas pelo Congresso no primeiro semestre de 2009 (542 milhões de dólares).</p> <p>Criação de uma unidade interinstitucional para monitorar a evolução dos indicadores de atividade econômica. Em 2009 serão reforçados os controles de gestão e auditoria das entidades.</p> <p>Agilização de procedimentos administrativos das contratações públicas.</p> <p>Em julho de 2009, o Ministério de Fazenda recebeu uma doação de 8 milhões de dólares da província chinesa de Taiwan, que serão destinados ao programa de reativação econômica e assistência social elaborado pelo governo para fazer frente à crise financeira global.</p>	<p>Aumento de tarifas ou restrições às importações</p> <p>Gestões para eliminar medidas protecionistas no Mercosul; aplicação transitória de tarifas especiais de importação que corrigem as distorções comerciais no comércio intrazonal.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Fundos de 50 milhões de dólares para o apoio à exportação.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Controle do contrabando.</p>

Políticas setoriais

Habitação

Orçamento atribuído ao Conselho Nacional de Habitação (CONAVI) e Secretaria de Ação Social (SAS) para a construção de moradias econômicas: 37 milhões de dólares.

PME

Créditos a microempresas e PME (125,4 milhões de dólares).

Agropecuária

Desenvolvimento de uma política de apoio ao setor agropecuário para reduzir o impacto da seca e assegurar a colheita 2009/2010; inclui créditos, assistência técnica e distribuição de sementes. A Agência Financeira de Desenvolvimento dispõe de 50 milhões de dólares para financiar a colheita e as exportações.

Estabelecimento de um regime de fomento ao desenvolvimento agrícola e das margens de preferência dos processos de contratações dos governos e municípios. Serão aplicadas margens de preferência de até 70% a favor dos produtos agrícolas provenientes do sistema de produção familiar.

Linhas de crédito a 30.000 pequenos produtores através do Crédito Agrícola de Habilitação (CAH) de 30 milhões de dólares (150.000 pessoas beneficiadas).

Indústria

Investimento de 194 milhões de dólares em infraestrutura viária.

Estabelecimento de um regime de fomento à produção, desenvolvimento industrial e mão de obra nacional, e das margens de preferência dos processos de contratação de governos e municípios. Serão aplicadas margens de preferência de até 70% a favor dos produtos nacionais industrializados.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Implementação de um programa de geração de empregos com base em obras de construção de interesse comunal com uso intensivo de mão de obra. Este programa será executado em curto prazo pelos municípios de seis departamentos do país. O investimento totalizará seis milhões de dólares, com fundos das entidades binacionais Itaipu e Yacyretá.

A lei 2051/03 de contratações públicas estabeleceu que pelo menos 70% da mão de obra empregada pelos adjudicatários dos processos de contratações de obras ou serviços dos governos e municipalidades deverá ser local.

Programas sociais

Expansão do programa de transferências condicionadas para beneficiar 120.000 famílias em situação de extrema pobreza (50 dólares por família). Até maio, 43.000 famílias estavam cobertas pelo programa. Outras 20.000 famílias indígenas foram incorporadas desde junho mediante a modalidade de transferências em alimentos. Espera-se que a ampliação orçamentária solicitada ao Congresso Nacional possa se concretizar para continuar os pagamentos no segundo semestre do ano e incorporar as 60.000 famílias restantes entre julho e agosto. Os benefícios alcançam 600.000 habitantes, isto é, a metade das pessoas que vivem em situação de extrema pobreza.

Financiamento multilateral

Empréstimos externos com aprovação pendente do Congresso: 105 milhões de dólares (março de 2009). Os projetos escolhidos priorizam o impacto no emprego (desenvolvimento rural e comunitário, redes de estradas) e a reorganização do Estado (fortalecimento da justiça, modernização da administração fiscal, tributária e alfandegária).

Empréstimos externos em processo de gestão junto a organismos financeiros: 285 milhões de dólares destinados ao plano de reativação econômica. Os projetos aos quais se destinarão visam ao melhoramento de estradas rurais, cuidados básicos de saúde, fornecimento de fundos através da Agência Financeira de Desenvolvimento, reforma educativa, modernização do setor de água potável e saneamento.

Até julho de 2009, os organismos internacionais haviam aprovado 250 milhões de dólares dos 285 milhões de dólares destinados ao plano mencionado.

Deste total aprovado, 100 milhões de dólares (fundos concedidos pelo Banco Mundial a favor do Tesouro Nacional) estão à espera de aprovação do Congresso Nacional.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
PERU	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>Foram reduzidos os encaixes legais em cinco ocasiões para depósitos em moeda nacional e em três para depósitos em moeda estrangeira, de maneira que a taxa de encaixe mínimo se encontra em 6% e a taxa de encaixe marginal em moeda estrangeira em 30%.</p> <p>Em 1º de setembro, o Banco Central de Reserva do Peru (BCRP) isentou do encaixe os fundos de investimento de longo prazo provenientes do exterior que oferecem recursos a empresas microfinanceiras.</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Ampliaram-se os prazos dos créditos que o Banco Central de Reserva do Peru (BCRP) concede a algumas instituições financeiras.</p> <p>Foram propostas diversas medidas de política monetária orientadas a manter a liquidez do sistema financeiro em moeda nacional.</p> <p>Entre estas medidas destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - operações de recompra com prazos de até um ano; - recompra de certificados do BCRP no mercado secundário; - isenção de encaixe para dívidas externas de entidades financeiras com prazos superiores a dois anos; - redução do requisito mínimo de fundos de encaixe dos bancos em sua conta corrente no BCRP de 2% para 1%. <p>Em março, o governo emitiu um Bônus Global no valor de 1 bilhão de dólares, com uma taxa de 7,125%, para pré-financiar o orçamento de 2010.</p> <p>A partir de abril de 2009, o BCRP realiza operações de recompra com instituições financeiras de menor tamanho, que poderão vender temporariamente sua carteira creditícia ao BCRP.</p> <p>Em junho ampliou-se o acesso a mais entidades financeiras ao reduzir os requisitos de qualificação de risco e simplificou-se o trâmite de registro para as entidades que participam neste mecanismo.</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>Em fevereiro, o BCRP reduziu em 25 pontos básicos a taxa de juros de referência, para 6,25% (a primeira redução desde 2003).</p> <p>O BCRP continuou reduzindo gradualmente a taxa de referência até chegar a 1,25% em agosto de 2009.</p>	<p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Para o biênio 2009-2010 anunciou-se um plano de estímulo econômico no montante de aproximadamente 4 bilhões de dólares (3,2% do PIB). Em 2009, os principais componentes do plano são obras de infraestrutura (1,65 bilhão de dólares), apoio a setores afetados pela crise (exportadores não tradicionais, PME e trabalhadores, no total de 290 milhões de dólares) e proteção social (sobretudo infraestrutura social) com um montante de quase 230 milhões de dólares.</p> <p>Em 29 de janeiro de 2009 apresentou-se o primeiro conjunto de medidas para a implementação do plano de estímulo econômico. Entre estas medidas, que ascendem a 1,42 bilhão de dólares (aproximadamente 1,1% do PIB), destacam-se as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pagamento de dívidas do Estado com as refinarias, o que redundou na redução dos preços dos combustíveis; - aumento dos recursos para investimentos e simplificação de procedimentos; - transferência de recursos a governos locais. <p>Foram anunciadas outras medidas orientadas sobretudo a agilizar os investimentos, como o estabelecimento de um fundo com recursos públicos e das AFP para financiar obras de infraestrutura por meio de concessões ou parcerias público-privadas. Também se anunciou a transferência de fundos ao Ministério de Transportes e Comunicações e aos governos locais para obras de infraestrutura, um projeto de depreciação acelerada, o estabelecimento de garantias para a obtenção de capital de longo prazo, o financiamento de obras privadas de infraestrutura, a redução da cota inicial das taxas de juros para a compra de moradias sociais e o estabelecimento de um fundo no Banco da Nação para o refinanciamento de instituições de microfinanças.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Para financiar o aumento do gasto público pode-se recorrer ao Fundo de Estabilização Fiscal (em março de 2009 contava com 1,8 bilhão de dólares, equivalentes aproximadamente a 1,5% do PIB). Os recursos que teriam correspondido aos depósitos que refletem o resultado fiscal de 2008 foram transferidos diretamente ao orçamento.</p> <p>Modificou-se a lei de responsabilidade e transparência fiscal para permitir um maior aumento do gasto público.</p> <p>Em março, o governo emitiu um Bônus Global no valor de 1 bilhão de dólares, com uma taxa de 7,125%, para pré-financiar o orçamento de 2010.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Operações de swap em moeda estrangeira como medida destinada a manter a liquidez do sistema financeiro em moeda estrangeira.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Aumento temporário da taxa de devolução de impostos sobre as exportações não tradicionais (de 5% a 8%).</p>

Políticas setoriais

Habitação

Entre outros, reforçam-se os programas Fondo Mi Vivienda, Techo Propio, Mi Barrio e Água para Todos, assim como o programa de créditos hipotecários COFICASA da Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE).

PME

Foram aprovados fundos para o apoio às PME, que inclui compras diretas estatais de 47 milhões de dólares.

Estabeleceu-se o Fundo de Garantia Empresarial (FOGEM), que favorece o acesso da micro, pequena e média empresa ao crédito.

Indústria

O governo destina recursos adicionais à construção e à manutenção de infraestrutura.

Aprovou-se o bônus de “chatarreo” para renovar o parque automotor; seu financiamento está incluído no projeto de orçamento de 2010.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Estimula-se a formalização dos trabalhadores.

Implementa-se um programa especial de reconversão da mão de obra para apoiar a reinserção dos trabalhadores que perdem o trabalho por causa da crise.

Permite-se a execução direta de obras no contexto do programa Construyendo Perú (geração de emprego de emergência), o que acelera a conclusão destas obras.

Para aumentar o poder de compra dos trabalhadores, em 2009 aprovou-se a retirada completa das duas contribuições patronais a título de compensação por tempo de serviço. Posteriormente, será reduzida gradualmente a porcentagem que se pode retirar. Com o mesmo objetivo em 2009 isentam-se as duas gratificações salariais do ano das contribuições ao seguro de saúde e aos sistemas de pensões, que serão cobertas com fundos públicos.

Programas sociais

Investem-se recursos adicionais para a manutenção e equipamento de instituições de educação e saúde e ampliam-se os orçamentos de programas sociais (Fundo para a Igualdade e Programa de Complementação Alimentar).

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
REPÚBLICA DOMINICANA	<p>Modificação do encaixe bancário</p> <p>A partir de fevereiro de 2009 iniciou-se um processo de flexibilização da política monetária, mediante a flexibilização do encaixe legal, entre outras medidas. Em sua segunda resolução (12 de fevereiro de 2009), a Junta Monetária autorizou o banco central a liberar 210 milhões de dólares correspondentes ao encaixe legal e até 84 milhões de dólares por conta das emissões de bônus do governo dominicano previstas na lei de orçamento fiscal de 2009 para que as entidades de intermediação financeira emprestem a setores produtivos, como a agropecuária, a indústria manufatureira, a construção e s micro, pequenas e médias empresas. O Banco de Reservas da República Dominicana estabeleceu uma taxa preferencial de 17% para que estes setores produtivos tenham acesso aos fundos liberados do encaixe legal.</p> <p>Em 25 de março de 2009 anunciou-se a flexibilização temporária das normas prudentes do setor bancário com o fim de estimular o crédito bancário.</p> <p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Aprovação de um mecanismo de liquidez de curto prazo para as entidades de intermediação financeira mediante acordos de recompra com títulos emitidos pelo banco central ou algum outro título admissível.</p> <p>Em 20 de março de 2009, o BID aprovou um empréstimo de 360 milhões de dólares para dar liquidez ao setor privado. Desse total, 300 milhões de dólares serão transferidos ao banco central para que este, por sua vez, conceda empréstimos aos bancos comerciais e os 60 milhões de dólares restantes servirão para o apoio orçamentário vinculado à produtividade e competitividade.</p> <p>Mudança na taxa da política monetária</p> <p>Em 16 de fevereiro de 2009 o banco central reduziu as taxas de juros de depósitos remunerados de curto prazo (<i>overnight</i>) a 6% e a taxa de juros Lombarda a 11,5%, isto é, um ponto percentual a menos que a cifra de um mês antes. Em 1º de abril de 2009, estas taxas foram reduzidas para 5% e 10,5%, respectivamente. Também diminuíram entre dois e três pontos percentuais as taxas de juros dos certificados de investimento a prazo fixo.</p> <p>Em 29 de junho, o banco central reduziu em 100 pontos básicos a taxa de juros dos certificados emitidos ao público por guichê. Após esta redução, os certificados de um ano terão uma taxa de juros de 7%, enquanto os certificados de três anos terão uma taxa de 12%.</p> <p>Durante o mês de agosto, foram reduzidas as taxas de referência do banco central. A taxa da política monetária foi reduzida de 5% para 4%, enquanto a taxa de juros Lombarda diminuiu de 10,5% para 9,5%.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Em 2008 foram concedidos os seguintes subsídios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - subsídio ao setor elétrico: 2,4% do PIB; - subsídio ao gás liquefeito de petróleo: 0,5% do PIB; - subsídio ao preço dos combustíveis: 0,25% do PIB; - subsídio direto às empresas exportadoras de zonas francas: 0,13% do PIB; - subsídios ao setor agropecuário: 0,17% do PIB. <p>Em março foram prorrogadas, até o final do exercício fiscal 2009, as isenções concedidas ao setor agropecuário sobre a antecipação do pagamento dos impostos sobre a renda, sobre ativos, e a retenção do imposto sobre a renda dos pagamentos realizados pelo Estado.</p> <p>Além disso, formularam-se os seguintes projetos de lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> - isenção do pagamento de impostos pela contratação de apólices de seguro às empresas do setor agropecuário; - redução de 5% para 0,5% da retenção sobre pagamentos realizados pelo Estado e seus órgãos pela compra de bens e serviços; - eliminação do pagamento de 2% na reinscrição das hipotecas; - dedução dos gastos de educação do imposto sobre a renda. <p>Em maio anunciou-se a isenção de impostos e taxas às construtoras que executem projetos de moradias econômicas. Anunciou-se a intenção de oferecer créditos hipotecários com taxa fixa por um período de pelo menos três anos. Além disso, propôs-se aplicar o Bônus Terra, pelo qual o Estado cede terrenos para a construção de moradias econômicas.</p> <p>O Senado aprovou o projeto de lei que permite a dedução dos gastos educativos para pessoas físicas sujeitas ao imposto sobre a renda.</p> <p>Em agosto, publicou-se um relatório detalhado sobre as medidas anunciadas previamente no contexto da Cúpula pela unidade nacional frente à crise econômica mundial. Entre os avanços mais destacados, encontram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovação de uma lei que reduz a retenção dos pagamentos realizados pelo Estado por conta do imposto sobre a renda de 5% para 0,5%. - Aprovação de uma lei que isenta o pagamento de 2% na reestruturação de créditos hipotecários. - Aprovação de uma lei que permite às pessoas físicas deduzir os gastos de educação do imposto sobre a renda. <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Em 19 de março de 2009 foram anunciados diversos projetos que impulsionarão o crescimento econômico, entre os quais se encontram a estrada do Coral, o projeto Viadom, uma segunda linha de metrô em Santo Domingo e o trem de Haina a Santiago. O financiamento para estes projetos viria do setor privado e de um empréstimo da Corporação Andina de Fomento, entre outros.</p>	<p>Diminuição de tarifas</p> <p>Em 10 de março decretou-se a eliminação da tarifa por carga transportada paga pelas linhas aéreas, com o fim de reduzir os custos de exportação.</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Na mesma data, decretou-se a criação da Mesa Presidencial de Fomento às Exportações, que tem como fim avaliar o desempenho exportador e desenvolver uma política de exportação unificada. Além disso, criou-se o Fundo para a Promoção da Oferta Exportável e Atração de Investimento Estrangeiro Direto.</p>

Políticas setoriais

Habitação

O Banco de Reservas anunciou que os empréstimos hipotecários solicitados em março de 2009 para adquirir moradias novas, com um limite de até 340.000 dólares, terão uma taxa de juros fixa de 15% até 1º de janeiro de 2010.

Em maio anunciou-se a isenção de impostos e taxas às construtoras que executem projetos de moradias econômicas. Também se anunciou a intenção de oferecer créditos hipotecários com taxa fixa por um período de pelo menos três anos. Além disso, propôs-se aplicar o Bônus Terra, pelo qual o Estado cede terrenos para a construção de moradias econômicas.

PME

Em maio anunciou-se a criação de um fundo de aproximadamente 42 milhões de dólares para estimular o crescimento das micro, pequenas e médias empresas. Destes recursos, 28 milhões de dólares serão canalizados através do Conselho Nacional de Promoção e Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa (Promipyme), com o apoio do Banco de Reservas da República Dominicana, e os outros 14 milhões de dólares serão colocados através de instituições especializadas em créditos a pequenas empresas.

Agropecuária

Na segunda semana de fevereiro anunciou-se a aplicação de uma série de medidas tendentes a garantir e fortalecer os programas de segurança alimentar, a prosperidade rural e a competitividade. Acordou-se aumentar o financiamento concedido pelo Banco Agrícola e destinar 100 milhões de dólares do Banco Nacional de Fomento da Moradia e Produção (BNV) para o desenvolvimento do setor. Também será aplicado o programa de capacitação para jovens residentes na zona rural, dotando-os de terras da reforma agrária para tornar atraente a inserção neste setor.

Em março de 2009 foram prorrogadas, até o final do exercício fiscal 2009, as isenções concedidas ao setor agropecuário sobre a antecipação do pagamento dos impostos sobre a renda, sobre ativos, e a retenção do imposto sobre a renda dos pagamentos realizados pelo Estado.

Turismo

Em março de 2009 criou-se o Comitê para a implementação de um sistema de atenção integral unificado para o investimento turístico.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

A partir de agosto de 2008 reajustou-se em 67% o salário mínimo do setor público, incluídas as pensões e aposentadorias de civis e militares.

Nessa mesma data, estabeleceu-se um aumento salarial de 15% aos funcionários do setor público com um salário de até 840 dólares mensais, o que beneficia 97,6% dos funcionários públicos.

Programas sociais

Focalização do subsídio ao gás liquefeito de petróleo (GLP) a partir do último trimestre de 2008 para beneficiar os grupos mais pobres da população. Criaram-se dois programas:

- i) o subsídio focalizado do GLP para transporte público, que beneficia 24.000 motoristas do transporte público;
- ii) o subsídio focalizado do GLP para famílias, com uma cobertura estimada de 800.000 lares.

A partir do último trimestre de 2008 somaram-se 50.000 famílias à cobertura do principal programa de assistência social da República Dominicana, o Programa Solidariedade, que inclui componentes de subsídios para compra de alimentos, assistência escolar e ajuda a idosos.

Aumentou-se em 27% a transferência do subsídio para compra de alimentos (“Comer es Primero”) do Programa Solidariedade.

Incentivo à assistência escolar de mais de 292.000 crianças e adolescentes de famílias identificadas no Programa Solidariedade.

Prevê-se 33% de aumento da transferência para compra de alimentos do Programa de Idosos que beneficiará 50.000 idosos.

Em março de 2009 ampliou-se a cobertura do seguro familiar de saúde no regime contributivo, com o fim de incentivar a concorrência e reduzir os gastos da população segurada.

Financiamento multilateral

Em 20 de março de 2009 o BID aprovou um empréstimo de 360 milhões de dólares para dar liquidez ao setor privado. Desse total, 300 milhões de dólares serão transferidos ao banco central para que este, por sua vez, conceda empréstimos aos bancos comerciais e os 60 milhões de dólares restantes servirão para o apoio orçamentário vinculado à produtividade e competitividade.

Em 19 de março de 2009 foram anunciados diversos projetos que impulsionarão o crescimento econômico, entre os quais se encontram a rodovia do Coral, o projeto Viadom, uma segunda linha de metrô em Santo Domingo e o trem de Haina a Santiago. O financiamento para estes projetos proviria do setor privado e de um empréstimo da Corporación Andina de Fomento, entre outros.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
URUGUAI	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Recompra adiantada em duas etapas de títulos emitidos pelo órgão emissor, existindo a possibilidade de contar com liquidez em moeda nacional ou em dólares (novembro de 2008).</p> <p>Possibilidade de trocar por dinheiro os certificados de devolução de impostos através do Banco da República Oriental do Uruguai (BROU) (100 milhões de dólares), o que contribui para injetar liquidez na economia.</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>O Banco Central do Uruguai reduziu a taxa da política monetária (taxa de juros de referência) de 10% para 9% em 18 de março de 2009. O valor anterior de 10% foi adotado em 12 de janeiro, em substituição ao valor de 7,75% vigente desde outubro de 2008.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Bonificação da isenção do imposto de renda das atividades econômicas (IRAE) de 120% aos investimentos realizados durante 2009, no contexto da lei de investimentos e nova ponderação privilegiando os projetos que supunham mais emprego.</p> <p>Isenção de 100% do IRAE para a fabricação de equipamentos de energia, de 2009 até 2014, e depois será reduzido gradualmente até 50% do IRAE em 2018. Também será devolvido o IVA pelas compras de insumos no exterior para fabricar os equipamentos e se isentará do IVA os que comprarem esse equipamento nacional.</p> <p>Aumenta-se de 75% para 100% a isenção de IVA na compra de insumos para fabricação das máquinas agrícolas e se agrega um regime similar de isenção do IRAE.</p> <p>Para fins das deduções para o pagamento do IRAE, se permitirá que alguns gastos (em particular os que financiarem projetos de inovação e tecnologia) sejam computados por uma vez e meia seu valor real.</p> <p>Prevê-se a dedução do IVA nas compras de diesel que o setor industrial realizar, por um prazo de 90 dias.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Redução de ao menos 5% de gastos e investimentos da administração central e empresas públicas.</p> <p>Aumento da base do imposto específico interno (Imesi) sobre cigarros.</p>	<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>Recompra adiantada em duas etapas de títulos emitidos pelo órgão emissor, existindo a possibilidade de contar com liquidez em moeda nacional ou em dólares (novembro de 2008).</p> <p>Aumento de tarifas ou restrições às importações</p> <p>Adiamento do desconto (de 2% a 1%) da taxa consular sobre as importações previsto para junho de 2009.</p> <p>Aumento de 4% para 8% no adiantamento de pagamento do IRAE pelos importadores de certos bens de consumo, como roupas e calçados.</p> <p>Serão fortalecidos os procedimentos de avaliação alfandegária para evitar subavaliações nos preços de referência de importação nos setores de roupas e calçados.</p> <p>Será revisada a proteção tarifária para a fabricação de veículos em segmentos específicos.</p> <p>Diminuição de tarifas</p> <p>Adiantamento do imposto sobre a renda das atividades econômicas (IRAE) a respeito da importação de bens de consumo, o que já vale para o IVA.</p> <p>Prorrogação para as importações de insumos para sua reexportação livre de impostos (admissão temporária).</p> <p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Troca por dinheiro de certificados de devolução de tributos aos exportadores que já sejam exigíveis no Banco da República Oriental do Uruguai (BROU), o que permitirá às empresas obter fundos de 100 milhões de dólares.</p> <p>Aumento de 1,78% para 2,78% da taxa de pré-financiamento de exportações até dezembro de 2009 (180 dias de prazo).</p> <p>Mantêm-se as taxas preferenciais de pré-financiamento de exportações do setor têxtil até dezembro de 2009, incorporando-se a esse regime os curtumes e o setor automotor.</p> <p>O sistema bancário contará com 125 milhões de dólares adicionais para financiar projetos de investimento e pré-financiamento de exportações (setor industrial).</p> <p>BROU: criação de um fundo de garantia de 20 milhões de dólares para exportações a países que apresentem risco de pagamento.</p>

Políticas setoriais

Habitação

Desenvolvimento de uma política de empréstimos hipotecários para a compra ou construção de moradia com apoio de subsídios estatais.

PME

Criação de um sistema nacional de garantia que facilite o acesso ao crédito.

Aumento do fundo de garantia de crédito para PME administrado pela Corporação Nacional para o Desenvolvimento.

Regulamentação do Subprograma de contratação pública para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

Implementação do programa Exporta Fácil para MPME.

Maiores benefícios às PME no contexto da lei de promoção de investimentos.

Agropecuária

Medidas creditícias e de apoio ao setor de laticínios.

Turismo

Implementação de um sistema de devolução de impostos aos turistas que adquiram produtos nacionais. Inclusão no regime de exportação de serviços das comissões de imobiliárias por aluguéis a não residentes.

Criação de um registro na Direção Geral de Impostos (DGI) das moradias oferecidas em aluguel por temporada.

Indústria

Prevê-se a dedução do IVA nas compras de diesel feitas pelo setor industrial, por um prazo de 90 dias.

Será permitido trocar por dinheiro certificados de devolução de impostos segundo o regime especial para a indústria automotora (à qual se devolve 10% além dos 2% que todos os setores recebem).

A quantidade de mão de obra gerada pelas exportações terá uma maior ponderação para considerar a isenção do IRAE e serão incorporadas as indústrias automotora, eletrônica e naval como atividades promovidas.

Banco da República Oriental do Uruguai: em 2009 será duplicada, para 200 milhões de dólares, a quantia destinada a financiar projetos de investimento industriais, comerciais e de prestação de serviços em condições especialmente favoráveis em matéria de taxas e prazos.

Será promovida a fabricação de equipamento para a produção de energia renovável e máquinas agrícolas através da isenção de tributos.

Aumenta-se a isenção de IVA na compra de insumos para fabricação de máquinas agrícolas e se aplica um regime similar de isenção do IRAE.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Subsídio à capacitação profissional (5 milhões de dólares) que consiste em subvencionar a capacitação e parte do salário dos trabalhadores que a realizem, através do Fundo de Reconversão Laboral da Junta Nacional de Empleo (JUNAE).

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
VENEZUELA (REPÚBLICA BOLIVARIANA DA)		<p>Outras medidas</p> <p>Em 21 de março de 2009 foram anunciadas as seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento da alíquota do IVA de 9% para 12%; - maiores possibilidades de aumentar o endividamento público em 2009 até 17,4 bilhões de dólares (a partir de um montante previamente autorizado de 5,7 bilhões de dólares); - será enviado à Assembleia Nacional um projeto de lei destinado a revisar os pressupostos incluídos no orçamento da nação para 2009, no qual se modificará o pressuposto do preço médio anual do petróleo de 60 dólares por barril para 40 dólares por barril e a meta de produção petroleira de 3,6 milhões de barris diários para 3,17 milhões de barris diários. Isto implicará, por sua vez, uma redução do gasto público para 2009. <p>Pretende-se estabelecer tetos máximos nas remunerações dos funcionários públicos de nível superior.</p> <p>Foram estabelecidos cortes em verbas do orçamento consideradas supérfluas pelas autoridades, como troca de veículos e gastos de representação.</p>	
ANDORRA	Não se dispõe de informação sobre medidas específicas para enfrentar a crise.		

Políticas setoriais

Políticas trabalhistas e sociais

Financiamento multilateral

Política trabalhista

Anunciou-se um aumento de 20% do salário mínimo.

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
ESPAÑA	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Criação do Fundo para Aquisição de Ativos Financeiros, que contribuirá com liquidez para as entidades de crédito mediante a aquisição de ativos da máxima qualidade creditícia. O fundo tem uma dotação inicial de 30 bilhões de euros e pode ser ampliado até um máximo de 50 bilhões de euros.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Avais do Estado a novas emissões de dívida das entidades de crédito mediante o reforço de sua qualidade creditícia e a autorização de melhorias nas condições de acesso ao crédito para os bancos. O valor máximo desta garantia será de 100 bilhões de euros. Também autorizou-se o governo a adquirir títulos emitidos pelas entidades espanholas de crédito como forma de reforçar seu capital.</p> <p>O governo fortaleceu o sistema de garantia de depósitos e investimentos e elevou a proteção até 100.000 euros por titular e por entidade.</p> <p>Criação do Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária, com uma dotação de 9 bilhões de euros, para apoiar a reestruturação de entidades de crédito afetadas pela crise.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Criação de uma tarifa elétrica reduzida para os consumidores domésticos mais vulneráveis, financiada pelas empresas elétricas.</p> <p>Congelamento das tarifas elétricas para os consumidores com potências contratadas até 3 kW, assim como para famílias numerosas, pessoas que recebem pensões mínimas e famílias que tenham todos os seus membros desempregados.</p> <p>Dedução de 400 euros ao ano por contribuinte no imposto sobre a renda das pessoas físicas.</p> <p>Eliminação do imposto sobre o patrimônio.</p> <p>Redução fiscal para pequenas empresas que mantenham o emprego durante 2009.</p> <p>Possibilidade de livre amortização dos investimentos em ativos novos adquiridos em 2009 e 2010 no imposto de sociedades.</p> <p>Redução de 2% nos juros de mora e de 1,5% nos juros legais, no que diz respeito ao pagamento de obrigações tributárias e da Segurança Social.</p> <p>A partir de 2009, os contribuintes podem solicitar uma devolução mensal do IVA, em vez da devolução anual.</p> <p>Instauração de um novo regime de pagamentos fracionados no imposto de sociedades.</p> <p>Prorrogação indefinida da dedução por atividades de pesquisa e desenvolvimento no imposto de sociedades, que não desaparecerá em 2012 como estava previsto. Deste modo, elimina-se a incerteza sobre o futuro tratamento fiscal destes investimentos. Também se amplia o âmbito de aplicação a atividades realizadas em outros países da União Europeia, sob certas condições.</p> <p>Prorrogação indefinida da dedução por atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no imposto de sociedades.</p> <p>Antecipação da dedução por moradia habitual.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Aumento do investimento público no âmbito local mediante o Fundo Estatal de Investimento Local, dotado de 8 bilhões de euros. A distribuição do fundo por os conselhos municipais foi realizada de acordo com um critério de população. No curto prazo, as atuações contribuirão para dinamizar a economia e favorecer a criação de empregos. As obras financiáveis, que devem ser realizadas em 2009, incluem: reabilitação de ambientes públicos urbanos, promoção industrial, infraestrutura, construção de equipamentos sociais, proteção do meio ambiente e conservação do patrimônio.</p> <p>Fundo especial do Estado para o estímulo da economia e do emprego, dotado de 3 bilhões de euros destinados a projetos em setores produtivos estratégicos. Inclui três tipos de atuações: a) obras complementares do Fundo Estatal de Investimento Local, melhorias em edifícios públicos, fundos adicionais para reabilitação no contexto do Plano de Moradia e infraestrutura de transporte; b) projetos que liderem a mudança de modelo produtivo e atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, turismo e meio ambiente; c) um plano para o setor automotor.</p> <p>Intensificação e aceleração da execução de obras públicas.</p>	<p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforma do Convênio de Ajuste Recíproco de Juros para incentivar a concessão de crédito à exportação. - Flexibilização do seguro de crédito à exportação por conta do Estado. - Criação da linha de crédito FAD-PYME com 40 milhões de euros e da linha CESCE-PYME para facilitar o acesso de PME a seguros de crédito à exportação a um custo reduzido. - Implantação do Plano África de Exportações de Infraestruturas. - Instauração do Plano de Apoio à Internacionalização, dotado de 25 milhões de euros, que inclui, entre outras, medidas de informação, assessoria e formação. - Linha especial de garantias, no valor de 75 milhões de euros, destinada a apoiar o financiamento das empresas exportadoras do setor da cortiça.

Políticas setoriais

Habitação

Redução de até 50% das cotas hipotecárias devidas entre março de 2009 e fevereiro de 2011, após pacto com a entidade financeira credora. Isto se limita a moradias adquiridas antes de setembro de 2008 no valor inferior a 170.000 euros.

Ampliação do prazo para materializar a compra de uma moradia através das quantias depositadas nas contas de poupança-moradia.

Prorrogação dos prazos de empréstimos hipotecários durante dois anos a partir de abril de 2008, sem custo a título de comissões.

Ampliação do prazo, em ao menos dois anos, para transmitir uma moradia para fins de isenção por reinvestimento.

Linhas de garantia do Estado para facilitar o acesso a hipotecas na compra de moradias protegidas.

O Fundo especial do Estado para o estímulo da economia e do emprego prevê 110 milhões de euros como fundos adicionais para reabilitação no contexto do Plano Estatal de Moradia e Reabilitação.

Plano Estatal de Moradia e Reabilitação 2009-2010, que contempla ações para permitir o acesso dos cidadãos a moradias em compra e aluguel e promover a urbanização do solo para moradias protegidas. Também inclui o Programa Renove, dirigido a reabilitar e melhorar edifícios para aumentar sua eficiência energética, promover o uso de energias renováveis e integrar dispositivos de acesso para pessoas com deficiência. No total, o plano conta com um orçamento de 10 bilhões e 188 milhões de euros e mobilizará cerca de 34 bilhões de euros em empréstimos.

Linha ICO-Vivienda, dotada de 3 bilhões de euros, que concederá financiamento aos promotores imobiliários para transformar as hipotecas sobre suas moradias não vendidas em empréstimos de longo prazo, em troca de incorporar essas moradias ao mercado de aluguel ao menos por sete anos.

Linha ICO-FTVPO, que contempla a ampliação do aval do ICO até 5 bilhões de euros em 2009 para os Fundos de Titularização de Ativos que incorporem ao menos 80% de seu ativo em empréstimos destinados à promoção de moradia de proteção oficial.

Investimento, por parte da Entidade Pública Empresarial do Solo, de 300 milhões de euros destinados à compra de terrenos e de 130 milhões adicionais para sua urbanização.

Antecipação da dedução por moradia habitual.

PME

Redução fiscal para pequenas empresas que mantenham o emprego durante 2009.

Linha de crédito ICO-Liquidez, específica para financiar capital de giro para PME. Esta linha excepcional contará com 10 bilhões de euros. Posteriormente, criou-se a linha ICO-Moratoria Pyme, que permite o adiamento durante 2009 dos pagamentos de empréstimos concedidos com a linha ICO-Liquidez Pyme.

Políticas trabalhistas e sociais

Política trabalhista

Aumento de 4% do salário mínimo interprofissional em 2009.

Redução fiscal para pequenas empresas que mantenham o emprego durante 2009.

Flexibilização dos critérios para o adiamento de pagamentos das contribuições à Segurança Social para as empresas que tenham problemas de liquidez e se comprometam a manter o emprego.

Plano extraordinário de medidas de orientação, formação profissional e inserção laboral, anunciado em abril de 2009. Com este plano, procura-se reforçar as tarefas de apoio à busca de emprego, assim como a ajuda para facilitar a mobilidade geográfica das pessoas em situação de desemprego.

Formação de diplomados universitários entre 25 e 40 anos em situação de desemprego. Esta medida conta com 70 milhões de euros para o período 2009-2010.

Bonificação de 1.500 euros ao ano nas cotas de Segurança Social por cada trabalhador desempregado com encargos familiares que as empresas contratem de maneira indefinida e tempo integral durante 2009 e 2010.

Bonificação de 100% nas cotas de Segurança Social pela contratação indefinida de pessoas desempregadas que recebam seguro-desemprego. A empresa poderá bonificar, no máximo, o equivalente do valor que cada trabalhador tiver pendente de receber do seguro-desemprego e terá a obrigação de manter o emprego do trabalhador durante ao menos um ano.

Aumento da porcentagem de capitalização do seguro-desemprego, de maneira a aumentar as possibilidades de que os trabalhadores desempregados possam se converter em trabalhadores autônomos.

Aumento das bonificações às contribuições para a Segurança Social no caso de contratação de trabalhadores a tempo parcial de maneira indefinida.

Os trabalhadores a tempo parcial com jornadas muito reduzidas poderão ser beneficiários, da mesma forma que os desempregados, das medidas do programa de fomento do emprego.

Eliminação do período de espera de um mês para receber o seguro-desemprego.

Reorganização e adequação das políticas ativas de emprego do Plano de Emprego 2009 em Trabalhos de Utilidade Social, o que favorece a empregabilidade de pessoas desempregadas mediante sua contratação para realizar obras de interesse coletivo e sua participação em atividades formativas.

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
ESPAÑA		<p>Outras medidas</p> <p>Linha de avais do Instituto de Crédito Oficial (ICO) no valor de 3 bilhões de euros sobre as dívidas de municípios com empresas e autônomos.</p> <p>Autorização aos municípios para realizar operações de endividamento a fim de financiar seu déficit em 31 de dezembro de 2008. As operações terão um prazo máximo de seis anos e devem estar acompanhadas de um plano de saneamento econômico-financeiro.</p> <p>Declaração de não disponibilidade de 20 milhões de euros destinados a gastos correntes em 2008.</p> <p>Corte de 2,5 bilhões de euros no orçamento de gastos do Estado para 2009, sem afetar verbas de investimento produtivo, proteção social e retribuições.</p> <p>Freio no gasto público em matéria de pessoal, ao reduzir em 70% a oferta de emprego público para a incorporação de novos funcionários. Isto não afeta os serviços públicos considerados essenciais. Além disso, serão congelados os salários dos altos cargos da Administração Geral do Estado.</p> <p>Aumento de impostos sobre a produção de tabaco e sobre hidrocarbonetos, o que permitirá aumentar a arrecadação em mais de 2 bilhões de euros anuais.</p>	

Políticas setoriais

Prorrogação até 2010 da linha FTPYME (fundo de titularização para financiamento de PME) criada em 2008. Esta linha consiste em avais do Estado para garantir valores de renda fixa emitidos por Fundos de Titularização de Ativos que agrupem em seu ativo empréstimos concedidos a PME.

Criação da linha de crédito FAD-PYME com 40 milhões de euros e da linha CESCE-PYME para facilitar o acesso de PME a seguros de crédito à exportação a um custo reduzido.

Turismo

O Fundo especial do Estado para o estímulo da economia e do emprego prevê 430 milhões de euros para projetos de turismo social e dependência.

Plano Renove Turismo, que financiará investimentos de reabilitação que contribuam para aumentar o valor agregado da oferta turística espanhola.

Indústria

Linha de crédito do ICO dirigida aos setores manufatureiros, com uma dotação de 150 milhões de euros.

Linha de crédito conjunta ICO-PYMAR, dotada de 200 milhões de euros em 2009, destinada a financiar a construção de navios nos estaleiros espanhóis privados.

O Fundo especial do Estado para o estímulo da economia e do emprego prevê 800 milhões de euros para um plano dirigido ao setor automotor. Este montante será destinado ao desenvolvimento de produtos e processos produtivos que melhorem a proteção do meio ambiente, aumentem a eficiência energética e supunham uma melhoria da sustentabilidade e competitividade das empresas do ramo.

Plano VIVE, com 1,2 bilhão de euros, para financiar a substituição de veículos de mais de 10 anos de antiguidade por outros novos menos contaminantes.

Plano 2000-E para apoiar a compra de veículos novos, como complemento, uma vez esgotados os fundos do Plano VIVE. Mediante este plano, o governo central e as empresas do setor concederão um subsídio de 2.000 euros por veículo.

De forma paralela, será implementado o Plano Moto-E, que subsidiará a compra de ciclomotores e motocicletas novas, desde que se entregue um veículo similar de mais de cinco anos para os ciclomotores e motocicletas pequenas e mais de sete anos para as motocicletas de mais de 250cc.

Outras medidas

Apoio à competitividade de setores estratégicos, que consistem em empréstimos sem juros nem garantias por um máximo de 15 anos e até 100% do projeto para empresas pequenas e 70% no caso das grandes empresas. Esses projetos devem melhorar a competitividade, além de manter ou criar empregos, aperfeiçoar a qualidade dos produtos e aumentar a segurança no trabalho. As atividades conexas serão apoiadas com geração de novos produtos, reengenharia de processos produtivos, implementação de sistemas avançados de produção, estudos de viabilidade técnica, redução do impacto ambiental e formação.

Linha de crédito ICO-Liquidez para empresas médias, dotada de 6 bilhões de euros.

Políticas trabalhistas e sociais

Mudanças no Serviço Público de Emprego Estatal, no âmbito de sua competência para gerir o seguro-desemprego, a fim de aumentar o número de usuários e dar uma resposta efetiva aos cidadãos.

Ampliação temporária da proteção por desemprego aos trabalhadores que esgotaram as prestações e subsídios, com um pagamento adicional de 420 euros por um máximo de seis meses.

Adoção de três medidas referentes aos procedimentos de regulação do emprego com o objetivo de garantir a continuidade do tecido produtivo e a manutenção dos postos de trabalho.

Transferência de 16 bilhões e 898 milhões de euros adicionais ao Serviço Público de Emprego Estatal para cobrir o seguro-desemprego sem incorrer em déficit.

Política social

Aumento das pensões mínimas. Os aumentos aprovados para 2009 representam uma média de 6%.

Mais possibilidades de ter acesso a uma bolsa educativa mediante elevação do teto de renda máxima para sua obtenção e criação de novas modalidades de bolsas de estudos.

Por meio do Plano Educa3 pretende-se criar, entre 2008 e 2012, 300.000 novas vagas escolares de qualidade para crianças menores de 3 anos (primeiro ciclo de educação infantil). O plano conta com um orçamento de 1 bilhão e 87 milhões de euros.

Em 2009 o governo destinou 121 milhões de euros ao Plano para a Redução do Abandono Escolar.

Guia para a formação profissional, que inclui medidas como a extensão dos centros integrados de formação, agilização da elaboração de novos títulos, fomento da formação à distância, certificação das competências adquiridas através da experiência de trabalho e criação de um programa de bolsas de estudo.

Estratégia Universidade 2015, baseada na excelência docente e científica, internacionalização e melhoria da inovação.

Criação de uma tarifa elétrica reduzida para os consumidores domésticos mais vulneráveis, financiada pelas empresas elétricas.

Destinar às Comunidades Autônomas um investimento de 1 bilhão e 159 milhões de euros para a lei de dependência, aos quais se acrescentam outros 400 milhões de euros procedentes do Fundo especial do Estado para a dinamização da economia e do emprego. O objetivo desta lei é atender às necessidades das pessoas dependentes, facilitando-lhes um atendimento público de qualidade, com o nível de dependência como único critério de acesso.

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
ESPAÑA			
PORTUGAL	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, com um máximo autorizado de 20 bilhões de euros, em virtude da qual o Estado concedeu garantias às instituições de crédito com o objetivo de garantir e renovar suas operações de financiamento e, desta maneira, assegurar a liquidez nos mercados financeiros. No contexto desta iniciativa, foram concedidos 5,05 bilhões de euros a quatro das principais instituições de crédito do país.</p>	<p>Diminuição de impostos, aumento de subsídios e benefícios tributários</p> <p>Redução do imposto municipal sobre bens imóveis, extensão do período de isenção desse imposto, introdução de uma melhoria regressiva dos valores de redução do imposto sobre a renda, aprovação de um regime especial para os fundos e sociedades de investimento imobiliário e outras medidas para apoiar proprietários e arrendatários que tenham dificuldades em cumprir os compromissos financeiros inerentes ao imóvel.</p> <p>Criação de uma escala de alíquota reduzida do imposto de sociedades, que beneficia principalmente as PME, e redução dos pagamentos provisórios das empresas.</p> <p>Novo regime fiscal de apoio ao investimento baseado numa série de incentivos fiscais ao investimento. As principais mudanças contempladas são as seguintes:</p> <p>i) Dedução do imposto de sociedades por investimentos realizados em certas regiões para o apoio a investimentos com finalidade regional. A dedução será de 20% do montante total para investimentos de até 5 milhões de euros e de 10% para investimentos superiores;</p>	<p>Financiamento e apoio a exportadores</p> <p>Apoio transitório às PME nacionais através de uma cobertura adicional por risco de crédito à exportação. Este mecanismo contará com 4 bilhões de euros.</p> <p>Antecipação da devolução do IVA resultante de exportações.</p> <p>Promoção internacional da oferta portuguesa de bens e serviços em três grandes áreas: diversificação de mercados (principalmente mercados emergentes), consolidação de cotas para produtos e serviços portugueses em mercados tradicionais (Estados Unidos e União Europeia) e ampliação da base exportadora (principalmente para facilitar o processo de internacionalização das PME). Estas ações incluem medidas especiais de promoção para o setor da cortiça, em particular as rolhas de garrafa e os materiais de construção e decoração à base de cortiça, assim como para a indústria do calçado e vestuário.</p> <p>Criação de uma linha de crédito de apoio à exportação e competitividade do setor agrícola e agroindustrial no valor de 175 milhões de euros.</p>

Políticas setoriais	Políticas trabalhistas e sociais	Financiamento multilateral
<p>Linha de mediação ICO-PROINMED para o financiamento de projetos de investimento de empresas médias. Conta com uma dotação de até 3 bilhões de euros em 2009.</p> <p>Resseguro dos riscos do seguro de crédito assumido por seguradoras privadas. Isto será realizado mediante o Consórcio de Compensação de Seguros.</p> <p>Conjunto de medidas orientadas a ajudar o setor do transporte rodoviário. As medidas incluem revisão do regime jurídico, harmonização normativa, aumento da eficiência energética, formação e ajuda ante a cessação de atividade dos transportadores autónomos.</p> <p>Plano de impulso e dinamização do transporte de mercadorias por trem, que consiste em melhorar a gestão do tráfico ferroviário, construir linhas de alta velocidade, ampliar a capacidade da rede existente e reforçar a conexão entre a rede ferroviária e os principais portos. Sem contar a construção de linhas de alta velocidade (incluída no Plano Estratégico de Infraestruturas e Transporte do Ministério de Fomento), este plano supõe um investimento de 4 bilhões e 717 milhões de euros.</p> <p>Plano Avança2 2009-2012, que contará com 1 bilhão e 516 milhões de euros em 2009 e se concentrará nas tecnologias da informação e das comunicações (TIC). O plano é estruturado em cinco eixos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Desenvolvimento do setor das TIC; ii) Capacitação; iii) Prestação de serviços públicos digitais a pessoas e empresas; iv) Criação de infraestrutura; v) Promoção da confiança e segurança na área, assim como da inclusão social. <p>Plano de Poupança e Eficiência Energética 2008-2011. Trata-se de uma iniciativa que contém 31 medidas.</p>		
<p>Habitação</p> <p>Apoio, mediante benefícios tributários, aos proprietários e arrendatários que têm dificuldades para cumprir seus compromissos financeiros.</p> <p>PME</p> <p>Criação de uma escala de alíquota reduzida do imposto de sociedades que beneficia principalmente as PME.</p> <p>Organização do Programa Finicia, que facilita o acesso ao financiamento para a criação de empresas de menor tamanho que tradicionalmente encontram mais dificuldades para ter acesso ao crédito no mercado financeiro.</p> <p>Criação das linhas de crédito PME Investe I, II e III, no total de 3,35 bilhões de euros, para promover o investimento destas empresas com melhores condições de financiamento.</p> <p>Posteriormente, criou-se uma linha de crédito adicional para PME, dotada de 2 bilhões de euros, que pode ser empregada uma vez que as linhas PME Investe tenham sido utilizadas integralmente. Prevê-se a concessão de créditos às empresas em condições favoráveis e mediante o uso de garantias prestadas pelas Sociedades de Garantia Mútua.</p>	<p>Política trabalhista</p> <p>Redução de 3% nas contribuições à Segurança Social a cargo do empregador, em micro e pequenas empresas, dos trabalhadores com mais de 45 anos.</p> <p>Apoio temporário e excepcional às empresas em situação de redução temporária de atividades, particularmente através da medida qualificação-emprego.</p> <p>Criação de 12.000 práticas profissionais para jovens.</p> <p>Pagamento à entidade empregadora de um apoio à contratação (2.000 euros), mais uma isenção de dois anos do pagamento de contribuições à Segurança Social, para contratos de trabalho por tempo indeterminado outorgados a jovens. O mesmo benefício existe para a contratação de pessoas que estiveram desempregadas por um longo período de tempo.</p> <p>Redução de 50% da taxa da Segurança Social a cargo da entidade empregadora pela contratação de pessoas acima de 55 anos que tenham estado desempregadas mais de seis meses.</p>	

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
PORTUGAL		<p>ii) Isenção do imposto municipal sobre bens imóveis por um período de até cinco anos sobre os edifícios que constituam um investimento relevante;</p> <p>iii) Isenção do imposto municipal sobre as transferências onerosas de bens imóveis e do imposto do selo relativas à aquisição de edifícios que constituam um investimento relevante;</p> <p>iv) Ampliação do regime fiscal das sociedades administradoras de participações sociais para considerar as sociedades de outros Estados membros da União Europeia. Esta medida visa apoiar o investimento e incentivar a deslocalização de capitais.</p> <p>Extensão do sistema de incentivos fiscais às atividades de pesquisa e desenvolvimento empresariais, de maneira que se possa deduzir 35% destes gastos.</p> <p>Autoliquidação do IVA pela prestação de bens e serviços às administrações públicas, por contratos públicos com um valor igual ou superior a 5.000 euros.</p> <p>Redução do limite de reembolso do IVA: o montante mínimo para solicitar o reembolso passou de 10.600 euros para 3.000 euros.</p> <p>Redução para 1.000 euros do limite mínimo do pagamento especial por conta aplicável ao imposto de sociedades com o objetivo de reforçar o caixa das empresas.</p> <p>Aumento ou antecipação do gasto</p> <p>Criação de um mecanismo para o adiantamento dos fundos comunitários concedidos às empresas. Estes fundos são concebidos como um sistema de incentivos diretos para a realização de investimentos produtivos que busquem aumentar a competitividade, a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológicos e a capacitação e internacionalização das empresas, em particular as PME.</p> <p>Reforço do programa de modernização do parque escolar através da antecipação de gastos para a reconstrução e modernização de mais de 100 escolas públicas.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Programa de regularização extraordinária das dívidas do Estado com os fornecedores privados. Com este programa serão mobilizados 1,2 bilhão de euros para o pagamento de dívidas vencidas pela administração pública. Além disso, foi instituída uma linha de financiamento de médio e longo prazo, cujo montante pode alcançar 1,25 bilhão de euros, para o pagamento de dívidas aos fornecedores das regiões autónomas e municípios.</p> <p>Criação de instrumentos de capital de risco com o objetivo de apoiar a modernização e expansão de empresas nacionais, especialmente PME, mediante o reforço do capital próprio.</p>	<p>Outras medidas</p> <p>Linhas de crédito no valor de 550 milhões de euros, dirigidas a Angola, China, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para o financiamento de importações de bens e serviços de origem portuguesa por parte destes países.</p>

Políticas setoriais

Instauração de um mecanismo de cofinanciamento, dotado de 175 milhões de euros, para operações de fusão e aquisição de PME no âmbito nacional e internacional. O Estado atuará como sócio financeiro das empresas em operações que superem 525 milhões de euros, com uma participação máxima de 33%. Além disso, o programa PME Consolida concederá 400 milhões de euros para reforçar a estrutura de capitais das PME com o objetivo de apoiar processos de fusão, aquisição ou reestruturação empresarial.

Criação de um fundo de investimento em bens imóveis, de 100 milhões de euros, dirigido à aquisição de imóveis que se integram ao patrimônio das empresas como forma de dotá-las de recursos financeiros imediatos.

Construção de um mecanismo para criar um sistema de incentivos diretos para a realização de investimentos produtivos que busquem aumentar a competitividade, inovação e internacionalização das PME.

Criação de instrumentos de capital de risco com o objetivo de apoiar a modernização e expansão de PME nacionais mediante o reforço do capital próprio.

Apoio transitório às PME nacionais mediante uma cobertura adicional por risco de crédito à exportação. Este mecanismo contará com 4 bilhões de euros.

Apoio à criação de novas empresas por parte de desempregados, mediante uma linha de crédito específica de 100 milhões de euros.

Agropecuária

Financiamento de projetos de investimento nas áreas de agricultura e agroindústria, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural.

Criação de uma linha de crédito de apoio à exportação e competitividade do setor agrícola e agroindustrial no valor de 175 milhões de euros.

Turismo

Ações de promoção externa com o objetivo de aumentar o número de visitantes ao país.

Indústria

Apoio extraordinário à instalação de 300.000 metros quadrados de painéis solares no setor residencial e de 12.500 unidades eólicas de microgeração de eletricidade no setor doméstico e de serviços. Isto dinamizará as aglomerações produtivas (*cluster*) de indústrias nacionais destas tecnologias e terá efeitos positivos nos setores da metalurgia e equipamentos elétricos.

Investimentos na rede de transporte de energia elétrica de alta tensão, particularmente na construção de nova infraestrutura de rede que suporte a realização de projetos nacionais que garantam o abastecimento energético e gerem convergência dos preços da eletricidade. Isto terá efeitos positivos nas indústrias metalúrgica, de equipamentos elétricos e construção.

Investimentos em redes inteligentes de energia que permitirão criar um aglomerado de produção de equipamentos elétricos e impulsionarão o setor da construção.

Políticas trabalhistas e sociais

Criação de um novo programa de práticas profissionais qualificação-emprego, destinado a todos os desempregados que desejam melhorar suas qualificações.

Apoio à criação de novas empresas por parte de desempregados, mediante uma linha de crédito específica de 100 milhões de euros.

Apoio à integração de 30.000 desempregados em instituições não lucrativas, mediante o contrato emprego-inserção, por um máximo de um ano.

Extensão da oferta de cursos de dupla certificação para desempregados nas regiões que foram particularmente afetadas pelo desemprego.

Política social

Programas de combate à pobreza, como a extensão da aplicação do complemento solidário para os idosos, o reforço da proteção à invalidez absoluta e o reforço dos programas de inserção laboral, social e comunitária.

Proteção familiar mediante a extensão do montante e número de beneficiários do programa de ação social escolar, aumento do salário-família, criação de um passe escolar para alunos entre 4 e 18 anos e aumento da proteção às pessoas com deficiência.

Reforço do programa de modernização do parque escolar mediante antecipação de gastos para a reconstrução e modernização de mais de 100 escolas públicas em todo o país.

Aumento temporário do apoio social às pessoas que estiveram desempregadas por um longo período de tempo. Este apoio consiste em seis meses adicionais de prestação, dentro de certos limites.

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior	
PORTUGAL				

Políticas setoriais

Plano de apoio específico às indústrias da madeira e fabricação de móveis, cujas medidas somam um total de 150 milhões de euros. Esta iniciativa tem quatro eixos: financiamento, apoio à exportação e promoção externa, ajuste do perfil industrial e tecnológico do setor e estímulo ao emprego e à capacitação.

Implantação, por parte das empresas do setor da cortiça, de um conjunto de projetos com importantes repercussões na capacitação industrial e tecnológica do setor.

Lançamento de um concurso específico para a indústria do calçado e vestuário, que consiste num sistema de incentivos às empresas que realizarem investimentos produtivos inovadores e melhoria energética e ambiental.

Plano de apoio ao setor automotor, no total de 900 milhões de euros, que consta das seguintes medidas específicas:

- i) Programa de qualificação-emprego para o setor, que beneficiará cerca de 10.000 trabalhadores, com um custo total de 70 milhões de euros;
- ii) Linha de crédito específica de 200 milhões de euros para as empresas exportadoras do setor;
- iii) Implementação de um novo modelo de acesso ao seguro de crédito;
- iv) Apoio a projetos de melhoria da eficiência nos processos produtivos e para o ajuste a novos perfis de especialização em torno de veículos e tecnologia de baixas emissões;
- v) Incentivos seletivos à renovação da frota;
- vi) Incentivos seletivos à aquisição e operação de veículos com emissão zero.

Outras medidas

O Estado investirá em projetos de melhoria da eficiência energética num conjunto de edifícios públicos com alto consumo de energia (hospitais, universidades, tribunais, etc.).

Investimentos em redes de banda larga de nova geração para estimular o desenvolvimento do país, impulsionar a dinâmica empresarial e a geração de emprego, combater a exclusão, fomentar o investimento estrangeiro e potencializar o gasto em pesquisa e desenvolvimento. O investimento esperado alcançará 1 bilhão de euros e será essencialmente executado pelos operadores de comunicações. O Estado participará na coordenação dos fundos destinados a este projeto, assim como na criação de uma linha de crédito específica no valor de 800 milhões de euros.

Políticas trabalhistas e sociais

Financiamento multilateral

País	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política cambial e de comércio exterior
POLÍTICA DO BANCO CENTRAL EUROPEU (BCE)	<p>Provisão de liquidez em moeda nacional</p> <p>O Banco Central Europeu (BCE) estabeleceu operações especiais para proporcionar liquidez ao sistema financeiro. Em outubro de 2008 foi adotado um procedimento de leilão com taxa de juros fixa em todas as suas operações de mercado aberto para proporcionar aos bancos toda a liquidez de que necessitem, à taxa de juros de política principal do BCE, contra uma lista ampliada de garantias aceitáveis.</p> <p>Em maio de 2009 decidiu-se estender de 6 para 12 meses a escala de vencimentos destas operações de fornecimento de liquidez.</p> <p>Também em maio, o BCE decidiu que o Eurossistema adquiriria bônus garantidos em euros (valor nominal de 60 bilhões de euros) emitidos na zona euro para aumentar o apoio creditício à economia através dos bancos.</p> <p>Mudanças na taxa da política monetária</p> <p>Desde outubro de 2008, o BCE cortou gradualmente sua taxa de política principal (taxa de juros das principais operações de refinanciamento) em 325 pontos básicos, para 1%.</p> <p>Na reunião de 3 de setembro de 2009, o Conselho de Governo do BCE decidiu que as taxas de juros das operações principais de refinanciamento, do programa marginal de empréstimos e do programa de depósitos seriam mantidas constantes em 1%, 1,75% e 0,25%, respectivamente.</p> <p>Outras medidas</p> <p>Após a adoção do plano de ação europeu em outubro de 2008, os governos da zona euro anunciaram medidas nacionais para apoiar o setor bancário. Estas medidas incluíam garantias estatais para empréstimos interbancários, a recapitalização de instituições financeiras em dificuldades, o aumento da cobertura do seguro de depósito de pessoas físicas e programas de resgate de ativos.</p>		<p>Provisão de liquidez em moeda estrangeira</p> <p>O BCE tem o objetivo de proporcionar liquidez em moeda estrangeira, sobretudo em dólares. Isto tem como finalidade evitar a escassez e será concretizado por meio de linhas de <i>swap</i> com a Reserva Federal dos Estados Unidos.</p>

Políticas setoriais

Políticas trabalhistas e sociais

Financiamento multilateral

